

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RODRIGO DA ROSA BORDIGNON

RECURSOS SOCIAIS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA
Recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006

Porto Alegre

2011

RODRIGO DA ROSA BORDIGNON

RECURSOS SOCIAIS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA:
Recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Orientador: Dr. Odaci Luiz Coradini

Porto Alegre

2011

CIP - Catalogação na Publicação

Bordignon, Rodrigo da Rosa
Recursos sociais e modalidades de entrada na
política: Recrutamento e seleção de elites políticas no
Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006 / Rodrigo da
Rosa Bordignon. -- 2011.
140 f.

Orientador: Odaci Luiz Coradini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Recursos sociais. 2. Seleção política. 3.
Concorrência eleitoral. 4. Modalidades de entrada na
política. I. Coradini, Odaci Luiz, orient. II. Título.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família, meus pais e minha irmã, por todo o apoio, carinho e incentivo ao longo desses últimos anos e de toda uma vida. Mas, acima de tudo, agradeço ao meu pai e a minha mãe por terem escolhido “isso” para a nossa família.

Agradeço ao meu orientador, professor Odaci Luiz Coradini, pelo acompanhamento e incentivo ao longo desses anos e por constituir-se como exemplo de profissional e de pesquisador em ciências sociais no Brasil, exemplo sem o qual eu certamente não teria me dedicado à carreira e, tampouco, a pesquisa em ciências sociais.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta com a realização desse trabalho. A minha esposa, Clarissa, pela compreensão, convivência, lições de vida e apoio técnico. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela acolhida ao longo desses anos. Agradeço, também, às boas amizades conquistadas e cultivadas durante esse período. Que elas se mantenham por muito tempo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o problema das relações entre recursos de posição social e modalidades de entrada na política. Mais especificamente, trata-se de um esforço para apreender as relações entre condicionantes sociais, estrutura do mercado de oferecimento de candidaturas e trajetórias que conduzem ao ingresso na concorrência eleitoral. O foco central de análise assenta-se sobre os padrões de recrutamento e seleção de elites parlamentares no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. Em primeiro lugar, são analisadas as relações entre recursos de posição social e as chances de participação eleitoral na condição de candidato. A partir disso, são evidenciadas as bases objetivas que constituem as condições de possibilidade para o ingresso na política, indicando os critérios de entrada e os mecanismos sociais de diferenciação e distanciamento entre “profissionais” e “profanos”. Num segundo momento, entram em pauta as relações entre recursos sociais e a estruturação de um espaço de concorrência eleitoral, o que explicita a desigual distribuição dos recursos de origem e posição social no interior de um “campo de lutas”. Posteriormente, são analisadas as relações entre bases sociais e recrutamento partidário-eleitoral, o que especifica as ligações entre partidos e estrutura social e as diferentes chances de sucesso eleitoral diferencialmente distribuídas de acordo com determinados recursos e partidos. Por último, são analisadas as relações entre recursos de posição social, estrutura do espaço partidário-eleitoral e as modalidades de entrada na concorrência eleitoral como candidato. Com base nisso, são apresentados alguns padrões relativos às modalidades de aquisição do capital político e sua associação com as posições partidário-eleitorais.

ABSTRACT

This paper has as an object the problem of the relationships between the social position resources and the modalities of entry in politics. More specifically, it is an effort to learn the relationships among social conditionings, structure of candidacy offering market and paths that lead to the entry in the electoral competition. At first, it is analyzed the relationships between the social position resources and the chances of electoral participating in the status of candidate. Then it is evidenced the objective basis that constitute the conditions of possibilities to the entry in politics, indicating the criteria of entry and the social mechanisms of differentiation and detachment between “professionals” and “profanes”. After that, it aims to comprehend the relationships between social resources and the structuring of an area of electoral competition, which make explicit the unequal distribution of resources of origin and social position inside a “battlefields”. Then, it is analyzed the relationships between social basis and recruitment partisan-electoral, which specify the connections between parties and social structure and different chances of electoral success, differentially distributed according to determinate resources and parties. Finally, it is analyzed the relationships between resources of social position, structure of the partisan-electoral space and the forms of entry into the electoral competition as a candidate. Based on this, it is presented some patterns related to the forms of political capital acquisition and its association with the party-electoral positions.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objet le problème des relations entre les ressources de position social et les modalités d'entrée en politique. Plus précisément, il s'agit d'un effort d'appréhender les relations entre les conditionnants sociaux, structure du marché partisane-électoral et les trajectoires qui mènent à l'entrée en politique dans le statut de candidat. Le point central de l'analyse est basé sur les modes de recrutement et de sélection des élites parlementaires dans le Rio Grande do Sul entre 1998 et 2006. D'abord on a analysé la relation entre les ressources de position social et des chances de participation électorale dans le statut de candidat. À partir de cette ont mis en évidence des bases objectives qui constituent les conditions de possibilité d'entrer en politique, en donnant les critères d'entrée et les mécanismes de la différenciation sociale entre les «professionnels» et les «profanes». Deuxièmement, il s'agit d'appréhender la relation entre les ressources sociales et la structuration d'un espace de compétition électorale, ce qui explique la répartition inégale des ressources d'origine et position social dans un «champ de lutte». Par la suite, s'analysent les relations entre bases sociales et le recrutement partisane-électoral, qui précise les liens entre les partis, la structure sociale et les chances de succès électoral répartis différemment d'accord avec les ressources et les parties. Enfin, s'analysent les relations entre les ressources de position social, la structure de l'espace partisan-électoral et les trajectoires qui mènent à une participation active en politique dans le statut de candidat. Sur cette base, sont présentés les modalités de l'acquisition du capital politique et son association avec les positions partisane-électorales.

LISTA DE ABREVIATURAS

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPB/PP – Partido Progressista Brasileiro (Partido Progressista)

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Categorias socioprofissionais e representação na concorrência eleitoral.....	31
Tabela 2 - Categorias socioprofissionais e posição na ocupação	36
Tabela 3 - Titulação escolar e chances de atuação na concorrência eleitoral.....	39
Tabela 4 – Categorias socioprofissionais e ensino superior completo	44
Ilustração 1 - Categorias socioprofissionais, titulação escolar e recrutamento de candidatos .	45
Tabela 5 - Recursos sociais e condição de “elite”	49
Tabela 6 - Comparação entre o sexo dos candidatos e do conjunto das categorias socioprofissionais	52
Tabela 7 - Comparação entre a idade dos candidatos e do conjunto das categorias socioprofissionais	53
Ilustração 2 - Estrutura do espaço de concorrência político-eleitoral no Rio Grande do Sul...	61
Ilustração 3 - Recrutamento partidário-eleitoral e bases sociais	66
Tabela 8 - Partidos políticos e índices de representação por categoria socioprofissional (1) ..	70
Tabela 9 - Partidos políticos e índices de representação por categoria socioprofissional (2) ..	71
Ilustração 4 – Recursos sociais, partidos e chances de eleição	77
Tabela 10 - Categorias socioprofissionais, número de eleitos e partidos.....	84
Tabela 11 - Relação entre partidos e amostragem de currículos dos candidatos	88
Tabela 12 - Modalidades de entrada nas concorrência eleitoral.....	89
Ilustração 5 - Recursos sociais, posições político-partidárias e modalidades de entrada na política	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
OPERACIONALIZAÇÃO DE INDICADORES E METODOLOGIA	21
1 RECURSOS SOCIAIS E CONCORRÊNCIA ELEITORAL	28
1.1 Categorias socioprofissionais, <i>tempo livre</i> e participação eleitoral.....	29
1.2 Categorias socioprofissionais, titulação escolar e participação eleitoral.....	37
1.3 Chances de atuação na concorrência eleitoral e condição de “elite”	46
1.4 Categorias socioprofissionais, idade, sexo e participação eleitoral.....	50
2 ESPAÇO DE CONCORRÊNCIA ELEITORAL, RECRUTAMENTO E BASES SOCIAIS	59
2.1 Estrutura do espaço de concorrência eleitoral	59
2.2 Recrutamento partidário-eleitoral e bases sociais	64
2.3 Categorias socioprofissionais, partidos e possibilidades de eleição.....	76
3 RECURSOS SOCIAIS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA.....	85
3.1 ESTRATÉGIAS DE COLETA, PADRONIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA	87
3.2 RECURSOS SOCIAIS, POSIÇÕES POLITICO-PARTIDÁRIAS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA.....	90
3.3 TRAJETOS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA	99
3.3.1 “Aliança”, “notoriedade” e atuação como candidato em eleições gerais	100
3.3.2 “Militância”, organização de interesses e atuação como candidato	108
3.3.3 Atuação e organização de atividades religiosas como modalidade de entrada na disputa eleitoral	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS	120
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto o problema das relações entre recursos de posição social e modalidades de entrada na política. Trata-se de um esforço para apreender as condições de inserção na competição por posições de poder político e os efeitos desses processos mais gerais nas diferentes modalidades de ingresso num espaço de atividades especializadas. Portanto, estão em pauta as relações entre condicionantes sociais, estrutura do mercado político-eleitoral e trajetórias que conduzem a participação eleitoral na condição de candidato. Isso posto, o foco central de análise assenta-se sobre os padrões de recrutamento e seleção de elites parlamentares no Rio Grande do Sul no período entre 1998 e 2006.

Como se sabe, a constituição e reprodução da “política” como um “campo” de lutas estão associadas a conjunturas históricas e sociais particulares. As quais, por sua vez, dependem tanto da construção de um domínio específico de atividades, quanto da existência objetiva de uma “dimensão específica da vida social” (LAGROYE, 1993, p. 33) que produz e reproduz as próprias representações de sua especificidade e “dinâmica”. Nesses termos, os processos históricos e sociais que estão na base do surgimento do “empreendedor político” (WEBER, 2003; GAXIE, 1996; OFFERLÉ, 1985, 2006), como agente dotado de um conjunto de recursos, “atributos” e “competências” necessárias à inserção num espaço de atividades especializadas, dependem das condições de garantia e de legitimação do exercício desse “papel” social e de sua objetivação como prática social legítima (DAMAMME, 1999, DÉLOYE, 1999).

Nesse mesmo sentido, inclusive, as condições de produção de problemas e do desenvolvimento das pesquisas em ciências sociais variam conforme as conjunturas históricas e sociais específicas de cada país, com graus diferenciados de distanciamento com relação à problemática política dominante (LACROIX, 1985, LÖWI, 1994, SAWICKI, 1999).

Para o caso brasileiro, no qual a “democracia representativa” e os esquemas analíticos são frutos de práticas de importação, as relações entre agentes sociais e a “política” ganham outros contornos (BADIE e HERMET, 1993). No que tange a bibliografia especializada e dominante no Brasil, há uma “legitimidade generalizada entre as preocupações analíticas e as posições éticas ou políticas” (CORADINI, 1997c, p. 4), de modo que as definições dos

objetos de análise e as escolhas temáticas estão associadas a princípios apriorísticos e à “adesão à causas fundamentais” (CORADINI, 2009). Em outras palavras, por se tratar de uma questão importante em termos políticos e sociais, os debates relativos à representação política e aos processos de seleção e recrutamento parlamentar têm um viés explícito ou implicitamente normativo.

Por outro lado, um conjunto de pesquisas recentes tem levantado novas questões e referências sobre os processos de recrutamento e seleção de elites políticas no Brasil. O que parece ficar evidente com base nesses estudos é que, em uma situação social específica e periférica, na qual há uma baixa demarcação das diversas esferas sociais, as modalidades de atuação, de inserção social e os princípios de legitimação obedecem a lógicas cruzadas e sobrepostas. Mais especificamente, os “títulos”, os recursos e as bases sociais ostentadas pelas biografias dos agentes em disputa remetem a uma diversidade de princípios de legitimação e a uma mescla com diferentes espécies de capital, nas quais estão em pauta os usos possíveis e legítimos desses “trunfos”, assim como as representações sociais acerca de sua hierarquização e legitimidade frente a “mercados” específicos (CORADINI, 2010b). Além dessas questões mais gerais, esses estudos também evidenciam o peso de alguns recursos no processo de “entrada na política”, tais como, o “capital associativo”, o exercício de algum tipo de “liderança” prévia, o “carisma de função”, a “condição de herdeiro”, a diversificação das modalidades de inserção social e seus usos, o capital de “relações sociais”, entre outros (CORADINI, 2001, 2006, 2007, 2010a; GRILL, 1999, 2008).

Outro ponto a ser destacado com relação a essa literatura é a evidenciação de uma estrutura subjacente à disputa e ocupação de cargos eletivos. Trata-se de uma pesquisa cujo problema circunscreve a relação entre recursos de posição social, disponibilidade financeira e cargos em disputa em diferentes níveis (CORADINI, 2010a). Os resultados das análises dessas relações indicam a existência de uma estrutura subjacente à ocupação de cargos eletivos em diferentes níveis, que se evidencia pelo forte grau de associação entre condição ocupacional de origem, titulação escolar e cargos em disputa. Além disso, é possível notar o peso desses recursos nas chances eleitorais, o que indica a incidência de condicionantes prévios à entrada na concorrência eleitoral.

A existência de chances de sucesso eleitoral diferencialmente distribuídas entre determinadas categorias ocupacionais e a relação dessas com os níveis de disputa informa algo relativo à hierarquização das posições de poder político e sua relação com a estrutura de posições sociais. Essas indicações remetem a determinados padrões de investimento na “política” e possíveis estruturas de deslocamentos verticais e horizontais ao longo dos trajetos

e das “carreiras”, o que se aproxima das observações de Gaxie (1977, 2005). Segundo essas, a dedicação militante e as expectativas de retribuição não podem ser apreendidas sem a consideração das relações entre modalidades e níveis de inserção política e posições na hierarquia social.

No que se refere especificamente aos estudos voltados à análise dos efeitos de posição social na entrada e na “carreira política”, os principais trabalhos de referência para a presente pesquisa são os de Gaxie (1980, 1983). Nesses são consideradas as relações entre condições de ingresso, chances de exercício e deslocamentos no interior do “campo político”, demonstrando como as “lógicas de seleção social”, presentes na competição política, são diferencialmente apreendidas de acordo com a estrutura das posições políticas e a hierarquização dos cargos. Os efeitos biográficos de determinados trajetos, a entrada e os recursos acumulados pela ocupação de cargos específicos no interior da burocracia estatal estão expressos, também, no trabalho de Sawicki e Mathiot (1999a/b). Nesse caso, há uma ênfase ao contexto sociopolítico de realização das carreiras e os padrões de recrutamento se definem, relacionalmente, frente às modalidades de “entrada”, de recursos e as diferentes “gerações” que ocupam os postos de poder em pauta.

A partir da década de 1990, particularmente na França, as análises que privilegiam as relações entre condição social e/ou profissional de origem, trajetos e modalidades de “entrada” na política ganham impulso com os trabalhos coordenados e editados por Offerlé (1999, *Politix* 1996). Como se pode depreender a partir da leitura do conjunto desses trabalhos, não basta considerar o acesso à “profissão” política em termos de fileiras de recrutamento, mas também é necessário apreender os significados que determinadas “categorias”, recursos e/ou competências adquirem em contextos históricos e sociais específicos, e para que concepções de “sociedade” e de “política” remetam (ver, por exemplo, DULONG, 1996; WILLEMEZ, 1999).

Tendo essas considerações em vista, antes de avançar, é necessário especificar o que se está considerando como “profissionais da política”. Nesse caso, trata-se de um conjunto de agentes que participam diretamente da concorrência pelos cargos de deputado federal e estadual na condição de candidatos, configurando um espaço interacional que pressupõe trocas e confrontos entre diferentes recursos individuais e coletivos. Portanto, estão em pauta as condições de participação nessas lutas e sua relação com as estruturas de poder e dominação socialmente objetivadas e, aparentemente, exteriores a elas.

Partindo disso, o conjunto de ponderações presentes nesse trabalho remete à profissionalização dos agentes políticos e, mais especificamente, à dos profissionais da

representação. Evidentemente, a gênese do processo de constituição da política como “profissão” está associada a um conjunto de transformações históricas e sociais que se configuram com base nos confrontos entre “forças” e “grupos” sociais específicos, os quais concorrem pela “oferta” e “mediação” de “bens políticos” (LAGROYE, 1993; PHÉLIPPEAU, 1994; WEBER, 2003, OFFERLÉ, 2006). Essas lutas pela imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social se institucionalizam, ao mesmo tempo em que se realizam, e tendem a se objetivar em estruturas e “organizações” permanentes que monopolizam e empresariam as lutas pelo poder político. Em termos específicos, esse processo histórico de diferenciação de esferas de atuação e da especialização de agentes sociais na “luta política” pode ser evidenciado, principalmente, pelo distanciamento da “condição profissional de origem” (ou até mesmo sua negação), pelo tempo de dedicação à “atividade política”, e pelo monopólio dos postos de poder político nas mãos dos “profissionais” (OFFERLÉ, 1999, p. 11-7).

Em vista disso, o problema presente nesse trabalho define-se, empiricamente, pela relação entre condicionantes sociais, políticos e trajetórias que especificam as formas de ingresso nas disputas pelas posições de poder em pauta. Com base nisso, toma-se como pressuposto a existência de um espaço estruturado pelo confronto entre recursos de posição social – condição ocupacional de origem, titulação escolar e recursos econômicos – e a estrutura do mercado político-eleitoral, no qual se definem os embates pelo “monopólio de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2007a, p. 185). Nessa perspectiva, o jogo político, os trunfos, as posições e as tomadas de posição são resultantes de processos de interação e de concorrência que inserem os agentes num conjunto de relações a partir das quais se podem perceber as adaptações, aproximações e afastamentos que estruturam o “campo” da representação política no Rio Grande do Sul durante o período analisado.

As bases de tais proposições remetem a autonomização relativa da esfera política, que se expressa no domínio de uma competência específica e na objetivação de uma atividade que têm em si sua própria finalidade, qual seja, a conquista dos lucros por meio da conquista dos cargos de representação política. Assim como os diversos domínios de atividades especializadas, a “política” impõe seus modos de apreensão legítimos, acionando determinadas disposições ou competências. Ou seja, as chances de reconhecer determinadas questões ou problemas como de “ordem política” requerem determinados esquemas de percepção, os quais variam de acordo com a desigual distribuição dos “instrumentos materiais

e culturais necessários à participação ativa na política”. Portanto, a “intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político” (BOURDIEU, 2007a, p. 164).

Nesses termos, a proposição segundo a qual a variação do discernimento e dos usos sociais da relação com a “política” instituída é correlata à distância do espaço de produção de “bens políticos”, significa, que os processos de divisão do trabalho político e as implicações objetivas da constituição e especialização de um domínio específico da vida social pesam nas interações entre os agentes sociais e a “política” (LACROIX, 1985, GAXIE, 1987; BOURDIEU, 2007b). Colocando de outro modo, a objetividade do “campo político” implica num distanciamento objetivo em termos de critérios de entrada e uma objetivação das representações e princípios de hierarquização que são o fundamento de legitimidade da ocupação de determinadas posições.

Com base nessa proposição, entra em pauta a relação entre recursos sociais e as chances diferenciais de produção e expressão de interesses propriamente políticos, que dependem do “estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos sociais têm a esses instrumentos”. De um modo mais geral, o “efeito de censura”, “sociologicamente possível dadas as leis que regem a entrada no campo” político (BOURDIEU, 2007a, p. 165), é produto da realidade prática dos processos de competição entre distintos grupos sociais pela imposição e/ou manutenção dos princípios de dominação legítimos e se define relacionalmente frente a um estado específico das relações de força no interior do “campo político”.

A tradução objetivada da distância com relação à “política”, que se expressa na “propensão para usar um ‘poder’ político – o poder de voto, de ‘falar como político’, de ‘fazer política’ – é proporcional à realidade desse poder ou, se preferirmos, [...] a indiferença nada mais é que uma manifestação de incapacidade” (BOURDIEU, 2007b, p. 378). Como demonstrado por alguns estudos (GAXIE, 1987; BOURDIEU, 2007b), as diferenças da relação com a política aparecem na desigual distribuição dos recursos sociais que estão na base dos processos de investidura e de reconhecimento de uma “competência” específica a determinados agentes sociais. A “competência política” é correlata à posição na hierarquia social e se traduz em um tipo específico de “competência social”, fundada tanto em uma dimensão “técnica” quanto no “valor simbólico” de determinados títulos escolares e posições, capazes de investir aqueles que se investem deles de um direito estatutário sobre as “questões políticas”. Consequentemente, “só entram em competição [pelos postos de poder político] aqueles que, pelo fato dos recursos que são capazes de mobilizar na disputa, estimam ter chance de sair vitoriosos” (LACROIX, 1985, p. 532). Melhor dizendo, as chances de entrada

na “carreira política”, as quais estão associadas às chances diferenciais de “entrar” na competição pelos postos de poder político, tendem a circunscrever as lógicas de “seleção social” (GAXIE, 1980, 1983, 1987).

Em vista disso, e por um lado, trata-se de levar a sério as relações entre as disposições que definem o “interesse” ou o “não interesse” pela política e a estrutura das posições sociais, o que permite evidenciar a realidade empírica de um domínio especializado de atividades e os princípios de classificação social que estão na base dessa modalidade de especialização. Por outro lado, os profissionais da política não jogam por sua própria conta, mas estão inseridos em um conjunto de relações estabelecidas e historicamente constituídas entre o espaço social e o “mercado” de postos de poder político (SAWICKI, 1997). Para o caso brasileiro, como se sabe, o monopólio da concorrência pelos cargos de representação política pertence aos “partidos”, tipo específico de organização política destinada à “conquista do poder” e ao “controle dos empregos” (WEBER, 2003, 2004; OFFERLÉ, 2006). Tal constatação impõe considerar a “estrutura formal de oportunidades” políticas e sua relação com as (pré)disposições associadas ao engajamento na concorrência pelos cargos, frente às modalidades e lógicas de atuação que estruturam os processos de “mobilização política dos cidadãos” (BEST e COTTA, 2000 p. 6) e a produção dos “grupos” para a solicitação de sufrágios.

Portanto, o presente trabalho toma como ponto de partida as indicações propostas por Offerlé (1996, 1999) e Lévêque (1996), as quais apontam na direção de uma combinação entre: a ideia de predisposição social e historicamente constituída para o sucesso político e a ideia da constituição de um espaço de atividade especializada que impõe seus próprios requisitos de “entrada” e reprodução. Ou seja, trata-se, ao mesmo tempo, de especificar as “condições de implicação do ator ou das atividades de empresário político e suas vinculações com as formas de dominação socialmente constituídas e prévias ao aparecimento desta atividade” (CORADINI, 1997c, p. 6), e de apreender “como se organizam as trajetórias pessoais, e como os cooptáveis tornam-se cooptados e profissionais” (OFFERLÉ, 1999, p. 24).

Nesse sentido, cabe especificar que os limites do presente trabalho não vão além da tentativa de apreensão das relações entre recursos de posição social, posições político-partidárias e modalidades de entrada na disputa por cargos de representação política. Mais especificamente, para além das discussões mais amplas relacionadas ao “campo político” em geral (BOURDIEU, 2000), e a consideração do conjunto dos “profissionais da política” (GAXIE, 1996), está em pauta, especificamente, o problema relativo às condições de

“entrada” e à participação como candidato a cargos legislativos de nível estadual e federal no Rio Grande do Sul em um período determinado.

Com base nisso, os objetivos mais gerais da presente pesquisa estão circunscritos a três pontos específicos. O primeiro, refere-se à apreensão dos condicionantes que fundamentam os investimentos individuais na “política” e as condições de reconversão de “legitimidade social” em legitimidade frente à disputa pela ocupação de cargos tidos como políticos. Em seguida, trata-se de especificar os efeitos de posição social na relação com um espaço estruturado por posições que se definem relacionalmente e concorrem pela ocupação dos cargos de representação política. Por fim, entram em pauta as relações entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência político-eleitoral, com o que se pretende informar algo acerca das diferentes formas de ingresso na disputa eleitoral e das relações historicamente constituídas entre partidos e determinados trajetos políticos e sociais.

Ocorre que, nessa perspectiva, os partidos e “sistemas legais” são apenas um dos mecanismos de seleção de candidatos, os quais não se definem e institucionalizam, senão, concorrencialmente e frente às demais posições político-partidárias. Portanto, o que está em pauta nesse trabalho são as diversas lógicas de cooptação e investidura, as quais se estruturam nas relações entre “estruturas sociais” e “estruturas mentais”. De tal modo, a luta política institucionaliza determinadas práticas, esquemas de atuação e princípios de legitimação que “simultaneamente, unificam, dividem e fundam trocas entre diferentes espécies de capital” em concorrência (CORADINI, 2008, p. 13), as quais funcionam como sistemas de cooptação que operam por afinidades eletivas (BOURDIEU, 1989).

Nessa relação entre a estrutura de escolhas políticas possíveis e o espaço de competição político-eleitoral, realizam-se as aproximações ou afastamentos entre os “partidos” e determinadas “categorias” e “bases sociais” a serem representadas (GAXIE, 1980). Além disso, as lutas que estruturam as “ligações privilegiadas” e os usos das classificações se dão frente a contextos de ação e a conjunturas sócio-históricas específicas, que tendem a evidenciar determinados recursos e princípios de legitimação por meio do trabalho social de “intervenção” dos “grupos” interessados na transformação dos critérios de entrada, ou em sua perpetuação (ver, DULONG, 1996). Portanto, o recrutamento e a seleção de candidatos estão associados: 1) aos princípios de hierarquização presentes nas lutas sociais, os quais são a base para a “seleção política”; 2) a concorrência pela representação e imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social; 3) aos usos de princípios de classificação e aos itinerários dos agentes sociais interessados nas lutas político-eleitorais e em suas

retribuições. Sendo assim, estrutura de oportunidades políticas possíveis e os condicionantes que estão na base dos engajamentos individuais na política são definidos pelo conjunto dos processos que englobam os confrontos entre princípios de hierarquização e espécies de capital frente a sua relação com o “mercado” da representação política.

Como destaca Agrikoliansky (1994, p. 95), a função de representação baseia-se na polissemia dessa atividade social frente à esfera política, e envolve tanto os processos de manipulação de princípios de classificação, quanto à demonstração pelo “exemplo”. Nessa perspectiva, a dimensão da representação política consiste, em primeiro lugar, na manipulação e evidenciação de determinados princípios de hierarquização e excelência social com vistas ao reconhecimento e à adesão de apoios. Isso significa dizer que, nas lutas político-eleitorais, os recursos de posição social e trajetos são, ao mesmo tempo, indicadores de recrutamento, bases de recursos sociais e princípios de legitimação. Sob essa perspectiva, os perfis biográficos e os currículos dos concorrentes a cargos de representação política aproximam-se daquilo que Agrikoliansky (1994) definiu como “biografias de instituição”, ou seja, um conjunto de produções que derivam tanto das estratégias de recrutamento e reprodução das “empresas políticas”, quanto das identidades individuais e das “causas” presentes nos itinerários dos agentes (p. 94).

Em vista disso, um dos desafios da presente pesquisa é tomar as informações presentes nos registros oficiais e nos perfis e currículos dos candidatos sob um duplo registro. Melhor dizendo, deve-se considerá-las como produções situadas, que informam tanto sobre as bases de recursos sociais com vistas à produção de adesões, quanto sobre os indicadores de trajeto e recursos de posição social. Isso porque, se o acesso às posições de poder político depende diretamente, nesse caso, da legitimação eleitoral frente aos concorrentes e aos eleitores, a produção e divulgação dos perfis dos candidatos obedecem a uma lógica concorrencial e a menção ou não acerca de determinados “atributos” ou “qualidades” pessoais, indica tanto uma adesão aos princípios estruturantes e eleitoralmente pertinentes em determinadas conjunturas históricas, quanto à manipulação de princípios de legitimação com vistas ao reconhecimento. O principal motivo desse fenômeno é que, como parece evidente, a delegação como fundamento da representação política realiza-se nas operações de crédito que tornam essa modalidade de dominação social possível e aceitável.

Com base nessas indicações, a apreensão dos condicionantes sociais que fundamentam os investimentos individuais na política está baseada na análise das relações entre recursos de posição social e os trajetos de uma amostra representativa dos concorrentes a cargos legislativos nas eleições em pauta. Trata-se da utilização de informações referentes a 629

currículos de candidatos e seu confronto com as posições político-eleitorais e com os indicadores de posição social apreendidos a partir do exame dos registros de candidatura disponíveis no arquivo do TRE-RS (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul). A estratégia adotada visa, única e exclusivamente, apreender as bases sociais da participação político-eleitoral na condição de candidato e a relação disso com os modos de acesso às disputas eleitorais, tomados, relacionalmente, frente às posições político-partidárias específicas.

Com isso, o mínimo que se pretende é deixar relativamente evidentes os princípios de legitimação e de hierarquização social que estão na base dos processos de “entrada” na concorrência pelos cargos de poder político, e a relação desses com a estruturação de um espaço de concorrência eleitoral. Ou seja, trata-se, ao mesmo tempo, de apreender os trajetos que conduzem a luta pela ocupação de posições dirigentes e de evidenciar o domínio prático de uma dimensão específica de atividades que impõe seus critérios de “entrada” e reprodução.

Nessa perspectiva, definem-se as duas hipóteses de trabalho perseguidas. Em primeiro lugar, a imposição de um domínio específico de atividades reserva a concorrência eleitoral “aqueles que são previamente legitimados pelas circunstâncias, pelo lugar que ocupam [...] ou mais genericamente pelos signos de sua eminência” (LACROIX, 1985, p. 532). Por outro lado, os diferentes trajetos que conduzem a concorrência pelos cargos eleitoralmente em disputa, e que se relacionam as diferentes formas de aquisição do “capital político” (BOURDIEU, 2007a, GAXIE e OFFERLÉ, 1985), se definem relacionalmente frente aos condicionantes sociais e as posições político-partidárias.

Portanto, o presente trabalho dedica-se, por um lado, às condições sociais de atuação política, por outro, às relações entre diferentes condicionantes políticos e sociais e os trajetos que conduzem a inserção na concorrência eleitoral. Entretanto, não se trata de qualquer forma de atuação, mas sim de uma modalidade particular de atividade, aquela mais diretamente voltada à conquista e adesão de eleitores.

As estratégias de apresentação da presente pesquisa foram organizadas em três partes. Na primeira parte são evidenciadas as relações entre recursos de posição social, apreendidos a partir das informações disponíveis nos registros de candidatura, e as chances de ingresso na concorrência eleitoral. A segunda parte é composta pela relação entre recrutamento e estruturação das posições político-partidárias. Nesse ponto, são especificadas as relações entre partidos e bases sociais, evidenciando, as chances eleitorais diferencialmente distribuídas por categorias ocupacionais em relação aos partidos. Por último, trata-se da apresentação das relações entre trajetos e posições político-partidárias de modo a especificar as diferentes

fileiras de recrutamento e os recursos sociais mais valorizados de acordo com os partidos em pauta.

OPERACIONALIZAÇÃO DE INDICADORES E METODOLOGIA

Como mencionado anteriormente, os objetivos da presente pesquisa referem-se à apreensão dos condicionantes que fundamentam os investimentos individuais na “política”, a especificação dos efeitos de posição social na concorrência e ocupação dos cargos de representação política, e as relações disso com os diferentes trajetos que conduzem ao ingresso na disputa eleitoral.

Sendo assim, no que tange ao primeiro objetivo, estão em pauta, tanto as disposições para participação ativa na política ou, mais especificamente, as relações entre a estrutura de posições sociais e as chances desiguais de inserção na concorrência eleitoral, quanto os princípios de hierarquização e excelência social presentes nas lutas pela ocupação de posições de poder. Tratando-se da apreensão das disposições individuais ao engajamento político na condição de candidato, as análises que privilegiam a apreensão desses condicionantes relativamente a determinadas “causas” ou “atividades” têm evidenciado um conjunto mais ou menos articulado de relações entre as propriedades sociais e atuação política (AGRIKOLIANSKY, 2001; SIMÉANT, 2001; JUHEM, 2001, FILLIEULE, 2001).

Em vista disso, trata-se de evidenciar as relações entre recursos de posição social e chances de atuação nas disputas eleitorais como candidato. Nessa perspectiva, a sociografia entra como modo de apreensão dos mecanismos sociais presentes na seleção de candidatos e busca explicitar as relações entre estrutura social e participação eleitoral. Assim, os indicadores de posição social são tomados para a definição da estrutura do espaço social e sua relação com o espaço de concorrência eleitoral. Ou seja, ao se colocar em relação à estrutura de posições sociais com as chances de participação eleitoral, pretende-se apreender os fatores sociais que estão na base das distorções que separam os “profissionais” dos “profanos” e que fundamentam as diferentes relações com a “política” instituída (BOURDIEU, 2007b; GAXIE, 1980, 1987; LACROIX, 1985).

Antes de avançar, cabe uma consideração sobre o uso dessa noção de “espaço” no presente trabalho. Trata-se da construção de sistema de interações que se definem reciprocamente e que estão fundamentadas na distribuição desigual do capital escolar e do

capital econômico. Portanto, os limites do uso dessa noção se dão na centralidade desses recursos para a definição da estrutura de posições sociais, deixando de fora o conjunto de determinantes que estão associados às condições de existência das diversas “classes” ou “frações de classe”, tais como as escolhas de “bens” diversos, a diferenciação de “estilos de vida”, e o peso “tempo” nesses processos (BOURDIEU, 2007b, p. 95-121).

Com esse objetivo, foram confrontadas as informações obtidas a partir do exame dos registros de candidatura disponíveis no arquivo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul (TRE-RS) com os microdados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002. Mesmo com todas as implicações decorrentes da utilização de um material empírico produzido com base em diferentes “princípios classificatórios” e “razões de ser” (MERLLIÉ, 1996), é possível apreender os significados sociais de determinadas classificações ocupacionais com base no conjunto de recursos que as definem e diferenciam, notadamente, capital escolar e econômico.

Para isso, as classificações ocupacionais presentes nos registros de candidatura e aquelas disponíveis no Censo e na PNAD foram padronizadas com base em critérios específicos. Considerando a heterogeneidade das ocupações profissionais de origem presentes nos registros de candidatura¹, essas foram classificadas, inicialmente, em 15 agrupamentos ocupacionais². A classificação e agregação das informações em categorias fundamentaram-se, basicamente, em três critérios: 1) a competência técnica requerida para o exercício de determinada atividade; 2) similaridade de atividades; 3) e relações com a divisão social do trabalho. O mesmo procedimento foi realizado com os microdados provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os quais foram consideradas as especificações presentes no Código Brasileiro de Ocupações (CBO³), de modo a proceder a padronização das classificações ocupacionais para o conjunto dos dados estatísticos disponíveis.

Com base nessas sistematizações, o primeiro capítulo do trabalho apresenta as relações entre a estrutura geral de posições sociais definidas a partir dos agrupamentos ocupacionais com base no Censo e na PNAD, e a relação dessa com o conjunto dos

¹ Considerando, respectiva e cronologicamente os anos eleitorais analisados, o número de classificações diferentes são, 102, 113 e 74.

² Os agrupamentos ocupacionais são os que seguem: Administradores, Diretores e Gerentes; Agricultores, Pecuáristas, etc.; Comerciantes, Empresários, Servidores Públicos em Geral (todos os níveis, inclusive aposentados); Funcionários e Trabalhadores em geral; Médicos; Engenheiros; Advogados; Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis); Outros ou em ocupações mal definidas; Outros profissionais com titulação universitária (exceto médicos, advogados, engenheiros e professores universitários); Professores de Ensino Fundamental e Médio; Militares em geral e Professores Universitários.

³ <<http://www.mtecho.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>

candidatos aos cargos eletivos em pauta. O principal objetivo implicado nessa comparação é identificar os princípios de hierarquização social e de divisão do trabalho político que estão na base da concorrência eleitoral. Essas proposições foram definidas com a intenção de evidenciar o peso do “capital cultural”, do “tempo livre” e da “divisão do trabalho” (WEBER, 2003, BOURDIEU, 2007a, GAXIE, 1987), na participação ativa na política. Além dessas relações, os dados disponíveis permitem considerar, também, algo relativo a sindicalização diferencialmente distribuída por categorias. Isso porque, como já demonstrado por outros estudos (CORADINI, 2007, 2006), as associações entre determinadas categorias socioprofissionais e a organização e representação de interesses tem peso significativo para a “entrada” de seus membros na disputa política, visto que, a posição de representação visada retira sua legitimidade das estratégias coletivas do grupo que a legitima (BOURDIEU e BOLTANSKI, 2007).

Além disso, duas outras questões estão sendo consideradas. Primeiro, ao se evidenciar as relações entre categorias socioprofissionais e o sistema de variáveis correlatas que as definem, pretende-se indicar algo relativo ao peso da desigual distribuição dos recursos sociais no processo diferencial de aquisição de uma “competência política” (BOURDIEU, 2007b). Em segundo lugar, “a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição dos diferentes tipos de capital [...] comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição” (BOURDIEU, 2005, p.27). Isso posto, as distâncias sociais implicadas nas diferentes possibilidades de ingresso na condição de candidato estão na base dos princípios de legitimação social e nas suas chances de reconversão em “legitimidade política”. Ainda com relação a isso, a posse diferenciada de recursos de posição social, e a evidenciação do peso desses na estruturação das posições, indicam algo sobre os diferentes princípios de classificação e oposição que estão na base das diferenciações entre “posições de elite” e demais posições sociais. Isso, por sua vez, tem peso determinante para a investidura política, visto que, só entram em competição aqueles previamente “autorizados” e “legitimados” para se ocuparem de questões políticas (GAXIE, 1987, LACROIX, 1985).

Em segundo lugar, mais associado à apreensão dos efeitos de posição social na estruturação da concorrência político-eleitoral entra em pauta a composição de um espaço de relações que se definem pelos confrontos e aproximações entre categorias socioprofissionais e partidos políticos. Nesse sentido, trata-se de levar a sério algo relativo às proposições de Gaxie (1980) para o caso francês, segundo as quais, a aquisição da “competência” política está associada a um tipo de “seleção social” que se retraduz de formas específicas para o interior dos “partidos” e se define frente à estrutura do “campo político” ao mesmo tempo em

que a define. Essa refração das lógicas de seleção social para o conjunto dos “partidos” indica os mecanismos de troca entre “forças políticas” e grupos sociais, os quais se fazem sentir, tanto internamente aos partidos políticos, quando nas categorias socioprofissionais em questão. Isso porque, ambos são considerados como espaços de disputa entre diferentes estruturas de capital (OFFERLÉ, 2005, BOIGEOL e DEZALAY, 1997).

Portanto, trata-se de evidenciar como a divisão do trabalho de representação política se expressa no interior dos diversos agrupamentos ocupacionais recortados para esse trabalho e como essas diferenciações se relacionam com a estrutura do mercado político-eleitoral e o fornecimento de candidaturas. Para tanto, são tomados indicadores de cunho sociodemográfico definidos a partir do exame dos registros de candidatura arquivados no TRE-RS. O acesso a essas informações ocorreu em duas modalidades: primeiro, por meio de um conjunto de dados disponibilizados pela Coordenação de Gestão de Informações (COGIN / TRE-RS), que dispõem de indicadores referentes ao ano da eleição, aos cargos em disputa (deputado federal e deputado estadual), à filiação partidária, ao sexo, ao município de nascimento e ao município de residência no momento da eleição; segundo, trata-se um conjunto de informações que foram recolhidas com base no exame dos documentos constantes nos registros de candidatura disponíveis no arquivo do TRE-RS. A partir desses foi possível definir indicadores referentes à idade, ao estado civil, à titulação escolar, à ocupação de origem, ao tempo de filiação partidária e ao montante do patrimônio declarado.

Com base nisso, a apreensão dos processos de divisão do trabalho de representação no interior das ocupações estão baseadas nas diferenciações entre titulação escolar e idade do conjunto dos candidatos de determinadas categorias e do conjunto das categorias no espaço social. Esse procedimento identifica, em primeiro lugar o peso da titulação escolar no recrutamento e seleção política (BEST e GAXIE, 2000). Por outro lado, denota as diferentes relações que se configuram entre dedicação à “política” e determinados pontos no ciclo de vida dos agentes, o que se vincula diretamente ao acúmulo diferenciado de recursos sociais diversos.

Além disso, a apreensão das relações entre categorias socioprofissionais e estrutura do mercado de fornecimento de candidaturas, evidencia, de forma mais clara, as associações entre os partidos e as bases sociais de recrutamento de candidatos. Nesse sentido, a definição de um espaço de relações entre categorias socioprofissionais e posições político-partidárias indica as ligações estabelecidas e historicamente constituídas entre partidos e determinados agrupamentos e/ou segmentos sociais, estruturando, ao mesmo tempo, as posições político-partidárias com base nas características sociais de seus membros. De tal modo, a análise

sociográfica entra como um esforço para apreender os padrões de relações entre recursos de posição social e as disposições para a participação como candidato em determinadas “empresas políticas”. Isso destaca, por um lado, o conjunto das clivagens sociais presentes na concorrência eleitoral e, por outro, como esses processos se institucionalizam em relações específicas com o mercado de fornecimento de candidaturas e com a divisão do trabalho de representação política que se define na concorrência entre diversas “forças sociais” (PHÉLIPPEAU, 1994).

Inclusive por isso, as diferenças em termos de chances de sucesso eleitoral que se expressam diferentemente de acordo com determinados recursos sociais se retraduzem para o interior dos partidos políticos indicando, de forma mais clara, quais as categorias socioprofissionais que tem mais chances de eleição de acordo com posições político-partidárias específicas. Para isso, a apreensão dos princípios de estruturação subjacentes às relações entre partidos, bases sociais e possibilidades eleitorais envolve a definição da causalidade estrutural de um conjunto de indicadores que especificam os cargos em disputa, os indicadores de posição social e o peso desses nas conquistas dos postos de poder político em jogo.

Com esse objetivo, foram acrescentados indicadores de cunho político-partidário e eleitoral, dentre os quais, tempo de filiação partidária e participações prévias em pleitos eleitorais. No que se refere ao indicador de tempo de filiação partidária, esse é tomado em confronto com os recursos de posição social com o objetivo de apreender dos efeitos da participação partidária nos processos de engajamento e na seleção de candidatos. Trata-se, nesse sentido, de compreender em que e para quem a dedicação ao partido pesa. Isso porque, supõe-se que tais relações estão associadas aos processos de recrutamento e seleção de candidatos e aos investimentos e retribuições que os agentes tiram do engajamento nas disputas eleitorais (GAXIE, 1977, 1980, 2005).

A especificação das bases sociais e de sua relação com as posições político-partidárias permite o avanço na análise dos trajetos que conduzem ao ingresso nas disputas político-eleitorais. Ocorre que, como já mencionado anteriormente, os currículos e produções biográficas apreendidas são produções objetivadas que retomam determinados esquemas de percepção e não prescindem os fins “práticos” de sua constituição, de modo que, o silêncio ou a menção enfática sobre determinados recursos ou posições são resultantes da aplicação de esquemas que são o produto das condições de possibilidade de sua utilização. Mais especificamente, tratam-se de produções biográficas que correspondem a uma demanda social (AGRIKOLIANSKY, 1994; PUDAL, 1994; GRIJÓ, 2008), e como tal tendem a evidenciar

determinados recursos ou “atributos” frente à negação de outros. Nesse sentido, os perfis, currículos e demais produções biográficas são tomadas como produtos específicos de lutas pela legitimação de posições políticas e pela manipulação de determinadas “identidades” partidárias. Logo, entra em pauta e especificação da hipótese segundo a qual as modalidades de trajetos e de aquisição de capital político que conduzem a entrada nas disputas eleitorais estão associadas aos recursos sociais e à estrutura de posições político-partidárias em pauta.

Nessa perspectiva, as “posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente” (BOURDIEU, 2005, p. 81) são tomadas tanto como princípio metodológico destinado a especificação dos processos de recrutamento e seleção de elites, quanto como bases de adesão e de legitimação frente aos eleitores. Para efeitos de padronização, em termos de indicadores de recrutamento e seleção de elites, toma-se a última posição ocupada antes do ingresso na condição de candidato no período eleitoral em pauta nesse trabalho. Nesse sentido, os trajetos entram como possibilidades de apreensão dos princípios de mobilização e evidenciação de determinados recursos e percursos legítimos frente a posições políticas específicas. Assim, inclusive, se definem as posições partidárias na dimensão político-eleitoral. Mais precisamente, as relações entre recursos de posição social e princípios de classificação e legitimação estruturam as oposições políticas e clarificam a associação entre determinadas “empresas políticas” e modalidades de aquisição do capital político.

A definição da estrutura global de relações entre posições político-partidárias, recursos sociais e modalidades de “entrada” na política evidencia o conjunto de oposições e aproximações que estruturam os padrões de recrutamento, de aquisição de capital político e de configuração do espaço político-eleitoral de fornecimento de candidaturas. Com base nisso, buscou-se a especificação e o detalhamento dos casos exemplares a partir de entrevistas semi-diretivas e materiais biográficos diversos, destinados a apreender “a visão que os agentes que concorrem ao recrutamento político têm das qualidades que eles possuem” e como, os “mecanismos objetivos que presidem o sucesso político são interiorizados por eles” (GAXIE, 1983, p. 465). A operacionalização desse procedimento está associada à apreensão dos princípios e esquemas de classificação presentes nas lutas para ocupação de cargos de representação política. O questionário aplicado teve por objetivo assimilar três modalidades de informações: 1) o trajeto prévio à entrada na política e as justificativas apresentadas para a dedicação à política; 2) a carreira e os deslocamentos, adesões e relações que especificam esses processos; 3) as definições de “política” e das qualidades requeridas para o exercício de mandatos representativos.

As principais técnicas estatísticas utilizadas são as comparações de médias, os cruzamentos de variáveis com ou sem variáveis de controle, as análises de regressão e as análises fatoriais de correspondências múltiplas com ou sem controle por categorias. Os principais objetivos para tanto são definir espaços de relações entre recursos sociais e políticos diversos de modo a apreender os princípios de divisão e estruturação subjacentes as lutas pela ocupação de posições de poder político.

1 RECURSOS SOCIAIS E CONCORRÊNCIA ELEITORAL

O ponto de partida para a exposição das modalidades de entrada na política dos candidatos a cargos eletivos em nível federal e estadual do Rio Grande do Sul no período entre 1998 e 2006, reside no detalhamento das relações entre recursos de posição social e chances de participação na concorrência pelos cargos públicos eleitoralmente em disputa.

As informações expostas nesse ponto referem-se, genericamente, à construção do espaço social e de sua respectiva hierarquização diante de um dos polos do espaço político, aquele mais diretamente vinculado às disputas partidário-eleitorais. Para tanto, os recursos sociais, especificamente as categorias socioprofissionais, a titulação escolar e o montante de rendimentos do trabalho principal, são tomados como indicadores de posição social de modo a evidenciar as bases mais gerais de hierarquização frente às disputas político-eleitorais.

Desse modo, estão em pauta as condições sociais de participação na concorrência eleitoral. Isso tem por objetivo central, explicitar o conjunto de princípios de classificação e hierarquização social que se estendem à “concorrência política” (GAXIE, 1980, p. 6), apresentando os mecanismos de seleção social que fundamentam as disposições para participação ou delegação das lutas eleitoral. O cotejo entre os recursos de posição social e as características sociais dos candidatos a cargos legislativos no Rio Grande do Sul, evidencia a rentabilidade política dos “títulos” e posições frente às lutas pela ocupação dos postos de representação política, assim como os princípios de hierarquização subjacentes à concorrência eleitoral.

Por se tratar da apreensão de um conjunto condicionantes que são parte de lutas específicas, o uso das classificações ocupacionais de origem, como modos de apresentação e de autodefinição de uma posição social, não prescinde as lógicas e razões ser da produção e divulgação dos registros oficiais. Portanto, as definições categoriais expostas nas fichas de candidaturas remetem tanto aos esquemas “práticos” de classificação social, quanto ao espaço de posições e disputas político-eleitorais, mobilizando “uma série de transações entre diversas representações da realidade social” (MERLLIÉ, 1996, p. 163).

Ademais, como destacado por Offerlé (1999, p. 20-8), os *usos* da condição profissional de origem em sua relação com a “entrada na profissão política” representam a adesão, negação ou naturalização de determinadas referências sociais. Conseqüentemente, as modalidades de “reconversão” de classificações profissionais em recursos nessas lutas são variadas, remetendo ora a “títulos” socialmente mais valorizados e que indicam posições

sociais e escolares hierarquicamente mais elevadas, ora funcionando como “estratégias de condescendência” (BOURDIEU, 1990, p. 154), vinculadas à denegação da posição social de origem em prol das respectivas retribuições derivadas desse processo.

As indicações relativas às chances de ingresso na concorrência eleitoral, ou, mais especificamente, aos mecanismos sociais que estão na base da divisão do trabalho político entre “agentes politicamente ativos” e “agentes politicamente passivos” estão implicadas na concentração do capital político nas mãos de um grupo de “profissionais”. Por sua vez, as chances de especialização em atividade política variam de acordo com a posse desigual dos instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política, entre os quais, os mais significativos são o *tempo livre* e o capital cultural. Ou seja, os mecanismos sociais que são o fundamento da divisão entre “profissionais” e “profanos” variam de acordo com o “volume global do capital econômico e cultural” e, também, “em função da estrutura, mais ou menos dissimétrica” de sua distribuição (BOURDIEU, 2007a, p. 164-5).

1.1 Categorias socioprofissionais, *tempo livre* e participação eleitoral

As relações entre *tempo livre* e chances de ingresso e profissionalização em política definem-se a partir do peso da condição de “economicamente disponível”, enquanto o fato de “não consagrar toda a sua capacidade pessoal de trabalho e de pensamento, constantemente e pessoalmente, à consecução da própria subsistência” (WEBER, 2003, p. 64), para a participação eleitoral na condição de candidato.

Dentro dos limites e possibilidades do material empírico utilizado, foram verificadas as relações entre categorias socioprofissionais, rendimentos do trabalho principal, posição na ocupação e horas trabalhadas⁴, indicadores tomados como definidores de *tempo livre*. De um modo mais geral, trata-se da associação desses indicadores, independentemente ou em conjunto, e seu peso nas chances na definição das associações entre categorias socioprofissionais e concorrência eleitoral.

Uma primeira observação acerca da relação entre a representatividade de determinadas categorias no espaço social, e sua comparação com as características socioprofissionais dos agentes inseridos nas disputas eleitorais, oferece o esboço inicial das relações entre a estrutura

⁴ Ver tabela em anexo.

social e a estrutura do espaço de disputas eleitorais do Rio Grande do Sul no período analisado. Os índices de representação⁵ indicam a maior probabilidade de que determinadas categorias socioprofissionais sejam encontradas entre o conjunto dos candidatos a cargos legislativos no período em pauta. Essa estrutura geral de recrutamento explicita três modalidades de relação com a “política”. Primeiramente, a associação mais evidente de empresários, médicos, engenheiros e advogados com o espaço de disputas político-eleitorais é tributária dos princípios de hierarquização e excelência social subjacentes aos processos de seleção política. Ou seja, as categorias melhor representadas entre o conjunto de candidatos remetem a posições sociais mais elevadas, a relações específicas com a divisão social do trabalho e a “competências técnicas” e “sociais” estatutariamente garantidas e legitimadas pelas burocracias públicas. Em segundo lugar, o destaque aos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão põe em evidência o peso do exercício prévio de “funções” na burocracia pública como recurso na participação eleitoral. Isso se deve ao “carisma de função” e ao peso do exercício prévio de atividades de “mediação” das relações entre “estado” e “sociedade” nas lutas político-eleitorais (CORADINI, 2001, 2010a). Por fim, a alta porcentagem de candidatos com ocupações não classificáveis ou em classificações mal definidas, e a conseqüente representatividade desses frente ao conjunto da população, aponta para um processo de diversificação, omissão e/ou manipulação das classificações ocupacionais de origem com vistas à legitimação ou negação de determinadas atividades diante das finalidades práticas de produção dos registros oficiais.

Como destacado por Gaxie (1980), o recrutamento parlamentar apresenta uma “imagem invertida” da estrutura social, configurando uma sobre-representação das “camadas mais altas” e uma sub-representação das “mais baixas”. Essa constatação mais geral indica, em parte, a estrutura do espaço de concorrência eleitoral no Rio Grande do Sul, de modo que é possível notar a concentração significativa do recrutamento de candidatos a cargos legislativos em determinadas categorias ocupacionais que representam posições sociais mais altas, tais como: empresários; médicos; engenheiros e advogados (Tabela 1).

⁵ O índice de representação das categorias ocupacionais é calculado a partir do modelo proposto por GAXIE (1980), cuja fórmula é: % dos parlamentares de determinada categoria / % da população ativa da mesma categoria x 100 = Índice de Representação.

Tabela 1
 Categorias socioprofissionais e representação na concorrência eleitoral

	% de Candidatos	% da população no Rio Grande do Sul	Índice de representação
Administradores, Diretores e Gerentes	1,7%	5%	20
Agricultores, Pecuaristas, etc.	2,8%	18,3%	15
Comerciantes	5,2%	7,9%	66
Empresários	5,8%	0,7%	828
Servidores Públicos em Geral	8,1%	5,5%	147
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	9,6%	58,5%	16
Médicos	4,5%	0,4%	1125
Engenheiros	3,5%	0,2%	1750
Advogados	10%	0,5%	2000
Ocupante de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis)	14,8%	0,3%	4933
Outros ou em ocupações mal definidas	16,3%	0,7%	2328
Outros profissionais com titulação universitária	7,1%	2,5%	284
Professores de Ensino Fundamental e Médio	6,5%	3,3%	196
Militares em Geral	3,3%	1,4%	235
Professores Universitários	0,8%	0,3%	266

Fonte: Censo/IBGE – 2000. Registros de Candidatura – TRE-RS.

Ocorre que, mais do que constatar a “osmose” entre determinadas categorias socioprofissionais e o espaço de concorrência eleitoral (DOGAN, 1999, p. 173), trata-se de especificar a relação disso com os indicadores em pauta, evidenciando os significados sociais dessas diferenciações e seu peso na participação ativa em eleições. Em outros termos, mesmo que haja uma legitimidade prévia e um conjunto mais ou menos articulado de representações sociais acerca das ocupações em pauta e para que posições sociais essas remetem, o que interessa aqui são os fundamentos sociais presentes no processo de hierarquização e as estruturas objetivas que engendram, legitimam e produzem as diferenças frente à concorrência eleitoral.

Considerando as relações entre rendimentos do trabalho principal e categorias socioprofissionais, ocorre uma relação acentuada entre aquelas categorias com maiores montantes de rendimentos e a participação eleitoral. Isso fica mais evidente ao tomar os casos mais extremos e que polarizam as chances de participação nas eleições, nesse caso, os agricultores, pecuaristas, etc., e os funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, com menos chances de participação eleitoral, e, no extremo oposto, os empresários, médicos, engenheiros e advogados. De um modo mais específico, as variações em termos de índices de

representação e rendimentos do trabalho principal, relativamente a essas categorias são diretamente proporcionais, ou seja, menor rendimento indica menor representação entre o conjunto de candidatos, e vice-versa.

As associações mais diretas do polo com de menor participação eleitoral se dão com os níveis de rendimento de um a três salários mínimos para os funcionários, técnicos e trabalhadores em geral (56,3% contra 46% do conjunto do universo), e dos sem rendimentos para os agricultores, pecuaristas, etc. (40,8% contra 9,3% do conjunto do universo). Ao contrário, para aquelas categorias com maiores chances de ingresso nas disputas por cargos eletivos, as associações mais fortes se dão com os valores de rendimentos mais elevados, tais como aquele entre dez e vinte salários mínimos para empresários, engenheiros e advogados (respectivamente, 28,6%, 36,6% e 26,4% contra 4% do conjunto do universo), e aquele maior de trinta salários mínimos de rendimentos para os médicos (20,5% contra 0,7% do conjunto do universo). Além disso, para esse último nível de rendimento, ocorre também uma forte associação com as categorias dos empresários e advogados (respectivamente, 11,8% e 11,7% contra 0,7% do conjunto do universo).

Esse distanciamento implicado nas condições sociais de existência revela um dos diferentes princípios de hierarquização social que estão na base da concorrência eleitoral. As indicações apontam para um “plutocratismo” inerente e prévio à inserção na condição de candidato, visto que, as ocupações de origem mais sobre-representadas são também, aquelas mais suscetíveis de “assegurar ganhos suficientes” (WEBER, 2003, p. 68) e, portanto, remetem a condições socioeconômicas mais elevadas. Nesse sentido, o exercício de atividades profissionais mais rentáveis em termos econômicos e a relação dessas com a probabilidade de participar em eleições como candidato, permite a antecipação das chances de entrada e, ao mesmo tempo a minimização das perdas da derrota.

Portanto, o crescimento das chances de participação ativa na política de acordo com a posição na hierarquia econômica em pauta, se conforma como um processo de fechamento progressivo de um espaço de atividades especializadas que se impõe aos que pretendem investir nas lutas eleitorais de modo tão mais severo, quanto menor o rendimento proveniente do trabalho principal. Isso é relativamente semelhante às questões referentes ao financiamento de campanha nos Estados Unidos (IHL, 1999) ou no Brasil (CORADINI, 2010a), que se impõe como barreira de acesso e reservam o jogo aqueles que têm condições para ingressar na disputa, manter seus custos e administrar as perdas.

Isso significa dizer que as possibilidades para participação na concorrência eleitoral são inversamente proporcionais às pré-ocupações constantes com o provimento de recursos de

subsistência e, igualmente, à dedicação plena ao trabalho principal. Ou seja, a disponibilidade de recursos econômicos, enquanto princípio de hierarquização social frente à esfera eleitoral relaciona-se, também, com a posição na ocupação e com o tempo de dedicação às atividades profissionais, indicadores que podem formar estruturas compósitas ou pesar independentemente nas possibilidades de participação ativa nas disputas político-eleitorais.

Nesse sentido, a disponibilidade de tempo se constitui como outro princípio de hierarquização que pode entrar conjuntamente com os ganhos financeiros ou não, configurando uma rede de combinações que não se reduzem à linearidade das determinações de causa e efeito. Como já destacado por Weber (2003), o mais disponível frente às obrigações para com o trabalho é o “capitalista” ou, no caso em pauta, o que equivale à classificação ocupacional de empresário, o qual retira suas rendas, predominantemente, do trabalho indireto. De um modo mais específico, os empresários estão mais diretamente relacionados à posição de empregadores (93,1% contra 3,4% do conjunto do universo), sendo aqueles que ocupam posições subalternas no exercício de atividades profissionais, relativamente a essa categoria, proporcionalmente insignificantes. Isso indica uma maior disponibilidade de tempo, muito embora, considerando o conjunto de horas trabalhadas por semana, esses estejam associados às quantidades mais elevadas de tempo dedicado ao trabalho principal. Ocorre que, nesse caso, a posição de empregador e os ganhos elevados provenientes dos rendimentos do trabalho principal indicam a “disponibilidade” em termos de independência relativa às obrigações de cumprimento de horários e, igualmente, do desprendimento das preocupações com a subsistência material, anulando, de certa forma, o peso das horas trabalhadas por semana para essa categoria.

Dentre o conjunto de categorias ocupacionais em pauta, uma é particularmente exemplar da relação de dependência relativa entre os indicadores de rendimentos do trabalho principal, posição na ocupação e horas dedicadas às atividades profissionais. Trata-se do caso dos administradores, diretores e gerentes, agrupamento cujas relações com a posição de empregador são significativas frente ao conjunto das demais categorias (32,7% contra 3,4% do conjunto do universo). Nesse sentido, ocorre uma proximidade para com os empresários, verificada, inclusive, com relação ao número de horas dedicadas ao trabalho principal. Contudo, há uma diferenciação significativa com relação às chances de participação eleitoral dessas duas categorias, sendo a atuação como candidato muito mais provável para os segundos do que para os primeiros.

Isso se deve a um conjunto de fatores, dentre os quais, a diferença frente à hierarquia de rendimentos do trabalho principal é a mais significativa, configurando uma relação

compósita entre os indicadores tomados para verificar a relação entre “tempo livre” e participação eleitoral. Em primeiro lugar, entra em pauta a quantidade significativa de indivíduos dessa classificação que ocupam posições subalternas no trabalho principal, o que impõe riscos maiores relativamente ao abandono das funções profissionais para a inserção nas disputas eleitorais. Por outro lado, a associação mais significativa com níveis de rendimento menores, mais especificamente com a variação entre cinco e dez salários mínimos (26,7% contra 8,6% do conjunto do universo), e a grande quantidade de horas trabalhadas pesa nas possibilidades de empenho dos esforços pessoais em outras atividades. Desse modo, a posição na ocupação não compõe um recurso independente de hierarquização frente à atuação na concorrência eleitoral, entrando em conjunto com os rendimentos do trabalho principal.

Isso se torna mais evidente ao tomar outros casos de categorias com rendimentos econômicos menores, como os agricultores, pecuaristas, etc., e os comerciantes, para as quais a significância da hierarquia econômica se faz igualmente pesada nas chances de ingresso em disputas eleitorais. O distanciamento da concorrência eleitoral relativamente à combinação entre posição na ocupação e hierarquia econômica em pauta é mais significativo e visível para os agricultores, pecuaristas, etc. No caso desses, a condição de proprietários e de trabalhador por conta própria é anulada pelo baixo rendimento proveniente de suas atividades profissionais e, portanto, a dedicação completa a consecução da subsistência como modo de reprodução social⁶. Algo próximo ocorre com os comerciantes, para os quais a condição de trabalhador por conta própria também é pouco significativa para a participação eleitoral.

Por parte das categorias melhor posicionadas relativamente às retribuições provenientes do exercício profissional, notadamente no caso dos médicos, engenheiros e advogados, com ampla participação nas disputas eleitorais, ocorrem uma série de vantagens agregadas a uma condição socialmente dominante e as maiores chances de inserção profissional e retribuições (CORADINI, 2010b). Em primeiro lugar, o caso dos médicos e advogados é significativo no que se refere a um montante de rendimentos do trabalho principal elevado e a uma relativa disponibilidade frente às relações de trabalho, indicada pela condição de trabalhador por conta própria. Associado a isso, ambas as categorias dedicam um tempo menor ao exercício das funções profissionais, normalmente entre vinte uma e quarenta horas por semana (respectivamente, 39,7% e 55,6% contra 36,9% do conjunto do universo), o que tem parte nas condições de possibilidade de dedicação às disputas eleitorais. Para os engenheiros ocorre algo parecido, embora mais significativamente associados a posições

⁶ Ver tabela em anexo.

subalternas no exercício de suas funções profissionais, a maior rentabilidade e possibilidades de inserção no mercado de trabalho, associadas à quantidade daqueles que trabalham entre vinte e uma e quarenta horas por semana (48,1% contra 36,9% do conjunto do universo), constituem condições favoráveis aos investimentos em outras atividades, notadamente, na “política”.

Como é possível notar considerando o caso dos médicos, engenheiros e advogados, a comparação entre o índice de participação eleitoral dessas categorias e a porcentagem de horas trabalhadas na faixa entre as vinte e uma e quarenta horas por semana, indicam uma proporcionalidade direta. Ou seja, o menor tempo de dedicação às atividades profissionais no caso dessas categorias ocupacionais melhor posicionadas economicamente associa-se a uma maior disponibilidade e propensão para ocupar-se de questões de “política”.

Contudo, isso não se verifica somente no caso das categorias socioprofissionais melhor posicionadas economicamente. O mesmo pode ser verificado para aquelas que possuem menor rendimento do trabalho principal, tais como os professores de ensino fundamental e médio, indicando uma significância relativa da quantidade de horas trabalhadas como princípio de hierarquização frente às chances de participação nas disputas eleitorais, independentemente da posição na hierarquia econômica em pauta.

No caso dessa categoria, ocorre uma combinação entre menores rendimentos do trabalho principal, especificamente o montante que varia entre três e cinco salários mínimos (26,6% contra 11,4% do conjunto do universo) e uma associação mais direta com posições subalternas na respectiva ocupação⁷. Mesmo assim, as chances de participação na concorrência eleitoral são relevantes, indicando o peso de outros recursos na composição das condições de possibilidades para atuação como candidato em eleições gerais. Um desses recursos é a disponibilidade de tempo derivada da menor quantidade de horas trabalhadas por semana, notadamente, menos de vinte horas (28,6% contra 9,3% do conjunto do universo). Desse modo, ficam relativamente claras as associações entre o número de horas dedicadas ao exercício das atividades profissionais e as condições para uma maior dedicação à “política”. Entretanto, a diferenciação das chances de atuação como candidatos para os professores de ensino fundamental e médio, que se posicionam em oposição àquelas categorias melhor situadas economicamente, indica a influência de um conjunto de outros fatores agregados às possibilidades de ingresso nas disputas eleitorais.

⁷ Ver tabela em anexo.

Tabela 2
 Categorias socioprofissionais e posição na ocupação

	Posição na ocupação			
	Empregado com ou sem carteira assinada	Empregador	Conta própria	Sem remuneração ou trabalhador para consumo próprio
Administradores, Diretores e Gerentes	60,2%	32,7%	6,5%	0,6%
Agricultores, Pecuáristas, etc.	12,9%	1,7%	44,9%	40,6%
Comerciantes	49,1%	0,5%	45,5%	4,9%
Empresários	3,2%	93,1%	3,7%	0,1%
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	76,1%	0,9%	21,2%	1,9%
Médicos	47,1%	12%	40%	0,8
Engenheiros	64,1%	10,3%	25,1%	0,5
Advogados	23,6%	10,5%	64,5%	1,4%
Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis)	100,0%	0%	0%	0%
Outros ou em ocupações mal definidas	79,3%	0,4%	17,4%	2,9%
Outros profissionais com titulação universitária	70,5%	5,7%	21,9%	2,0%
Professores de ensino fundamental e médio	92,9%	0,1%	5,9%	1,1%
Militares em geral	99,6%	0,1%	0,4%	0%
Professores universitários	96,9%	0%	2,5%	0,6%
Total	61,5%	3,4%	26,0%	9,1%

Fonte: Censo/IBGE - 2000

Nesse sentido, o peso dos indicadores que remetem aquilo que se está considerando por “tempo livre”, ou seja, a condição de economicamente disponível e desobrigado com o cumprimento de responsabilidades sistemáticas frente à esfera estritamente profissional, constitui uma estrutura compósita de recursos que pesam de forma diferente nas chances de dedicação as disputas eleitorais. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque a dedicação à “política” representa um distanciamento da esfera profissional estrito senso e, ao mesmo tempo, implica nas possibilidades de reconversão dessa negação da contingência profissional em capital político. Contudo, as condições de possibilidades de apresentação como candidato são diretamente proporcionais as chances efetivas de engajamento, a administração do tempo e as condições de suportar as eventuais derrotas, o que impõe uma espécie de “realismo” como adesão ao provável (BOURDIEU, 2007c, p. 91), notadamente nesse caso, no que tange as disputas eleitorais.

Por sua vez, a estrutura compósita configurada por um sistema de relações entre indicadores relativamente independentes, demonstra a existência de uma rede de relações estruturais que não se resumem a relações de causalidade linear. No caso específico das possibilidades de ingresso nas disputas eleitorais relativamente aos indicadores utilizados para definir o que se chamou de “tempo livre”, algumas evidências são diretas, a principal delas é o peso dos rendimentos econômicos derivados do trabalho principal como determinante na hierarquização das chances de candidatura por categoria.

Ao contrário, a desobrigação direta para com as atividades profissionais decorrente da posição na ocupação, não indica um recurso independente, associando-se mais diretamente a posição na hierarquia de rendimentos econômicos. Por sua vez, o tempo disponível relativamente à diferenciação em termos de horas trabalhadas aponta para uma independência frente aos rendimentos do trabalho principal e a posição na ocupação, indicando a existência de outros fatores associados às maiores possibilidades de participação ativa na política. Um exemplo disso se evidencia na oposição, em termos de participação nas disputas eleitorais, entre categorias que ocupam posições próximas quanto aos ganhos provenientes do trabalho principal e a quantidade de horas trabalhadas. É o caso das diferentes chances de participação eleitoral para agricultores, pecuaristas, etc., e professores de ensino fundamental e médio. Nesse caso, os primeiros, mesmo com maior disponibilidade em termos de posição nas relações de trabalho e relação significativa com o menor número de horas trabalhadas por semana (13,2% contra 9,3% do conjunto do universo trabalham até vinte horas por semana), participam muito menos que os segundos dos pleitos eleitorais como candidatos.

1.2 Categorias socioprofissionais, titulação escolar e participação eleitoral

Se por um lado, as possibilidades de atuação como candidato em eleições gerais variam de acordo com os indicadores de “tempo livre”, dentre os quais o mais significativo é o montante de rendimentos provenientes do trabalho principal, ocorre, igualmente, uma associação entre as chances de participação ativa na política e o grau de escolaridade. O peso do capital escolar é tão mais significativo na hierarquização das chances de ingresso na concorrência eleitoral quanto mais está associado a um sistema de causalidade estrutural derivado da combinação entre diversos indicadores tomados para definir aquilo que se está

chamando de “tempo livre”. Ou seja, quanto mais positiva e correlacionalmente variam esses indicadores em associação aos graus de escolaridade mais elevados, maiores as chances de atuação nas disputas eleitorais.

A diferenciação progressiva com base nas relações entre recursos sociais e chances de acesso a um domínio de atividades especializadas constitui a separação entre “profissionais” e “profanos”, cuja realidade prática se expressa na imposição da problemática legítima e de um *savoir-faire* especializado, irredutível as demais formas de atuação social. Desse modo, a relação entre a condição de “economicamente disponível” e a inserção na competição por cargos de representação política fundamenta as condições de legitimidade frente à esfera eleitoral. Contudo, via de regra, não existe nenhum tipo de relação intrínseca entre o sucesso econômico e o sucesso político, sendo que as condições de reconversão do primeiro em “legitimidade política” dependem do trabalho social de mobilização e imposição desse como competência social legitimamente reconhecida frente ao espaço político-eleitoral. Nesse sentido, entram em pauta as diferentes possibilidades de mobilização e manipulação de determinados princípios de excelência social com vistas à imposição de um conjunto de recursos e atributos como eleitoralmente relevantes.

Sob essa perspectiva, as condições de acesso à problemática específica relativamente à concorrência eleitoral dependem das possibilidades objetivas de “dar sentido as lutas”, o que varia de acordo com o capital escolar. Trata-se da desigual distribuição de uma competência “técnica” como “aptidão para operar classificações”, a qual “depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica”. Desse modo, a competência técnica garantida pelo diploma escolar é, ao mesmo tempo, “uma condição de exercício” e “um efeito” social (BOURDIEU, 2007b, p. 382-3).

A imposição da problemática e a redução do universo de produção de bens políticos, decorrente da especialização e monopolização dos esquemas de visão e divisão do mundo social, fazem com que toda luta política se defina ante a um estado específico do universo e das técnicas de ação e expressão propriamente políticas e historicamente disponíveis (BOURDIEU, 2007a, p. 165). De fato, as condições sociais de entrada definem a representação política a partir da correlata exclusão dos representados, o que se expressa pelo distanciamento desses dos instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política.

O aumento proporcional das chances de ingresso na concorrência eleitoral com o aumento da titulação escolar indica a concentração do capital político nas mãos de um

pequeno grupo de “profissionais”. Portanto, as condições de entrada, constituição e afirmação de especialistas em atividade política são evidências da imposição da linha e da definição do conjunto de recursos sociais necessários à participação eleitoral. Trata-se a explicitação da realidade objetiva de um espaço estruturado por determinados critérios de entrada, o que torna mais explícitos os princípios de hierarquização social que estão na base da seleção política.

Como se pode notar, o peso do grau de escolaridade de ensino superior completo é muito significativo para o conjunto dos candidatos, indicando um princípio de hierarquização frente às chances de atuação na concorrência eleitoral de acordo com a desigual distribuição do capital escolar no conjunto das categorias. Isso se reflete, principalmente, nas oposições que estruturam as possibilidades de que determinados agentes sociais se apresentem como candidatos e sejam reconhecidos enquanto tais. Mais associados às chances de participação ativa na “política” estão aqueles com grau de escolaridade de ensino superior completo, indicando a posição mais extrema com relação à participação eleitoral. Em segundo lugar, ocorre uma associação mais evidente com o ensino superior incompleto e, embora com menos intensidade, com o ensino médio incompleto e completo, especificando diferentes condições de acesso a concorrência eleitoral relativamente a determinados graus de titulação escolar.

Tabela 3
Titulação escolar e chances de atuação na concorrência eleitoral

	% de candidatos	% da população ⁸	Índice de representação
Sem instrução ou menos de um ano de escolarização	0,3%	4,9%	6
Ensino fundamental incompleto	5,4%	34,8%	15
Ensino fundamental completo	5,2%	7,4%	70
Ensino médio incompleto	5,6%	3,9%	143
Ensino médio completo	15,5%	9,9%	156
Ensino superior incompleto	15,3%	3,1%	493
Ensino superior completo	52,7%	4,3%	1225

Fonte: Censo/IBGE – 2000. Registros de candidaturas – TRE-RS

⁸ A soma das porcentagens resulta no total de 68,3%, compreendendo a população maior de 18 anos com as respectivas titulações escolares.

A “duração da escolarização” está intimamente ligada ao conjunto de condições de possibilidade de sua realização, e aparece como um dos principais indicativos da desigual distribuição da “politização” entre as classes sociais (GAXIE, 1987). Nesses termos, os diferentes graus de titulação escolar e a comparação entre o conjunto das categorias e a condição ocupacional de origem dos candidatos, especificam os mecanismos sociais de divisão do trabalho político e as diferentes estruturas de capital associadas às chances de participação eleitoral distribuídas por categorias socioprofissionais. Isso quer dizer que as lógicas de seleção política são retraduzidas para o interior das diversas categorias em pauta, visto que, as possibilidades de atuação como candidato estão normalmente associadas a determinadas condições sociais, as quais variam com relação à estrutura de capitais que configura as clivagens entre categorias socioprofissionais e, também, no interior dessas.

No polo com maiores chances de participação em eleições gerais situam-se as categorias dos empresários, médicos, engenheiros e advogados. No caso desses últimos, há uma associação prévia com o grau de escolaridade mais elevado (de acordo com os critérios em pauta), de modo que não ocorrem diferenciações significativas com base na desigual distribuição do capital escolar internamente a essas categorias, para as quais a posse de títulos universitários é condição de exercício profissional. Para os empresários, ocorrem algumas diferenciações com relação às chances de atuação como candidato de acordo com a posse diferenciada de capital escolar. As associações mais diretas se dão, em primeiro lugar, pela exclusão daqueles com títulos escolares mais baixos da esfera de concorrência eleitoral (15,9% do conjunto da categoria contra 3,5% dos candidatos da mesma) e, em segundo, com base na valorização mais significativa do ensino superior incompleto (15,1% do conjunto da categoria contra 27,4% dos candidatos da mesma).

Isso ocorre também com o agrupamento ocupacional daqueles classificados como outros ou em ocupações mal-definidas, com forte participação nas disputas eleitorais em pauta. No caso desse, a diferenciação entre o conjunto dos candidatos e do agrupamento em geral, no que tange aos títulos escolares mais elevados, é menos intensa e direta. Mesmo havendo uma menor valorização da titulação escolar de ensino fundamental incompleto (21,4% do conjunto da categoria contra 11,6% dos candidatos da mesma), a ocorrência de candidatos com graus de escolarização mais altos é pouco significativa. O nível de titulação escolar mais valorizado entre os candidatos desse agrupamento dos não classificáveis é o de ensino superior incompleto (24,1% desses contra 10,1% do conjunto da categoria), com uma leve variação positiva para o ensino superior completo (17,9% desses contra 16% do conjunto da categoria). Essas hierarquizações internas com relação às chances de participação eleitoral

aproximam esses candidatos com ocupações mal definidas ou não classificáveis à categoria dos empresários, ambas com mecanismos de divisão interna do trabalho político semelhantes, notadamente quanto à titulação escolar, com peso maior para o ensino superior incompleto, relativamente à entrada na esfera eleitoral.

Para o conjunto de ocupações situadas no polo oposto e com menores chances de participação eleitoral, as diferenciações com base na posse de distintos níveis de capital escolar são mais significativas. No caso dos agricultores, pecuaristas, etc., e funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, há uma forte divisão do trabalho de representação política com base na posse diferenciada de capital escolar. Especificando por agrupamentos, para os agricultores, pecuaristas, etc. em geral, existe uma relação intensa com grau de escolarização de ensino fundamental incompleto (77,6% do conjunto da categoria). No entanto, ao considerar o conjunto de candidatos com essa condição ocupacional de origem, ocorre uma associação significativa com os títulos escolares mais altos e mais fortemente sobre-representados no conjunto do espaço de concorrência eleitoral. É o caso do peso do ensino médio completo (27,8% desses contra 3,6% do conjunto da categoria), do superior incompleto (14,8% desses contra 0,5% do conjunto da categoria) e do superior completo (16,7% desses contra 0,7% do conjunto da categoria) para a participação em disputas eleitorais, ocorrendo uma relativa negação dos títulos escolarmente mais baixos (22,2% dos candidatos com ensino fundamental incompleto).

O mesmo ocorre com os funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, para os quais há uma exclusão daqueles com ensino fundamental incompleto das lutas pela ocupação de postos de representação política (51,5% do conjunto da categoria contra 3,7% dos candidatos da mesma). Em contrapartida, ocorre uma forte hierarquização interna com base nos títulos escolares mais altos e com mais probabilidades de inserção eleitoral, tais como o superior incompleto (4% do conjunto da categoria contra 25,4% dos candidatos da mesma) e o superior completo (2,7% do conjunto da categoria contra 19,6% dos candidatos da mesma).

Um dos casos mais singulares no que tange as poucas possibilidades de participação eleitoral e a não divisão do trabalho de representação política internamente a uma categoria específica é o dos comerciantes. Para esses ocorrem algumas particularidades, principalmente porque, não há uma hierarquização interna frente às disputas eleitorais com base nos títulos escolares mais elevados, notadamente no ensino superior completo. Assim, os títulos escolares mais significativos na divisão do trabalho político internamente a essa categoria são o ensino médio completo (26,2% do conjunto da categoria contra 32,4% dos candidatos da

mesma) e o ensino superior incompleto (5,2% do conjunto da categoria contra 20,6% dos candidatos da mesma).

Isso se contrapõe, por exemplo, ao caso dos administradores, diretores e gerentes, para os quais o índice de participação eleitoral é significativamente baixo. No entanto, há uma hierarquização interna muito alta relativamente à divisão do trabalho político e atuação nas tarefas de representação. A diferenciação entre o conjunto da categoria e os candidatos da mesma, no que tange a posse de títulos escolares mais elevados, é muito intensa, sendo as possibilidades de atuação como candidato reservadas quase que totalmente aqueles com ensino superior completo (20% do conjunto da categoria contra 67,6% dos candidatos da mesma) e ensino superior incompleto (13,1% do conjunto da categoria contra 17,6% dos candidatos da mesma). Em vista disso, há uma exclusão significativa dos graus de escolaridade mais baixos que o ensino médio completo para o conjunto dos candidatos, ocorrendo apenas um caso de candidato com ensino médio incompleto. O peso da titulação escolar mais elevada para as possibilidades de candidatura dos administradores, diretores e gerentes indica um tipo de compensação estrutural derivada das desvantagens relativas aos rendimentos econômicos e dedicação a pleno tempo à esfera de atuação profissional. Além disso, pode indicar determinados usos eleitorais de tais classificações e sua relativa dependência e legitimação através de títulos escolares.

Os efeitos de titulação escolar nas possibilidades de participação ativa na concorrência eleitoral evidenciam, por um lado, o conjunto de hierarquizações e a divisão do trabalho político internamente as categorias em pauta, por outro, constituem uma estrutura compósita com os indicadores tomados para definir o “tempo livre”. Isso se identifica de uma forma mais clara ao considerar a mescla entre esses indicadores e o capital escolar. A sobreposição desses recursos torna-se mais explícita nas categorias socioprofissionais melhor posicionadas escolar e economicamente, as quais são, também, aquelas com maiores probabilidades de ingresso na concorrência eleitoral. A ocorrência disso deve-se ao fato de que, “nas condições brasileiras, o acesso a um maior montante de capital escolar é diretamente dependente do capital econômico e, além disso, um maior montante de capital escolar resulta, diretamente, em posições sociais mais elevadas” (CORADINI, 1997, p. 6).

Além dessa associação mais direta entre o volume global do capital econômico (rendimentos do trabalho principal) e escolar, que se evidencia nas chances significativas de participação eleitoral dos médicos, engenheiros e advogados, ocorre uma relação inversamente proporcional entre titulação escolar e horas trabalhadas, especificando diferentes possibilidades de candidatura por categoria socioprofissional. Nesse sentido, a

composição entre a menor quantidade de horas de dedicação ao exercício de atividades profissionais e maior titulação escolar do conjunto dos candidatos, mas também das categorias em geral, constituem maiores condições de dedicação a “política”.

As oposições mais evidentes com relação a isso, relativamente às categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais baixas, ocorrem entre os agricultores, pecuaristas, etc., e os professores de ensino fundamental e médio. Comparativamente, há uma oposição significativa entre as possibilidades de atuação na concorrência eleitoral, isso ocorre devido ao peso do capital escolar para o conjunto das categorias e para os candidatos das mesmas. Ou seja, mesmo com uma aproximação entre ambas as ocupações no que tange o aos rendimentos econômicos e horas trabalhadas por semana, há uma relação muito maior dos professores de ensino fundamental e médio com o espaço de concorrência eleitoral, indicando uma associação entre tempo disponível e titulação escolar mais elevada na constituição das disposições para participação nas disputas pelos postos de representação política.

O mesmo ocorre com outras categorias melhor posicionadas economicamente, como no caso dos outros profissionais com titulação universitária e os professores universitários. Tratam-se de categorias com possibilidades significativas de participação eleitoral, mais diretamente associadas aos montantes de rendimentos maiores, que variam entre dez e vinte salários mínimos (respectivamente, 19,3% e 36,5% contra 4% do conjunto do universo), a posição de empregados e a dedicação de menos de vinte horas semanais ao exercício das atividades profissionais (respectivamente, 10,8% e 16% contra 9,3% do conjunto do universo). Essa estrutura compósita de recursos associada ao peso significativo do ensino superior completo para essas categorias em geral e para o conjunto dos candidatos das mesmas evidenciam a significância da relação entre menor quantidade de horas trabalhadas e titulação escolar mais elevada na atuação como candidato.

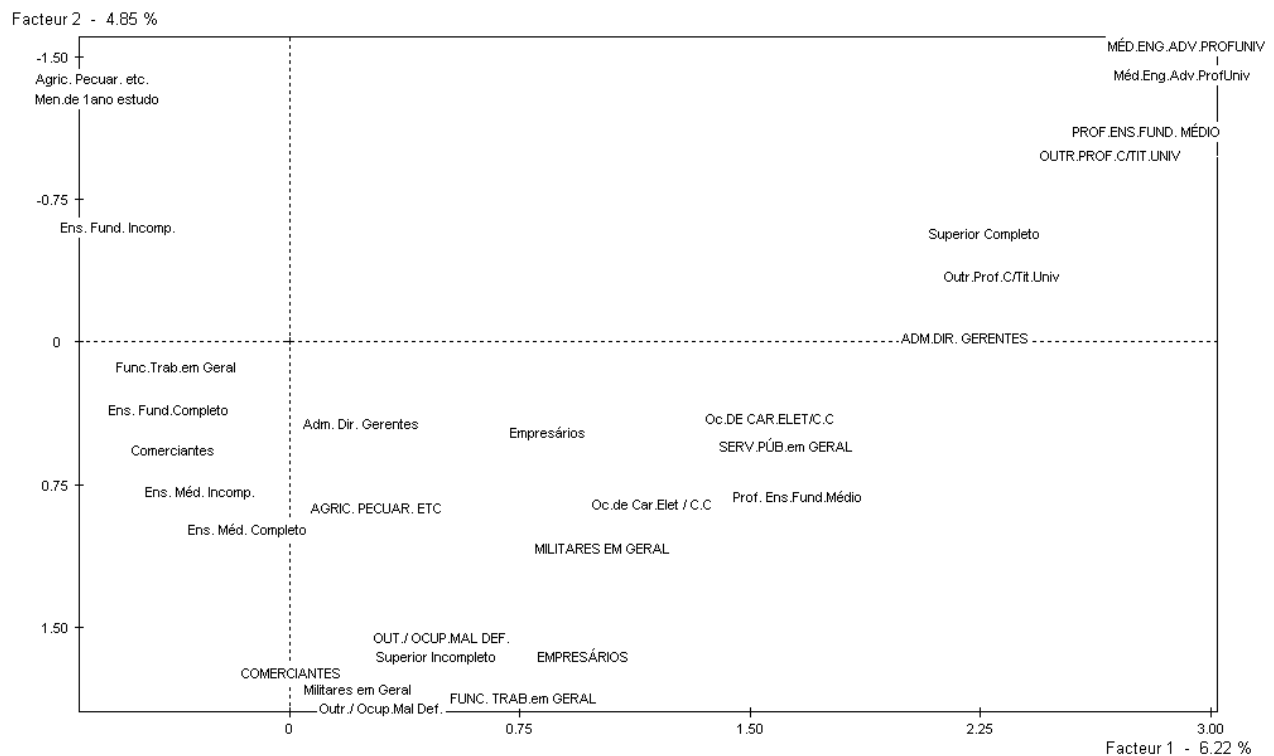
Tabela 4
 Categorias socioprofissionais e ensino superior completo

	% da população com Ensino Superior	% de candidatos com Ensino Superior
Administradores, Diretores e Gerentes	20%	67,6%
Agricultores, Pecuáristas, etc.	0,7%	16,7%
Comerciantes	3%	5,9%
Empresários	26,4%	31%
Servidores públicos em geral	30,3%	52,5%
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	2,7%	19,6%
Médicos	96,8%	100%
Engenheiros	81%	98,6%
Advogados	93,6%	99%
Ocupante de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis)	33,7%	51,9%
Outros ou em ocupações mal definidas	16%	17,9%
Outros profissionais com titulação universitária	59,9%	87,1%
Professores de ensino fundamental e médio	45,5%	91,4%
Militares em geral	8,8%	38,5%
Professores universitários	90,9%	100%

Fonte: Censo/IBGE – 2000. Registros de candidatura – TRE-RS.

Esse processo de concentração das chances de atuação como candidato em eleições gerais baseado na posse diferenciada de titulação escolar e, mais especificamente, da titulação escolar mais elevada, tem como decorrência o fato de que a participação eleitoral na condição de candidatos, em quase todas as categorias, se realiza nos segmentos mais escolarizados das mesmas. Isso indica que as chances de delegação das funções de representação política são inversamente proporcionais a posse de títulos escolares mais elevados, sendo que, ocorre uma extensão desse mecanismo social de divisão do trabalho político para o interior das categorias socioprofissionais e agrupamentos em pauta. A importância do capital escolar para a atuação como candidato em eleições gerais ocasiona uma aproximação entre as ocupações de origem dos candidatos e o polo escolarmente dominante (Ilustração 1).

Ilustração 1 Categorias socioprofissionais, titulação escolar e recrutamento de candidatos⁹



Fonte: PNAD/IBGE – 2002. Registros de candidaturas – TRE-RS.

As evidências mais significativas das diferenciações na relação entre capital escolar, categorias socioprofissionais e chances de atuação como candidatos são indicadas pelas oposições entre o conjunto das categorias e os segmentos encarregados de disputar os cargos de representação política. As principais oposições quanto a isso se dão para os agricultores, pecuaristas, etc., os funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, os professores de ensino fundamental e médio e os administradores, diretores e gerentes, condições ocupacionais de origem dos candidatos que indicam maior distanciamento do conjunto das categorias em geral, considerando o recurso em pauta.

Ao contrário, as diferenciações menos significativas entre o ponto de partida dos candidatos e o conjunto das categorias se dão, em primeiro lugar, com as classificações ocupacionais para as quais a posse de titulação universitária é condição de exercício profissional. Por outro lado, ocorre igualmente uma diferenciação não significativa com relação aos empresários, aos comerciantes e aos outros ou em ocupações mal definidas, sendo

⁹ As categorias ocupacionais de origem dos candidatos estão expressas pela nomenclatura em caixa alta.

que os candidatos com essas ocupações de origem, em geral, não se diferenciam de modo significativo quanto à titulação escolar do conjunto das categorias em pauta.

As diferentes relações entre graus de titulação escolar e as disputas por cargos eleitoralmente em jogo evidenciam, de modo significativo, a posse de níveis hierarquicamente mais altos de capital escolar como condição de garantia de legitimidade frente ao espaço eleitoral. As consequências dessa concentração são mais evidentes ao confrontar os recursos escolares com os econômicos, indicando uma probabilidade associada às chances de participação eleitoral diretamente proporcional ao volume de capital econômico (rendimentos do trabalho principal) e escolar.

Desse modo, as chances de participação eleitoral estão condicionadas, em primeiro lugar, pela posse de montantes mais altos de recursos sociais específicos, notadamente, de rendimentos econômicos e titulação escolar. Em segundo lugar, entra em pauta uma associação mais direta com a distribuição dissimétrica dos diferentes recursos de posição social considerados na estruturação das correlações conduzidas até aqui, os quais indicam um peso significativo do capital escolar na inserção em eleições como candidato. A predominância das possibilidades de candidaturas nas posições escolarmente, mas também economicamente dominantes, impõem um distanciamento objetivo entre o conjunto das categorias socioprofissionais e o espaço de concorrência eleitoral, indicando o peso de uma condição social e escolarmente dominantes e prévias ao ingresso em eleições como recurso determinante nas chances de atuação eleitoral.

1.3 Chances de atuação na concorrência eleitoral e condição de “elite”

Parece evidente que a chance de “usar um ‘poder’ político” é proporcional a “realidade desse poder” (BOURDIEU, 2007a, p. 378), a qual varia de acordo com as diferentes posições no espaço social e com o sentimento de autoridade correlato a posse de determinados recursos. De fato, a evidência empírica do espaço de concorrência eleitoral, como *locus* de um tipo específico de atividade social, pesa nas interações entre os agentes sociais e a “política instituída”. Ou seja, as imposições estruturais que fundamentam as possibilidades efetivas de entrada na competição pelos cargos legislativos, “reservam o jogo

aqueles que são previamente legitimados pelas circunstâncias, pelo lugar que ocupam ou, mais genericamente, pelos signos de sua eminência” (LACROIX, 1985, p. 532).

Portanto, além da constatação de uma alta extração social dos candidatos a cargos legislativos, estão em pauta a detenção de determinados “atributos sociais” como condição de garantia de legitimidade frente ao espaço de concorrência eleitoral. É nesse sentido que se interpõe a relação entre esquemas de classificação social e estrutura de posições, das quais esses são o produto e sobre as quais projetam representações. Ou seja, o espaço social e o conjunto de diferenças inscritas em sua estrutura têm como correlata a própria representação dessas diferenças, fundamentada na desigual distribuição dos recursos sociais e nos “efeitos simbólicos” dessa distinção.

O sistema de relações entre as diferentes espécies de capital tendem a definir o conjunto das posições, princípios de hierarquização e esquemas de classificação presentes nas lutas sociais pelo fato de expressarem simbolicamente a objetividade inscrita nas diversas modalidades de existência social. É nesse encontro entre as condições objetivas e a objetivação das diferenças que o espaço social alcança o estatuto de sistema simbólico objetivamente fundamentado e inscrito nos corpos. Ancorados na objetividade das posições, os princípios de classificação são socialmente operantes na medida em que consagram determinadas divisões por meio da nomeação e reconhecimento, atos que impõem/produzem simultaneamente uma “função” prescritiva, um direito estatutário e um “efeito” social (BOURDIEU, 1990, 2007).

Evidentemente, o reconhecimento das diferenças tem fundamentos sociais e está relacionado à disponibilidade objetiva dos recursos exigidos para tanto. Nesse sentido, entra em pauta a relação de dependência entre as posições socialmente dominantes e os recursos mais diretamente vinculados a sua legitimidade social. Entretanto, a consideração dessa relação de dependência entre uma condição social específica e os recursos que a explicam, ou que são seu fundamento, é unidirecional e monovalente, tendendo a reduzir os usos sociais desses recursos a sua utilidade prescritiva. Por outro lado e para o que está em pauta, torna-se heurísticamente importante a apreensão da relação, nesse caso, entre a posição de “elite” e as diferenciações em termos de volume e estrutura de capitais visto que, essa associação, explicita os recursos mais legítimos e mais diretamente associados às condições de excelência social. Além disso, essa operação analítica não designa somente a discriminação entre recursos e posição social, mas também aponta para quais representações e princípios de hierarquização que estão presentes na posse de determinados “atributos” sociais.

Com esse objetivo e dentro dos limites e possibilidades do conjunto de informações disponíveis, optou-se por conduzir um teste de regressão linear para verificar a relação entre níveis distintos de recursos em associação com uma condição de “elite”. Desse modo, trata-se de indicar em que medida os diferentes níveis de recursos sociais são definidores de distinções objetivas entre condições sociais específicas. Portanto, interessa o quanto determinados recursos sociais indicam posições socialmente dominantes, operando simbolicamente princípios de diferenciação social, os quais só funcionam por serem reconhecidos como legítimos e estarem inscritos na objetividade das relações que se desenham no espaço social.

O objetivo geral desse procedimento está na apreensão da variação dos recursos em sua relação com os polos de oposição definidos no presente estudo. O primeiro ponto a ser ressaltado é que há uma correlação moderadamente significativa entre a posse de recursos sociais em diferentes níveis e a ocupação de posições dominantes ($r = 0,608$). Igualmente, o conjunto de variáveis explicativas indicam um coeficiente de determinação de 0,370 (r^2 ajustado), de modo que o modelo gerado explica, aproximadamente, 37% das variações entre a condição ou a não condição de “elite”.

A variação entre as condições em pauta está mais diretamente associada aos níveis mais elevados de rendimentos econômicos do trabalho principal (Tabela 5) indicando uma variação positiva nos coeficientes de regressão e nas comparações entre as duas condições (t) a partir do nível de cinco a dez salários mínimos. Entretanto, as chances associadas a essa faixa de rendimentos são pouco significativas, havendo um “salto” nos coeficientes de regressão que estão associados às faixas de rendimentos maiores do que dez salários mínimos. Comparativamente, as possibilidades de ocupação de posições de “elite” têm associação positivas para todos os graus de titulação escolar. No entanto, os coeficientes são pouco significativos para os graus de escolarização menores que o ensino superior completo. Isso indica uma associação direta entre o grau mais elevado de titulação escolar (segundo os critérios em pauta) e uma condição de “elite”.

A demonstração empírica das associações entre níveis específicos de recursos sociais e a ocupação de uma posição de “elite” explicita, de modo singular, um processo de hierarquização social fundado da diferenciação de condições de existência mais diretamente vinculadas à posse diferencial de recursos econômicos. Isso fica evidente na observação das variações negativas indicadas pelos coeficientes de regressão associados aos níveis de rendimentos mais baixos. Ao mesmo tempo, a associação positiva com todos os níveis escolares, indica uma cumulatividade parcial na composição da estrutura de capitais mais

diretamente associada a posições consideradas de “elite”, ou seja, que dispõem de recursos econômicos e escolares mais elevados.

Tabela 5
Recursos sociais e condição de “elite”

	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
Intercepto (Constant)	0,037	0,001		48,251	0,000
Sem instrução ou Menos de 1 ano de estudo	0,002	0,000	0,003	7,207	0,000
Ensino Fundamental Completo	0,002	0,000	0,004	8,933	0,000
Ensino Médio Incompleto	0,003	0,000	0,005	11,093	0,000
Ensino Médio Completo	0,005	0,000	0,011	23,885	0,000
Superior Incompleto	0,039	0,000	0,044	99,807	0,000
Superior Completo	0,358	0,000	0,436	900,418	0,000
Sem renda	-0,039	0,001	-0,076	-49,505	0,000
Menos de 1 salário mínimo	-0,038	0,001	-0,097	-49,247	0,000
De 1 a 3 salários mínimos	-0,039	0,001	-0,120	-50,461	0,000
De 3 a 5 salários mínimos	-0,037	0,001	-0,069	-47,353	0,000
De 5 a 10 salários mínimos	0,006	0,001	0,008	6,885	0,000
De 10 a 20 salários mínimos	0,118	0,001	0,119	135,413	0,000
De 20 a 30 salários mínimos	0,237	0,001	0,126	213,177	0,000
Mais de 30 salários mínimos	0,328	0,001	0,150	271,624	0,000

$R^2 = 0,370$ / Erro padrão estimado do modelo = 0,128 / $a = 33922,977$

Fonte: Censo/IBGE - 2000

A discriminação relativa aos recursos econômicos, que indica níveis de rendimento específicos associados à condição de “elite”, é indicativa de uma hierarquização social mais diretamente fundada na posse de maiores rendimentos econômicos e, conseqüentemente, de condições sociais mais elevadas. A principal indicação com relação a esse princípio de diferenciação é a existência de certo tipo de “plutocratismo” relativamente aos processos de hierarquização social, visto que, ocorre uma dissociação entre determinados níveis de rendimentos provenientes do trabalho principal e a condição de “elite”. Obviamente, trata-se de uma constatação mais geral, para a qual o objetivo central é explicitar o valor de determinados recursos a partir de sua associação com uma condição social específica. Heuristicamente, essas relações são muito importantes, principalmente porque, indicam as associações entre recursos específicos e o conjunto de representações sociais presentes nos processos de hierarquização frente ao espaço de concorrência eleitoral. Nesse sentido, as representações e esquemas de classificação parecem apontar para um princípio de hierarquização mais “mundano”, fundado na diferenciação objetiva inscrita nos meios de subsistência, nas possibilidades de consumo e no conjunto de estilos de vida decorrentes. No

entanto, essas constatações são ainda muito provisórias e merecem melhor explicitação, o que exige o acréscimo de um conjunto de outras informações provenientes de fontes variadas, não utilizadas na presente pesquisa.

Do mesmo modo, as chances de acesso a títulos escolares mais elevados variam de modo diretamente proporcional ao montante de rendimentos. Esse fato evidencia mais significativamente a imposição dos critérios de hierarquização social na atuação como candidato. Isso porque, as diferentes possibilidades de usos e a posse de graus escolares mais elevados se inscrevem na estrutura prévia de mediação, estando atreladas a disponibilidade de recursos econômicos como condição de possibilidade de inserção e aquisição de títulos escolares mais valorizados e que indicam posições sociais mais altas.

A correlação entre os recursos de posição social e as distinções hierárquicas legitimadas por esses parecem indicar um princípio estruturante fundado, ao mesmo tempo, na posse diferenciada de recursos sociais diversos e no reconhecimento social previamente garantido pelas condições sociais de origem. Nesse sentido, inclusive, a baixa objetivação das relações entre “recursos escolares” e “retribuição econômica” aponta para diversas modalidades de inserção e usos sociais dos títulos, evidenciando investimentos constantes no acúmulo de capital simbólico como condição de garantia e reconhecimento dos estatutos e condições de exercício “profissional”. Portanto, a evidenciação das associações entre recursos sociais específicos e a oposição entre dominantes e dominados põe em questão não somente a desigual distribuição dos recursos, mas também, as representações sociais acerca de seus portadores.

1.4 Categorias socioprofissionais, idade, sexo e participação eleitoral

As chances de atuação como candidato são diretamente proporcionais à desigual distribuição do capital econômico (rendimentos) e do capital escolar e a correlação disso com outros indicadores relativamente às atividades profissionais. Isso implica dizer que a participação em eleições depende da posse de um conjunto de recursos sociais prévios a inserção na concorrência eleitoral, de modo que, as associações entre recursos sociais e chances de atuação como candidato não indicam mais do que uma probabilidade condicional, cuja variação depende das condições sociais de sua efetivação. Sob esse prisma, é como se os

mais propensos a participar da luta pelos cargos de representação política fossem aqueles mais dispostos a fazê-lo.

Do mesmo modo, o conjunto de chances de atuação como candidato em eleições gerais varia de acordo com o sexo e a idade, indicando as diferentes possibilidades de participação ou delegação da concorrência pelos cargos de representação política. Ou seja, trata-se da relação entre origens – em termos de características sociais – e destinos – como chances objetivas de ingresso no espaço de concorrência eleitoral, as quais dependem das possibilidades efetivas de sua objetivação.

A principal decorrência das diferentes chances de atuação como candidato para homens e mulheres é que, relativamente à esfera de concorrência eleitoral, a diferenciação sexual é muito intensa e significativa no que tange as diversas condições de possibilidade de investimentos em eleições. As mulheres representam 40,6% do conjunto da população, em contrapartida, são 10,7% dos candidatos a cargos de representação política nas eleições em pauta. Essa diferenciação significativa se transfere para o interior de todas as categorias socioprofissionais, acentuando os mecanismos de divisão do trabalho político e de seleção social inerentes à concorrência eleitoral.

As diferentes possibilidades de atuação na concorrência eleitoral, diferencialmente distribuídas entre os sexos, ficam mais evidentes ao considerar as categorias socioprofissionais em que as mulheres são mais numerosas, tais como aquela dos outros profissionais com titulação universitária e dos professores de ensino fundamental e médio (Tabela 6). No caso desses dois agrupamentos, ocorre uma inversão da estrutura de divisão sexual do trabalho quando se trata da atuação nas tarefas de representação política, indicando um distanciamento das mulheres da concorrência eleitoral. Além disso, o peso dos condicionantes sociais nesse caso é mais significativo, visto que, aquelas que participam da concorrência eleitoral são, em geral, mais escolarizadas que os homens. As principais indicações disso apontam para um custo mais elevado de inserção e legitimação frente à esfera eleitoral.

Tabela 6
 Comparação entre o sexo dos candidatos e do conjunto das categorias socioprofissionais

	Candidatos		Conjunto da população	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Administradores, Diretores e Gerentes	-	100,0%	29,4%	70,6%
Agricultores, Pecuáristas, etc.	3,7%	96,3%	34,2%	65,8%
Comerciantes	2,9%	97,1%	49,1%	50,9%
Empresários	6,2%	93,8%	25,8%	74,2%
Servidores Públicos em Geral	13,9%	86,1%	58,1%	41,9%
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	7,9%	92,1%	40,4%	59,6%
Médicos	3,4%	96,6%	32,9%	67,1%
Engenheiros	-	100%	10,3%	89,7%
Advogados	11,7%	88,3%	38,0%	62,0%
Ocupante de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis)	12,5%	87,5%	35,6%	64,4%
Outros ou em ocupações mal definidas	11,9%	88,1%	24,0%	76,0%
Outros profissionais com titulação universitária	16,4%	83,6%	62,5%	37,5%
Professores de ensino fundamental e médio	26,6%	73,4%	86,1%	13,9%
Militares em Geral	1,5%	98,5%	3,9%	96,1%
Professores universitários	13,3%	86,7%	51,6%	48,4%
TOTAL	10,7%	89,3%	40,6%	59,4%

Fonte: Censo/IBGE – 2000. PNAD/IBGE 0 2002. Registros de candidatura – TRE-RS

Assim como a divisão sexual do trabalho tem parte importante na seleção política, as possibilidades efetivas de candidatura variam de acordo com a idade. A diferenciação entre o conjunto dos candidatos e o conjunto das categorias em geral, em termos de faixas etárias, indicam determinadas modalidades de divisão do trabalho político baseadas nas diferentes relações entre investimentos eleitorais e pontos do ciclo de vida, nos quais estão em pauta o tempo e o acúmulo de recursos sociais variados. De tal modo, o ingresso na concorrência eleitoral pode ser considerado como ponto do trajeto social e profissional vinculados ao ciclo de vida dos agentes sociais, o que especifica as diferentes chances de atuação como candidato em eleições gerais a partir das diferenças de idade e a relação disso com outros recursos.

A explicitação das diferentes divisões etárias internamente as categorias socioprofissionais e a relação disso com as chances de atuação como candidato e com os diferentes recursos sociais em pauta indicam algumas tendências. As variações na idade dos candidatos indicam, também, variações em termos de recursos sociais específicos, no caso em pauta, trata-se da desigual distribuição da titulação escolar internamente a determinadas categorias e frente às divisões etárias. Os candidatos mais jovens, com menos de quarenta e cinco anos, concentram-se nas categorias dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, dos comerciantes e dos empresários. Para esses, há uma associação mais forte com títulos

escolares mais elevados, mais precisamente, com o ensino superior incompleto. Em termos numéricos, dentre esses candidatos mais jovens, 28,4% entre os funcionários e trabalhadores em geral, 30% entre os comerciantes e 36,5% entre os empresários tem ensino superior incompleto.

Tabela 7
Comparação entre a idade dos candidatos e do conjunto das categorias socioprofissionais

	Candidatos		Conjunto da população	
	Menos de 45 anos	45 anos ou mais	Menos de 45 anos	45 anos ou mais
Administradores, Diretores e Gerentes	41,2%	58,8%	69,5%	30,5%
Agricultores, Pecuaristas, etc.	33,3%	66,7%	54,5%	45,5%
Comerciantes	49,0%	51,0%	75,2%	24,8%
Empresários	46,0%	54,0%	61,4%	38,6%
Servidores Públicos em Geral	43,0%	57,0%	65,7%	34,3%
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	50,3%	49,7%	75,4%	24,6%
Médicos	10,2%	89,8%	58,3%	41,7%
Engenheiros	29,0%	71,0%	69,3%	30,7%
Advogados	33,8%	66,2%	61,6%	38,4%
Ocupante de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis)	45,0%	55,0%	58,6%	41,4%
Outros ou em ocupações mal definidas	40,8%	59,2%	77,6%	22,4%
Outros profissionais com titulação universitária	33,6%	66,4%	74,9%	25,1%
Professores de ensino fundamental e médio	43,0%	57,0%	75,3%	24,7%
Militares em Geral	46,2%	53,8%	88,6%	11,4%
Professores universitários	40,0%	60,0%	55,4%	44,6%
TOTAL	40,3%	59,7%	71,2%	28,8%

Fonte: Censo/IBGE – 2000. PNAD/IBGE – 2002. Registros de candidatura – TRE-RS

Em contraposição aos candidatos mais jovens situam-se aqueles cujas condições ocupacionais de origem remetem a posições sociais mais elevadas, tais como no caso dos médicos, engenheiros e advogados. Relativamente a esse polo com mais idade e, no caso dessas categorias em pauta, com maiores chances de atuação em eleições, ocorre uma associação com outros agrupamentos que indicam posições sociais mais baixas. São os casos dos agricultores, pecuaristas, etc., e dos outros profissionais com titulação universitária, classificações ocupacionais com distintas possibilidades de participação em eleições. As relações entre posições sociais diversas e a presença diferenciada de candidatos segundo a idade tem significados importantes, visto que, essas derivações indicam a concentração das chances de atuação como candidato em determinados segmentos relativamente às categorias ocupacionais e as condições sociais de origem em pauta.

Com relação às diferenças entre faixas etárias e distribuição do capital escolar internamente as categorias em pauta, para os candidatos mais velhos, as diferenciações se dão no agrupamento dos agricultores, pecuaristas, etc., sendo que as outras ocupações de origem são diretamente ancoradas em títulos escolares mais elevados. Para os agricultores, pecuaristas, etc. ocorre uma associação direta entre os candidatos com quarenta e cinco anos ou mais e o ensino médio completo (27,8% do conjunto da categoria situada nessa faixa etária), e o ensino superior completo (22,2% do conjunto da categoria situada nessa faixa etária).

A hierarquização no interior das categorias socioprofissionais, e sua relação com o processo mais geral de participação nas disputas eleitorais, estão associadas aos efeitos da idade na acumulação de recursos diversos. O principal desses efeitos é a relação diretamente proporcional entre o montante de recursos econômicos derivados do trabalho principal e a idade. Desse modo, o confronto entre as categorias ocupacionais e o montante de recursos econômicos em pauta, frente às divisões etárias, indica uma condição social mais elevada para os agentes sociais mais velhos, de acordo com as diversas categorias. Ou seja, cotejando categorias, rendimentos do trabalho principal e divisões etárias em pauta, evidencia-se um crescimento dos níveis mais elevados de rendimentos em todas as classificações ocupacionais. Portanto, os efeitos da idade na acumulação de capital econômico são diretamente proporcionais e variam de acordo com as diferentes categorias ocupacionais.

No polo com maiores chances de participação eleitoral encontram-se as categorias dos empresários, médicos, engenheiros e advogados, para as quais os efeitos de idade no aumento de rendimentos econômicos são mais evidentes. No caso dos empresários com menos de quarenta e cinco anos há uma forte associação com os níveis de rendimentos mais elevados (9,2% contra 0,6% do conjunto do universo), no entanto, essa associação torna-se mais significativa ao considerar aqueles com quarenta e cinco anos ou mais (16% contra 1,4% do conjunto do universo). O mesmo ocorre com no caso dos médicos, engenheiros e advogados, para os quais o avanço na idade representa um aumento significativo dos rendimentos provenientes do trabalho principal.

Isso ocorre, igualmente, com categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais baixas e com chances variadas de participação na concorrência eleitoral. No caso dos agricultores, pecuaristas, etc., embora não haja uma associação significativa entre essa categoria e os níveis de rendimentos mais elevados, ocorre uma elevação da proporção daqueles com rendimentos maiores de trinta salários mínimos quando consideradas as divisões etárias em pauta. Entre aqueles com menos de quarenta e cinco anos a relação com o

nível de rendimento mais elevado é de 0,3% (contra 0,6% do conjunto do universo), enquanto que, para aqueles com quarenta e cinco anos ou mais essa relação é de 0,6% (contra 1,4% do conjunto do universo). Ocorre o mesmo com o agrupamento dos outros ou em ocupações mal definidas, para os quais há uma elevação significativa da proporção daqueles com rendimentos acima dos trinta salários mínimos. Mais especificamente, enquanto que para os com menos de quarenta e cinco anos a relação com os níveis mais altos de rendimento é de 0,6% (contra 0,6% do conjunto do universo), para os com quarenta e cinco anos ou mais essa proporção é de 2,1% (contra 1,4% do conjunto do universo).

O acúmulo de recursos decorrente do trajeto e do investimento prolongado em atividades específicas tem como resultante, também, a agregação de capital associativo distribuído por categoria socioprofissional derivado da maior participação sindical daqueles mais velhos. Portanto, nesse ponto cabe algo relativo à inserção social e atuação na representação de interesses categoriais.

Considerando o conjunto de categorias que remetem a posições dominantes em termos de recursos econômicos e escolares, para as quais as chances de participação eleitoral são maiores, percebe-se um processo de ampliação da participação em sindicatos conforme se avança nas faixas etárias. Em termos mais específicos, enquanto 22,1% dos empresários com menos de quarenta e cinco anos são sindicalizados, 29,3% daqueles com quarenta e cinco anos ou mais o são. O mesmo ocorre com os médicos, para os quais o percentual de sindicalizados varia de 44,9% para 58,4%, considerando as respectivas faixas etárias em pauta. As variações observadas nesses dois casos de posições sociais mais elevadas e com maiores chances de ingresso na concorrência eleitoral são idênticas ao caso de outras categorias também melhor posicionadas escolar e economicamente, como no caso dos engenheiros e advogados.

No polo oposto, com menos chances de participação eleitoral, aparecem os agricultores, pecuaristas, etc., para os quais há um acréscimo significativo na proporção de associados a sindicatos considerando as variações de idade. No caso desses, se 16,8% com menos de quarenta e cinco anos são sindicalizados, 35,4% daqueles com quarenta e cinco anos ou mais o são. No que tange ao caso dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral e dos comerciantes, as variações para os primeiros são pouco significativas e, para os segundos são negativas, conforme se avança nas divisões etárias em pauta.

Em termos mais específicos, no caso dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, enquanto 14,3% (contra 16% do conjunto do universo) daqueles com menos de quarenta e cinco anos são sindicalizados, 16,8% (contra 23,9% do conjunto do universo) dos

com quarenta e cinco anos ou mais o são. Para os comerciantes, essa relação é inversamente proporcional, visto que, enquanto 9,1% daqueles com menos de quarenta e cinco anos são sindicalizados, 7,2% dos com quarenta e cinco anos ou mais o são.

Além dessas relações mais específicas entre divisões etárias e possibilidades de acúmulo de capital associativo, estão em pauta as próprias condições de atuação na representação de interesses categoriais, as quais variam de acordo com as chances de sindicalização distribuídas por categorias socioprofissionais (CORADINI, 2006). Desse modo, mais do que indicar relações específicas com as ocupações de origem e as formas de inserção social e profissional, as divisões etárias indicam modalidades diversas de relação com o espaço de concorrência eleitoral.

Tomando como base o conjunto das categorias em pauta e as hierarquizações internas evidenciadas a partir da relação entre idade e montante de recursos acumulados, é possível perceber que mais idade indica, em geral, maior volume de recursos diversos, visto que remetem a investimentos de longa duração em espaços de atuação específicos e a construção de carreiras profissionais.

Mesmo com algumas limitações, essas relações entre categorias socioprofissionais, diversos recursos de posição social e as chances de atuação como candidato em eleições gerais são indicativas da relação entre posição social de origem e retribuições derivadas da participação em disputas eleitorais, bem como apontam para os mecanismos de divisão do trabalho político distribuídos por categorias. Se a distribuição desigual de recursos sociais no interior das diferentes categorias socioprofissionais define, genericamente, os princípios de hierarquização relativamente às condições ocupacionais de origem dos candidatos, essas indicações também informam algo sobre a não participação de determinados segmentos ocupacionais na concorrência eleitoral.

Ou seja, trata-se da divisão do trabalho político no interior das diversas categorias e sua relação com a participação eleitoral. Nesse ponto, entra em pauta algo relativo à associação entre recursos sociais, posições no espaço social e a hierarquização interna às categorias ocupacionais de origem, processos que vão especificar que segmentos têm mais propensão à inserção nas lutas eleitorais na condição de candidato.

Em vista disso, a partir de alguns casos exemplares é possível delinear padrões de participação na concorrência eleitoral em sua relação com a divisão do trabalho de representação política e as retribuições da inserção em eleições como candidato. Contudo, como destaca Gaxie (1977), as retribuições do militantismo não podem ser apreendidas sem a consideração das posições de origem na hierarquia social, visto que, aqueles agentes que tem

mais possibilidades de sucesso em outros domínios não estão suscetíveis a se dedicarem à política, a não ser por “gratificações interessantes” (p. 130).

Tomando como ponto de partida as categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais elevadas e tem maior propensão para o ingresso nas disputas eleitorais, nota-se uma relação específica e diferenciada das possibilidades de atuação como candidato por categoria. No caso dos empresários, há uma significância de candidaturas entre aqueles com menos de quarenta e cinco anos (46% contra 40,3% do conjunto do universo), para os quais o montante de patrimônio está mais diretamente associado a níveis intermediários (11,5% contra 2% do conjunto do universo com patrimônio entre R\$500.000 e 1.000.000), e a titulação escolar mais relevante é o superior incompleto (36,5% contra 26,5% do conjunto do universo).

Isso indica uma relação inversa entre as posições dominantes no interior dessa categoria e a participação eleitoral como candidato, a qual pode ter como decorrência duas ordens de fatores. Primeiramente, a luta eleitoral é, em geral, reservada aos mais jovens, mais diretamente vinculados ao superior incompleto, e com menos acúmulo de recursos econômicos. Tal fenômeno é indicativo de uma relativa exclusão da luta eleitoral daqueles empresários cujos trajetos estão mais consolidados, visto que, ao que tudo indica, o desengajamento da esfera profissional em prol atuação como candidato não vale a pena. Em segundo lugar, entra em pauta algo relativo à divisão do trabalho político e as diferentes modalidades de inserção e representação de interesses que não se resumem a concorrência eleitoral. Contudo, tendo em vista os limites e possibilidades da presente pesquisa, esses mecanismos não podem ser melhor explicitados, permanecendo as indicações em aberto.

Em contrapartida, tomando em conjunto as categorias dos médicos, engenheiros e advogados, há uma relação evidente entre essas e a atuação de determinados segmentos na luta eleitoral. As chances de inserção em eleições como candidato são mais significativas entre aqueles com quarenta e cinco anos ou mais (73% contra 59,7% do conjunto do universo), nesse caso como no dos empresários, as gerações mais velhas ocupam as posições dominantes na hierarquia interna as categorias ocupacionais, principalmente com relação ao acúmulo de rendimentos financeiros e recursos sociais diversos. Desse modo, as chances de participação e os mecanismos internos de divisão do trabalho político relativamente aos médicos, engenheiros e advogados reservam o jogo àquilo que se pode considerar, dados os limites e possibilidades do material empírico utilizado, como a “elite” das diferentes categorias ocupacionais em pauta. Entretanto, mais do que indicar uma relação específica com as retribuições provenientes da concorrência eleitoral, embora isso não esteja descartado,

trata-se da reconversão de títulos socialmente mais valorizados, do capital simbólico acumulado no exercício profissional e na ocupação de posições de comando ou de representação em trunfos eleitorais. Ou mesmo, trata-se de uma realocação de atividades visto que a carreira profissional já se encontra estruturada por um investimento prévio e mais duradouro no seu exercício.

O contraponto a esses casos pode ser feito com base nas categorias ocupacionais que indicam posições sociais mais baixas e que possuem menores chances de ingresso na concorrência eleitoral. Com relação a essas, ocorrem duas ordens de fenômenos frente à divisão do trabalho político e a participação eleitoral. Em primeiro lugar, trata-se do caso dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, para os quais ocorre uma relação mais direta com os candidatos com menos de quarenta e cinco anos (50,3% contra 40,3% do conjunto do universo). Igualmente, há uma associação mais direta com os graus de escolaridade de ensino médio completo (29,5% contra 17% do conjunto do universo) e de ensino superior incompleto (28,4% contra 23,5% do conjunto do universo), e aqueles candidatos sem patrimônio declarado (48,4% contra 37,5% do conjunto da categoria). Nesse caso, as chances de atuação como candidato estão centradas naqueles ainda em inserção no mercado de trabalho e/ou ativos no mesmo, mais diretamente associados à titulação escolar menos valorizada frente ao mercado eleitoral e com recursos econômicos escassos.

Em segundo lugar, entra em pauta o caso dos agricultores, pecuaristas, etc. Para esses, os mecanismos de divisão do trabalho político apontam para a participação eleitoral daqueles com maiores recursos sociais acumulados. Os candidatos desse agrupamento têm associação mais direta com a faixa etária daqueles com quarenta e cinco anos ou mais (66,7% contra 59,7% do conjunto do universo), mais diretamente associados ao ensino médio completo (27,8% contra 14,6% do conjunto do universo) e aos montantes de patrimônio mais elevados (11,1% contra 2,6% do conjunto do universo) e maiores do que R\$2.000.000. Além disso, há uma propensão de que os mais velhos acumulem maior capital associativo, devido a maior vinculação desses com sindicatos. Sendo assim e com base nessas indicações, os mecanismos internos de divisão do trabalho político reservam o jogo às “elites” do agrupamento dos agricultores, pecuaristas e etc. Ou seja, a atividade de representação e a divisão do trabalho político no interior da categoria privilegiam aqueles com mais condições de possibilidades de dedicação à concorrência eleitoral, o que reforça a hierarquização interna e a delegação dos menos dispostos a participar dos pleitos eleitorais. Por outro lado, relativamente a esses candidatos, entra em pauta a relação diferenciada com partidos políticos, o que vai evidenciar diferentes modalidades de recrutamento de acordo com segmentos ocupacionais específicos.

2 ESPAÇO DE CONCORRÊNCIA ELEITORAL, RECRUTAMENTO E BASES SOCIAIS

O presente capítulo dedica-se a apresentação das relações entre recursos sociais e a configuração de um espaço de concorrência político-eleitoral. Com esse objetivo, são confrontados os diversos recursos de posição social – categorias socioprofissionais, titulação escolar e montante de patrimônio declarado – de origem geográfica e um conjunto de características sociais diversas, notadamente, sexo e idade dos candidatos a cargos eletivos no Rio Grande do Sul no período analisado.

Posteriormente, são definidas as relações entre recursos de posição social e lógicas do recrutamento partidário-eleitoral, o que configura um espaço interacional de disputas e confrontos pelo oferecimento de candidaturas. As relações específicas entre determinadas bases sociais e partidos políticos, explicitam as diferentes chances e caminhos de sucesso eleitoral de acordo com a posse diferencial de recursos sociais diversos.

Nesses termos, a incidência do recrutamento partidário-eleitoral sobre a estrutura social configura o sistema de ofertas de candidaturas e de produção e legitimação de imagens e símbolos de referência política, os quais, por sua vez, respaldam as tomadas de posição e as lutas pelos princípios de visão e divisão do mundo social. Com base nisso, estão em pauta as relações entre recursos sociais, posições político-partidárias e a estruturação do espaço de concorrência pela representação política no Rio Grande do Sul.

2.1 Estrutura do espaço de concorrência eleitoral

A estruturação de um espaço de lutas pela conquista de cargos públicos eleitoralmente em jogo retraduz o conjunto de clivagens sociais que estão na base dos mecanismos de entrada na concorrência eleitoral. Isso especifica os modos de relação com a “política instituída” e os diferentes princípios de hierarquização social presentes na participação eleitoral como candidato. A configuração de um espaço estruturado por diferentes critérios e possibilidades de entrada, dissimetricamente distribuídos por categorias socioprofissionais,

explicita os princípios de estruturação e de divisão que estão na base das lutas pela ocupação dos postos de poder político.

Os princípios de diferenciação que estão na base das lutas eleitorais se definem frente ao volume e estrutura de capitais, notadamente do capital escolar e do montante de patrimônio, desigualmente distribuídos e estruturantes na definição das oposições nesse espaço de relações. Igualmente, os princípios de hierarquização presentes nesse espaço englobam as diferenças entre sexo, idade e origem geográfica. Com base nisso, sua estrutura e as diferentes oposições que o definem estão associados a um sistema de correspondências múltiplas¹⁰, o qual explicita, de modo relacional, o conjunto de clivagens sociais e a relação dessas com a estrutura do espaço de concorrência eleitoral e as diferentes possibilidades de imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social.

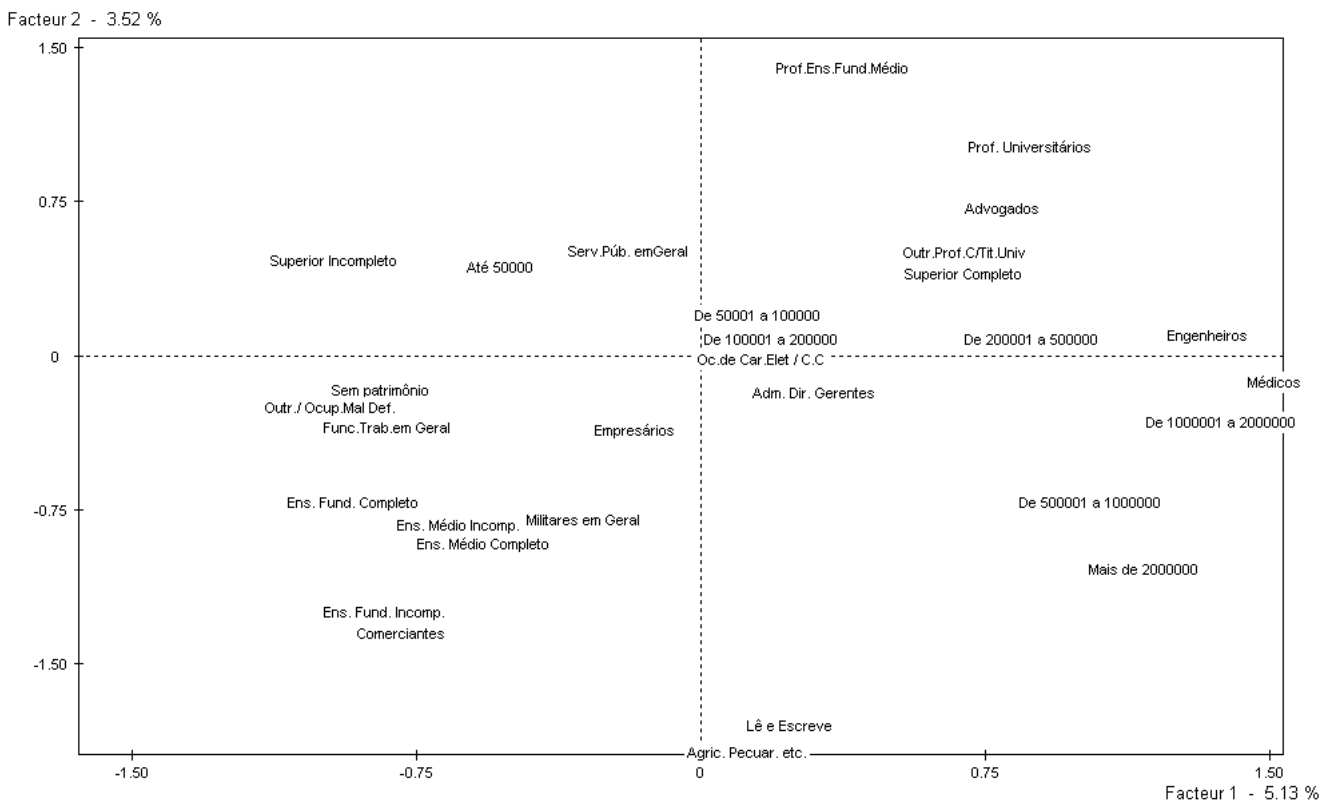
Os princípios de divisão e de estruturação das posições no espaço de concorrência eleitoral estão fundamentados, em primeiro lugar, nas oposições entre um polo escolarmente dominante e mais diretamente associado ao ensino superior completo e o conjunto das outras titulações escolares e recursos econômicos – patrimônio – associados a essas oposições (eixo do primeiro e segundo fatores). Em segundo lugar, há uma oposição mais direta entre as origens geográficas dos candidatos e o conjunto de recursos sociais que hierarquizam essas oposições (eixo do terceiro fator).

Numa primeira oposição (eixo do primeiro fator), ocorre uma dissociação entre as categorias socioprofissionais mais diretamente associadas à titulação escolar de superior completo e aquelas mais diretamente relacionadas ao ensino superior incompleto. A essa oposição interpõe-se um conjunto de outras características sociais que englobam as divisões etárias, o parentesco por aliança e os diferentes montantes de patrimônio. No polo escolarmente dominante, situam-se os candidatos cujas ocupações de origem estão mais diretamente associadas às categorias socioprofissionais que remetem às posições sociais mais elevadas, tais como no caso dos médicos, engenheiros e advogados. Para esses, há uma relação mais evidente com a condição de casados, com mais de cinquenta e um anos de idade e com montantes de patrimônio declarado que se situam em níveis intermediários e elevados, tais como os que variam entre R\$200.001 e 500.000, e aqueles com patrimônio de R\$500.001 a 1.000.000.

¹⁰ A correlação entre os diversos indicadores que compõem a estrutura do espaço de concorrência eleitoral foi sistematizada a partir de uma análise fatorial de correspondências múltiplas. Para a descrição das principais informações estatísticas, ver anexo.

No extremo oposto, há uma relação mais direta com o ensino superior incompleto que, por sua vez, associa-se aos candidatos cujas ocupações de origem remetem às classificações que indicam posições sociais mais baixas, tais como os outros ou em ocupações mal-definidas e os funcionários, técnicos e trabalhadores em geral. Por sua vez, a essas associações mais diretas entre titulação escolar e condição ocupacional de origem dos candidatos insere-se um conjunto de outras características sociais, dentre as quais, as mais importantes são a condição de solteiro, a idade menor do que trinta anos e sem patrimônio declarado.

Ilustração 2
Estrutura do espaço de concorrência político-eleitoral no Rio Grande do Sul



Fonte: Registros de candidatura – TRE-RS

As principais indicações com relação a essas oposições são que, de um lado, ocorre uma inserção no espaço de concorrência eleitoral derivada de um processo prévio de inserção profissional, acúmulo de recursos e capital simbólico derivado tanto da posse de titulação escolar mais elevada quanto de um maior montante de patrimônio econômico. Por outro lado, verifica-se o ingresso nas disputas eleitorais diretamente fundado em títulos escolares menos

valorizados no conjunto do espaço de concorrência eleitoral e no exercício de funções “profissionais” que indicam posições sociais mais baixas, com menor montante de patrimônio e legitimidade frente às tarefas de representação política.

Um segundo princípio de oposição presente nesse espaço de disputas eleitorais (eixo do segundo fator), opõe um polo mais escolar e com menor associação a montantes de patrimônio elevados ao polo escolarmente dominado e economicamente dominante. Frente a esse conjunto de oposições se define, relacionalmente, um sistema de características mais diretamente associadas aos polos em disputa, as quais englobam as oposições entre sexo, idade e parentesco por aliança.

Mais diretamente associados ao polo escolarmente dominante e economicamente dominado estão os candidatos com origens ocupacionais entre os professores de ensino fundamental e médio, ocorrendo também, porém em menor grau, uma relação com aqueles cujas ocupações de origem remetem a categoria dos advogados e dos professores universitários. Relativamente a essas ocupações de origem, há série de relações mais diretas com o sexo feminino, com candidatos com idade até trinta anos, solteiros e com patrimônio declarado mais fortemente associado a valores mais baixos, notadamente, menores do que R\$50.000.

Em oposição a esse polo, encontram-se aqueles candidatos com origem entre os agricultores, pecuaristas, etc., com maior associação a titulação escolar de ensino médio completo e ensino fundamental incompleto. A forte relação desse extremo do eixo do segundo fator com o ensino médio completo aproxima do agrupamento dos agricultores, pecuaristas, etc., os candidatos com origem ocupacional entre os comerciantes. Igualmente, ocorre uma associação desse polo com os montantes de patrimônio mais elevados, cuja relação mais significativa se dá com os valores maiores do que R\$2.000.000. Contudo, essa associação com os maiores montantes de patrimônio ocorrem devido ao peso do agrupamento dos agricultores, pecuaristas, etc. na estruturação das oposições presentes nesse eixo. Além dessas oposições mais diretas frente ao polo escolarmente dominante e economicamente dominado, os candidatos situados no extremo desse polo são, em geral, homens, casados e com mais de sessenta anos de idade.

Os princípios de estruturação presentes nas oposições desse segundo eixo fatorial evidenciam a distribuição dissimétrica entre determinadas espécies de capital. Por um lado, os candidatos mais diretamente associados ao polo escolarmente dominante e economicamente dominado desse eixo têm, na titulação escolar, o principal recurso social como condição de legitimidade frente à esfera de concorrência eleitoral. Em oposição a isso, aparecem os

agricultores, pecuaristas, etc., para os quais ocorre uma relação mais direta com os maiores valores de patrimônio econômico no espaço em pauta. Ocorre que, no caso desse agrupamento, não se tratam de trabalhadores em atividades agropecuárias, tratam-se de empresários rurais e de grandes proprietários, para os quais a legitimidade prévia frente às disputas eleitorais assenta-se sobre o conjunto de recursos econômicos e relações sociais que são capazes de mobilizar a partir de sua condição prévia.

Por fim, ocorre uma oposição significativa entre candidatos com origens geográficas na região metropolitana de Porto Alegre e aqueles cujas origens situam-se nas regiões noroeste e sudoeste do estado. No polo mais diretamente associado aos candidatos com origem geográfica mais central, ocorre uma associação mais forte com as ocupações que indicam posições sociais mais baixas, entre as quais a dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, dos servidores públicos em geral e dos outros ou em ocupações mal definidas. No extremo oposto, e com origens geográficas mais periféricas, encontram-se os candidatos cujas ocupações de origem remetem a posições sociais mais altas relativamente ao espaço de concorrência eleitoral. É o caso das relações mais diretas com as classificações ocupacionais de agricultores, pecuaristas, etc., de médicos, de engenheiros e de professores universitários.

As oposições em termos de origens geográficas que se retraduzem em diferenciações relativas às posições sociais de origem dos candidatos e indicam as distintas hierarquizações entre recursos sociais específicos e sua inscrição na configuração do espaço de concorrência eleitoral. Desse modo, as origens geográficas mais periféricas associadas a posições econômicas ou escolares mais elevadas, são indicativas do peso dos custos de entrada na concorrência eleitoral para aqueles candidatos mais distantes da região metropolitana de Porto Alegre.

Como se pode perceber a partir da construção desse espaço de relações entre recursos de posição e características sociais, há uma dinâmica relacional que confronta um conjunto de propriedades distintas e coexistentes, as quais tendem a configurar uma estrutura de relações no interior do espaço de concorrência eleitoral, indicando os recursos de entrada mais diretamente associados a determinados princípios de oposição. A composição desse espaço, fundada na relação entre posições e recursos em confronto nas lutas pela conquista dos postos de poder político, se reflete nas diversas modalidades de agenciamento de interesses e recursos sociais pelas empresas que conformam o espaço de oferecimento de candidaturas.

Desse modo, o conjunto de clivagens sociais presentes no espaço de concorrência eleitoral e os diferentes recursos e mecanismos sociais de entrada são retraduzidos para o

interior dos partidos políticos e configuram, portanto, as distinções entre posições partidário-eleitorais específicas, as quais se definem relacionalmente com base na divisão do trabalho de representação política e de oferecimento de candidaturas.

2.2 Recrutamento partidário-eleitoral e bases sociais

Como foi possível demonstrar até aqui, as relações entre recursos sociais e chances de participação na concorrência político eleitoral se refletem diretamente no espaço de disputas pelos cargos de representação política eleitoralmente em jogo, definindo, assim, o conjunto de oposições e similitudes entre posições sociais de origem, estruturando determinados critérios de entrada no espaço de concorrência eleitoral. Esse processo remete, por um lado, as condições de reconversão de legitimidade social em legitimidade política e o peso relativo dos diversos recursos sociais nas possibilidades de participação ativa na disputa por cargos eletivos. Por outro lado, trata-se da relação entre os mecanismos de seleção social, presentes na concorrência política, e suas diversas formas de retradução para o conjunto do espaço de concorrência eleitoral, o que vai estruturar o sistema de oposições e confrontos internamente a esse.

Todavia, essa dupla ordem de fatores não é excludente, mas complementar no processo de participação como candidato em eleições de nível estadual. Ou seja, a objetivação das relações entre determinados partidos e bases sociais, tem implicação nas condições de possibilidade de que determinados agentes sociais, portadores de recursos específicos invistam, na política ou sejam investidos por ela com base nesse duplo condicionante de entrada na concorrência eleitoral.

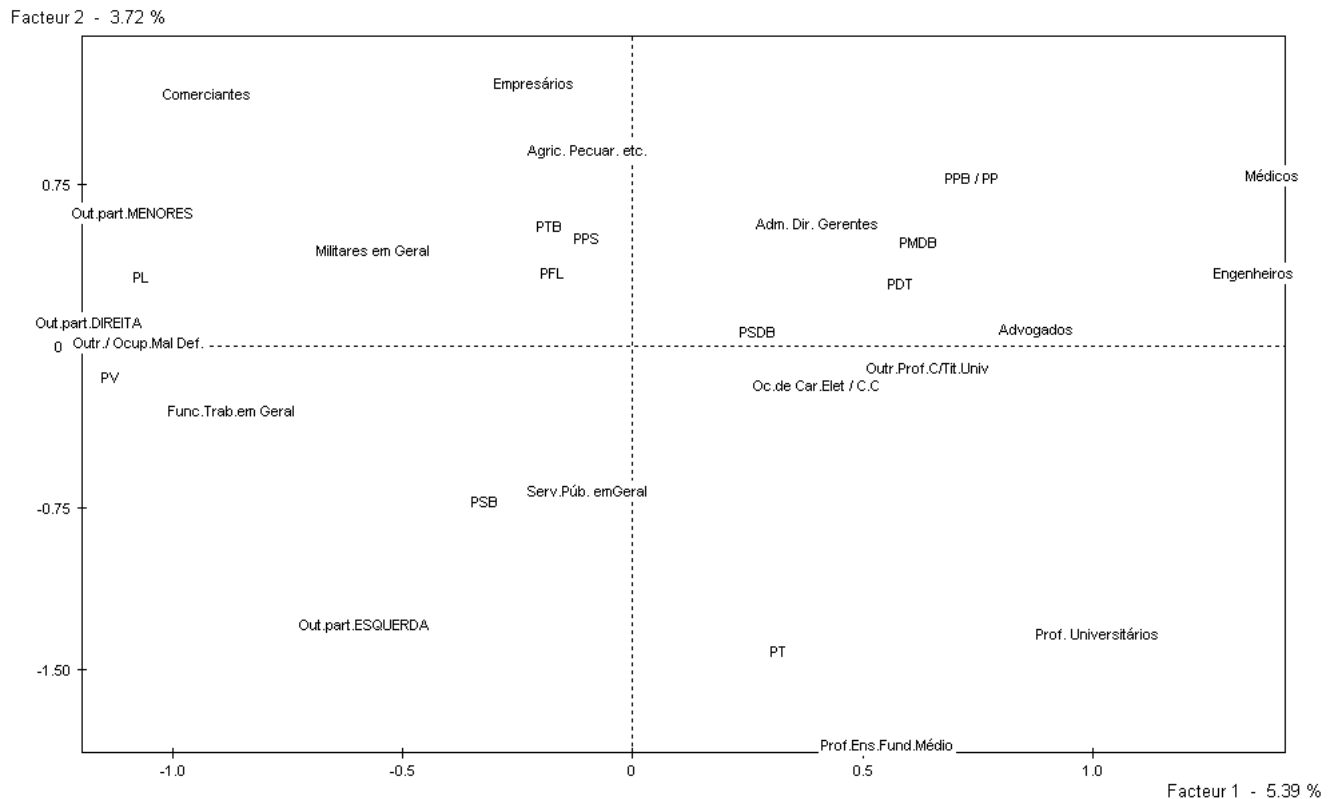
Desse modo, estão em pauta as relações entre bases sociais e partidos políticos, com vistas a definir o conjunto de clivagens sociais presentes nas lutas eleitorais e como essas se definem, relacionalmente, frente às posições políticas específicas. Ocorre que, ao evidenciar a relação entre determinados recursos sociais, categorias socioprofissionais e posições político-partidárias se está indicando algo relativo aos princípios de hierarquização e excelência social em disputa na definição das oposições presentes no espectro político-partidário do Rio Grande do Sul.

Os princípios de divisão presentes no conjunto de relações entre partidos políticos e bases sociais opõem, em primeiro lugar, aqueles partidos menores e com pouca expressão eleitoral aos partidos tidos como maiores e com chances de sucesso eleitoral mais elevado (eixo do primeiro fator). Em segundo lugar, entram as diferenciações em termos de recrutamento partidário-eleitoral daqueles partidos políticos tidos como opostos no que tange ao espectro político-partidário (eixo do segundo fator). Por fim, ocorre uma diferenciação com base em uma categoria socioprofissional específica e com forte relação com as disputas eleitorais, trata-se do caso dos candidatos cuja ocupação de origem remete aos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (eixo do terceiro fator).

As evidências mais gerais com relação às lógicas de recrutamento partidário-eleitoral indicam uma determinação social significativa, a qual tende a estruturar as relações entre partidos e bases sociais. A primeira oposição que define o conjunto de relações entre partidos e bases sociais associa-se a divisão já exposta anteriormente entre categorias socioprofissionais de origem dos candidatos e recursos de posição social. De um modo mais específico, num dos polos situam-se os candidatos com titulação escolar de ensino superior completo e maiores montantes de patrimônio e, no outro extremo, estão aqueles mais associados ao conjunto dos títulos escolares mais baixos, dentre os quais se destacam o ensino médio completo e ensino superior incompleto. Mais fortemente relacionados a esse polo com menor titulação escolar, encontram-se os candidatos sem patrimônio declarado.

No polo escolar e economicamente dominante desse primeiro eixo de estruturação encontram-se as ocupações de origem que indicam posições sociais mais elevadas, dentre as quais a dos médicos, engenheiros e advogados, com associação mais direta com o PPB/PP, com o PMDB e com o PDT. No extremo oposto, há uma relação mais forte com os partidos menores e eleitoralmente inexpressivos, tais como aqueles agrupados nos outros partidos “menores” e nos outros partidos de “direita”, diretamente vinculados a posições sociais de origem mais baixas, cujas origens ocupacionais remetem aos agrupamentos dos outros ou em ocupações mal definidas e dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral.

Ilustração 3¹¹ Recrutamento partidário-eleitoral e bases sociais



Fonte: Registros de candidatura – TRE-RS

Um segundo princípio de divisão desse espaço de relações (eixo do segundo fator) evidencia uma associação entre bases sociais de recrutamento e algumas oposições tidas como relevantes na definição do espectro partidário-eleitoral do Rio Grande do Sul. De um lado, mais diretamente associados a um polo mais escolar e menos econômico estão o PT e os outros partidos de “esquerda”. Para esses, ocorre uma relação mais direta com os candidatos com ensino superior completo e montante de patrimônio mais baixo e mais diretamente associado aos valores que variam entre R\$50.000 e 100.000. No que tange as categorias socioprofissionais de origem desses candidatos, há uma relação mais direta com os professores de ensino fundamental e médio, com os professores universitários, com os ocupantes de cargo eletivo ou por comissão e com os outros profissionais com titulação universitária.

¹¹ Os agrupamentos partidários englobam os seguintes partidos por categoria constituída: Outros partidos de “esquerda” (PC do B; PCO; PMN; PSTU; PCB; PGT); Outros partidos de “direita” (PL; PRONA; PSC; PSDC; PSL); Outros partidos menores (PHS; PRTB; PTC; PT do B; PAN; PTN).

No extremo oposto estão os candidatos mais diretamente associados a um capital escolar menor e a um maior montante de patrimônio econômico. De um modo mais direto, a esse polo associam-se os candidatos cujas bases de recursos sociais estão mais relacionadas ao ensino médio completo e aos montantes de patrimônio relativamente mais altos, cujos valores variam entre R\$500.001 e 1.000.000. Essas bases de recrutamento estão mais associadas ao PPB/PP e ao PTB, com vinculação mais direta aos candidatos cujas ocupações de origem remetem as categorias dos comerciantes e dos empresários.

As oposições presentes nesse eixo evidenciam as lutas pela ocupação de postos de representação política e o conjunto de princípios de hierarquização e excelência social que se expressam através delas. Ou seja, está em pauta a oposição entre capital escolar e capital econômico, a qual se retraduz para as disputas eleitorais por meio das relações diferenciadas entre partidos e bases sociais de recrutamento. Além disso, trata-se de uma divisão do trabalho de representação política, cujas oposições entre um polo mais escolar e outro mais econômico põem em evidência o conjunto de clivagens sociais presentes nas disputas entre partidos políticos pela ocupação dos postos de representação.

Um último princípio de divisão, que envolve as relações entre bases sociais e recrutamento partidário-eleitoral, indica a oposição entre os candidatos cuja condição ocupacional de origem remete a uma inserção prévia em funções públicas eletivas ou por comissão e o conjunto dos demais com origem em outras ocupações. Ou seja, ocorre uma dissociação entre a categoria dos ocupantes de cargos eletivos ou por comissão e o conjunto de outras categorias socioprofissionais que se opõem a essa. Em decorrência disso, ocorre uma aproximação entre o PT, PMDB e PDT, partidos com recrutamento de candidatos fortemente associado à categoria que define a posição extrema do polo desse eixo.

Em contrapartida a essa aproximação, derivada da centralidade dos ocupantes de cargo eletivo ou por comissão para o conjunto desses partidos, ocorre um afastamento desse polo dos partidos para os quais as bases de recrutamento remetem a outras categorias. Nesse sentido, situam-se no extremo oposto desse eixo o PPB/PP, os outros partidos de “esquerda” e os outros partidos de “direta”. Isso indica que, na estruturação desse eixo de oposições, ocorre algo que poderia ser definido como uma ambivalência em termos de posições no espectro político-partidário do Rio Grande do Sul, derivada das relações mais ou menos diretas com a categoria dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão.

As divisões presentes nesse terceiro eixo fatorial indicam dois princípios de hierarquização presentes nas lutas pela ocupação de cargos eletivos. Em primeiro lugar, a centralidade dos candidatos com ocupação prévia de funções eletivas ou atuação na

burocracia pública põe em evidencia o peso do “carisma de função” nas lutas político-eleitorais. Em segundo lugar, a oposição mais direta ao PPB/PP indica a inserção na concorrência eleitoral segundo outros princípios e, normalmente, associados a uma posição socialmente dominante e prévia a disputa de cargos eleitoralmente em jogo.

As principais indicações relativamente à estruturação de um sistema de relações entre recursos sociais – notadamente categorias socioprofissionais, titulação escolar e montante de patrimônio econômico – e posições político-partidárias são aquelas referentes às modalidades de acesso as lutas eleitorais diferencialmente distribuídas por partidos. Trata-se da redefinição do conjunto de clivagens sociais presentes nas chances de atuação na concorrência eleitoral e a relação disso com a divisão do trabalho de representação política frente às posições político-partidárias. Nesse sentido, a lógica concorrencial do mercado eleitoral opõe, em geral, partidos políticos definidos pelo conjunto das características sociais mais diretamente associadas a determinadas bases de recursos e, conseqüentemente, aos agentes que as incorporam. Desse modo, são evidenciados os princípios mais gerais de recrutamento e as relações estabelecidas entre organizações políticas e estrutura social.

Além disso, em se tratando da concorrência pela ocupação de postos de representação política, está em pauta algo relativo à ambivalência da “função de representação” frente à esfera política (AGRIKOLIANSKY, 1994), de modo que relações entre recursos de bases sociais e partidos informam algo relativo às imagens e símbolos que se objetivam frente aos princípios de visão e divisão do mundo social, politicamente operantes por estarem fundados na objetividade das divisões sociais das quais são o produto. Portanto, é na objetivação das diferenças entre as condições de possibilidades para que determinados agentes sociais invistam no jogo político, sendo as chances efetivas de entrada limitadas pela estrutura das relações entre partidos e bases sociais, a partir das quais se define o sistema de afinidades eletivas entre agentes sociais e determinadas posições político-partidárias.

Frente a isso, os fundamentos sociais da competição política são diferentemente apreendidos e retraduzidos para o interior dos diversos partidos políticos, estruturando um princípio de divisão do trabalho de representação política e de fornecimento de candidaturas. Ou seja, as lógicas mais gerais de recrutamento político se definem relacionalmente frente à propensão ao provável para a atuação eleitoral, associada a determinadas categorias e segmentos categoriais, e, igualmente, frente às ligações privilegiadas entre partidos e bases sociais. O processo pelo qual as clivagens sociais são apreendidas pelos partidos define, sob essa perspectiva, o conjunto de condicionantes que especificam das relações entre recursos sociais e posições político-partidárias. É nesse sentido que as chances de que ocorram

associações entre determinados partidos e condições ocupacionais de origem evidenciam a estrutura do mercado de fornecimento de candidaturas e a divisão do trabalho de representação.

O conjunto de categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais altas e são diretamente sobre-representadas no conjunto do espaço de concorrência eleitoral, estão também fortemente presentes na composição social de quase todos os partidos em disputa nas eleições em pauta (Tabelas 8 e 9). A aproximação ou afastamento de determinadas condições ocupacionais de origem dos candidatos variam, desigualmente, de acordo com as bases sociais que compõem o partido e que definem sua posição na estrutura de posições do espaço partidário-eleitoral. Nesse sentido, estas relações com determinados agrupamentos ocupacionais ou categorias revelam algo sobre a imagem social e política dos partidos e, ao mesmo tempo, sobre os princípios de classificação e hierarquização presentes na concorrência pelos cargos de representação política.

Em se tratando da associação entre agrupamentos ou categorias ocupacionais e partidos políticos, alguns padrões podem ser delineados. Os empresários são diretamente sobre-representados no conjunto do espaço político-eleitoral sendo, entretanto, esta forte relação com a concorrência eleitoral diferentemente apreendida pelos partidos em disputa. Os índices de representação, distribuídos por partido, indicam uma relação mais intensa desta categoria com os outros partidos “menores”, com o PL e com o PPS. Ocorre, também, uma forte associação com o PFL, com o PV, com o PDT, com o PPB/PP, com o PTB e com o PSDB. Em contraposição a isso, estão aqueles partidos para os quais a relação com a categoria de empresários é nula, como no caso do PT e dos outros partidos de “esquerda”. Entretanto, mais do que evidenciar a relação entre partidos e determinadas categorias ocupacionais de origem dos candidatos, trata-se de interpor a isso as relações entre posições político-partidárias e os recursos de posição social, notadamente o capital escolar e o montante de patrimônio declarado.

Tabela 8
Partidos políticos e índices de representação por categoria socioprofissional (1)

% da categoria na população	PDT		PFL		PL		PMDB		PPB / PP		PPS		PSB	
	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação
Administradores, Diretores e Gerentes	5%	0,6% 12	2,4% 48	1,2% 24	2,3% 46	5,3% 106	2,7% 54	0,8% 16						
Agricultores, pecuaristas, etc.	18,3%	2,9% 15	6,0% 33	1,2% 6	4,2% 23	4,4% 24	1,4% 7	1,6% 8						
Comerciantes	7,9%	2,9% 36	4,8% 61	9,6% 121	5,1% 64	6,8% 86	5,5% 70	4,7% 59						
Empresários	0,7%	8,2% 1171	9,5% 1357	10,8% 1542	3,7% 528	7,3% 1042	11,0% 1571	1,6% 228						
Servidores públicos em geral	5,5%	7,6% 138	2,4% 43	6,0% 109	3,7% 67	4,4% 80	9,6% 174	16,4% 298						
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	58,5%	7,6% 13	11,9% 20	14,5% 25	6,0% 10	4,9% 8	9,6% 16	11,7% 20						
Médicos	0,4%	7,6% 1900	3,6% 900	4,8% 1200	8,3% 2075	5,8% 1450	4,1% 1025	1,6% 400						
Engenheiros	0,2%	4,1% 2050	1,2% 600	1,2% 600	2,8% 1400	10,7% 5350	4,1% 2050	4,7% 2350						
Advogados	0,5%	12,9% 2580	7,1% 1420	3,6% 720	13,0% 2600	12,1% 2420	15,1% 3020	11,7% 2340						
Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão	0,3%	23,5% 7833	9,5% 3166	9,6% 3200	23,6% 7866	12,1% 4033	9,6% 3200	11,7% 3900						
Outros ou em ocupações mal definidas	0,7%	7,1% 1014	16,7% 2385	21,7% 3100	12,0% 1714	6,8% 971	17,8% 2542	15,6% 2228						
Outros profissionais com titulação universitária	2,5%	6,5% 260	11,9% 476	2,4% 96	4,6% 184	9,7% 388	8,2% 328	3,1% 124						
Professores de ensino fundamental e médio	3,3%	3,5% 106	3,6% 109	4,8% 145	6,5% 196	6,3% 190	- 0	7,8% 236						
Militares em Geral	1,4%	3,5% 250	8,3% 592	8,4% 500	3,7% 264	2,9% 207	1,4% 100	6,3% 450						
Professores Universitários	0,3%	1,2% 400	1,2% 400	- 0	0,5% 166	0,5% 166	- 0	0,8% 266						

Fonte: Censo IBGE/2000. Registros de candidatura – TRE-RS.

Tabela 9
Partidos políticos e índices de representação por categoria socioprofissional (2)

% da categoria na população	PSDB		PT		PTB		PV		Outros partidos de DIREITA		Outros partidos de ESQUERDA		Outros partidos MENORES	
	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação	% da categoria no partido	Índice de Representação
Administradores, Diretores e Gerentes	5%	2,3% 46	- 0	0,8% 16	- 0	2,8% 56	1,0% 20	2,2% 44						
Agricultores, pecuaristas, etc.	18,3%	0,6% 3	5,1% 27	3,0% 16	- 0	- 0	- 0	1,1% 6						
Comerciantes	7,9%	5,3% 67	- 0	11,0% 139	4,2% 53	6,9% 87	2,0% 25	5,6% 70						
Empresários	0,7%	6,4% 914	- 0	6,8% 971	8,5% 1214	4,2% 600	- 0	14,4% 2057						
Servidores públicos em geral	5,5%	10,5% 190	8,2% 149	12,3% 223	5,6% 102	5,6% 102	14,7% 267	2,2% 40						
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral	58,5%	7,0% 12	10,5% 18	9,3% 15	9,9% 17	22,2% 37	12,7% 21	13,3% 22						
Médicos	0,4%	7,6% 1765	2,7% 675	4,7% 1175	1,4% 350	- 0	1,0% 250	- 0						
Engenheiros	0,2%	2,9% 1450	4,7% 2350	1,7% 850	- 0	2,8% 1400	- 0	- 0						
Advogados	0,5%	10,5% 2100	5,5% 1100	12,3% 2460	5,6% 1120	5,6% 1120	4,9% 980	12,2% 2440						
Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão	0,3%	16,4% 5466	27,0% 9000	9,7% 3233	- 0	- 0	11,8% 3833	3,3% 1100						
Outros ou em ocupações mal definidas	0,7%	13,5% 1928	9,0% 1285	17,8% 2542	46,5% 6642	27,8% 3971	27,5% 3928	36,7% 5242						
Outros profissionais com titulação universitária	2,5%	7,0% 280	9,0% 360	6,4% 256	9,9% 396	4,2% 168	8,8% 352	8,9% 356						
Professores de ensino fundamental e médio	3,3%	5,3% 160	16,0% 484	2,1% 63	7,0% 212	4,2% 127	14,7% 445	- 0						
Militares em Geral	1,4%	3,5% 250	0,4% 28	1,7% 121	1,4% 1	13,9% 992	0	- 0						
Professores Universitários	0,3%	1,2% 400	2,0% 666	0,4% 133	- 0	- 0	1,0% 333	- 0						

Fonte: Censo IBGE/2000. Registros de Candidatura – TRE-RS.

No que tange a relação entre titulação escolar e a participação eleitoral de empresários, ocorrem alguns padrões. As concentrações mais evidentes se dão no superior incompleto, com associação mais forte com os outros partidos de “direita” (66,7% contra 18,1% do conjunto do partido), com o PSDB (45,5% contra 15,8% do conjunto do partido), com os outros partidos “menores” (30,8% contra 14,4% do conjunto do partido) e com o PDT (28,3% contra 10,6% do conjunto do partido). Para o PTB (43,8% contra 22,5% do conjunto do partido) e o PL (44,4% contra 27,7% do conjunto do partido) ocorre uma relação mais direta com o ensino médio completo. As titulações escolares mais baixas para os empresários, nos partidos frente aos quais esses são sobre-representados entre os candidatos, ocorrem no PPB/PP, onde esses têm, em geral, o ensino fundamental completo (13,3% contra 2,4% do conjunto do partido) e no PPS, onde há maior relevância para o ensino médio incompleto (25% contra 5,5% do conjunto do partido).

Em termos de recursos econômicos, as associações com os maiores montantes de patrimônio se dão no PTB (25% contra 9,3% do conjunto do partido), com valores entre R\$500.001 e 1.000.000, e no PFL (12,5 contra 1,2% do conjunto do partido), com valores maiores do que R\$2.000.000. Ocorrem, também, algumas outras relações mais significativas entre o patrimônio declarado e o recrutamento de empresários no PPS (25% contra 8,2% do conjunto da categoria), no PDT (28,6% contra 10% do conjunto do partido) e no PL (44,4% contra 27,7% do conjunto do partido), todos com associação mais direta com níveis mais baixos, mais especificamente aqueles que variam entre R\$50.001 e 100.000. Por fim, é necessário destacar os casos do PPB/PP, com relação mais forte com níveis intermediários de patrimônio, tal como aquele que varia entre R\$100.001 e 200.000 (33,3% contra 15% do conjunto do partido) e do PSDB, mais diretamente associado aqueles sem patrimônio declarado (27,2% contra 15,3% do conjunto do universo).

Igualmente, representando posições sociais mais elevadas, as categorias ocupacionais de médicos, engenheiros e advogados, indicam algumas associações mais evidentes, em termos de variação do patrimônio declarado, com o PDT, com o PMDB, com o PTB e com o PL. No caso dos médicos, as relações mais fortes com os montantes de patrimônio mais elevados se dão no PDT, com associação mais direta com os valores entre R\$1.000.001 e 2.000.000 (15,4% contra 2,9% do conjunto do partido), e no PMDB, para o qual há uma relação significativa com os valores entre R\$500.001 e 1.000.000 (23,1% contra 8,2% do conjunto da categoria). Com relação ao PTB (45,5% contra 17,8% do conjunto do partido) e ao PL (75% contra 7,2% do conjunto do partido), as associações mais fortes se dão com o

montante de patrimônio com valores intermediários, normalmente entre R\$200.001 e 500.000.

No caso dos candidatos cuja condição ocupacional de origem remete a categoria dos engenheiros, ocorre uma relação específica entre recursos sociais e os candidatos com essa ocupação por partido, isso é mais evidente com relação ao PPB/PP, ao PMDB e ao PT. Como categoria significativamente representada no interior desses partidos, ocorre uma relação mais direta entre aqueles candidatos com maior montante de patrimônio, notadamente entre R\$1.000.001 e 2.000.000, o PPB/PP (22,7% contra 7,8% do conjunto do partido) e o PMDB (33,3% contra 6,5% do conjunto do partido). Em oposição a isso, situa-se o PT, para o qual há uma associação mais significativa com o montante de patrimônio que varia entre R\$200.001 e 500.000 (41,7% contra 15,6% do conjunto do partido).

Ainda com relação às posições socialmente mais elevadas, de acordo com os critérios em pauta, há o caso dos candidatos cuja ocupação de origem associa-se aos advogados. Trata-se de uma categoria significativamente presente nas disputas eleitorais e com relevância na composição social de todos os partidos. As associações mais relevantes entre essa, determinados partidos políticos e o montante de patrimônio declarado se dão com o PMDB, com o PSDB, com o PDT, com os outros partidos de “esquerda” e com os outros partidos “menores”. O caso dos advogados vinculados ao PMDB se singulariza pela forte relação com o nível mais elevado de patrimônio, notadamente, aquele maior que R\$2.000.000 (10,7% contra 3,7% do conjunto do partido). Mais diretamente associados a montantes de recursos econômicos intermediários, estão os advogados ligados ao PSDB (22,2% contra 8,2% do conjunto do partido) com patrimônio entre R\$500.001 e 1.000.000, e aqueles vinculados aos outros partidos de “esquerda” (40% contra 3,9% do conjunto do partido), com montantes de patrimônio que variam entre R\$200.001 e 500.000. Para o PDT, (40,9% contra 15,9% do conjunto do partido) ocorre uma associação mais significativa com o montante de patrimônio entre R\$100.001 e 200.000, e para os outros partidos “menores” (27,3% contra 7,8% do conjunto do partido) há uma relação mais forte com os valores mais baixos de recursos econômicos, significativamente aquele entre R\$50.001 e 100.000.

Considerando a inserção como candidatos relativamente às categorias socioprofissionais que indicam posições sociais mais baixas, as diferenciações mais significativas ocorrem com relação à titulação escolar. Esse é o caso, por exemplo, dos agricultores, pecuaristas, etc., com associações mais relevantes entre os níveis distintos de titulação escolar dessa categoria e alguns partidos, mais especificamente, o PT, o PPB/PP, o PMDB, o PTB e o PDT. Os agricultores, pecuaristas, etc. mais diretamente vinculados ao

PMDB (55,6% contra 11,1% do conjunto do partido) e ao PDT (60% contra 11,2% do conjunto do partido), tem relação mais significativa com o nível escolar de ensino médio completo. No caso do PTB, a relação mais forte é com o ensino fundamental completo (28,6% contra 5,1% do conjunto do partido), do PT é com o ensino fundamental incompleto (61,5% contra 5,5% do conjunto do partido) e do PPB/PP com o aqueles que apenas lêem e escrevem (22,2% contra 1% do conjunto do partido). Ainda com relação a esta categoria, ocorrem algumas associações mais significativas entre alguns partidos e o maior montante de patrimônio declarado. São os casos do PPB/PP (33,3% contra 4,9% do conjunto do partido) e do PMDB (22,2% contra 3,7% do conjunto do partido), ambos com proporções relevantes de agricultores, pecuaristas, etc., entre aqueles com patrimônio maior do que R\$2.000.000.

Outro caso relativamente às classificações ocupacionais que indicam posições sociais mais baixas é o dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral. Para esses, assim como para os agricultores, pecuaristas, etc., as relações entre recursos de posição social e partidos políticos configuram padrões mais definidos com base nos diferentes níveis de titulação escolar. As concentrações mais significativas com relação a esse recurso se dão no ensino superior incompleto, mais relevante para o PT (37,7% contra 13,7% do conjunto do partido), para o PSDB (41,7% contra 15,8% do conjunto do partido), para os outros partidos de “direita” (33,5% contra 18,1% do conjunto do partido) e para os outros partidos “menores” (33,8% contra 14,4% do conjunto do partido). Ocorre, também, uma relação mais evidente com os candidatos dessa categoria com o ensino médio completo e o PTB (50% contra 22,5% do conjunto do partido), o PFL (60% contra 22,6% do conjunto do partido) e com os outros partidos de “esquerda” (38,5% contra 13,7% do conjunto do partido). Por último, e mais relacionados ao ensino fundamental completo, vão aparecer o PPB/PP (20% contra 2,4% do conjunto do partido), o PMDB (15,5% contra 3,2% do conjunto do partido) e o PSB (20% contra 6,3% do conjunto do partido). Além dessas particularidades com relação à titulação escolar, ocorre, também, uma relação significativa entre montante de patrimônio declarado e alguns partidos. Os padrões mais definidos para isso se dão com o PSB (40% contra 17,2% do conjunto do partido) e com o PDT (38,8% contra 10% do conjunto do partido), partidos cujos candidatos do agrupamento dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral tem associação mais direta com o montante de patrimônio mais baixo, com variação entre R\$50.001 e 100.000.

Por fim, cabe destacar algo relativo ao agrupamento ocupacional definido como de ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão. Como constatado por outros estudos, trata-se de uma classificação ocupacional com peso significativo nas disputas eleitorais

(CORADINI, 2010a), sendo, portanto, muito representada em quase todos os partidos. No que tange a relação dessa categoria com determinados recursos sociais e partidos, alguns padrões podem ser definidos. Primeiramente, com relação à titulação escolar, ocorre uma maior relevância do ensino superior incompleto por parte do PMDB (29,4% contra 15,3% do conjunto do partido), do PTB (33,4% contra 14,4% do conjunto do partido), do PSB (40% contra 18% do conjunto do partido) e dos outros partidos “menores” (66,7% contra 14,4% do conjunto do partido). Em segundo lugar, há uma associação do PSDB (28,6% contra 12,9% do conjunto do partido) e do PPB/PP (24% contra 13,6% do conjunto do partido), com o ingresso na concorrência eleitoral, com base nessa classificação ocupacional, entre aqueles com ensino médio completo. Por último, ocorre uma relação singular do PL (25% contra 6% do conjunto do partido) e os candidatos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão que tem ensino fundamental incompleto. Considerando as relações entre essa categoria, partidos e montante de patrimônio declarado, ocorrem, igualmente, algumas associações mais evidentes. No caso do PSDB, há uma relação mais evidente dessa classificação ocupacional com os maiores montantes de patrimônio, notadamente, aqueles que variam entre R\$1.000.001 e 2.000.000 (7,1% contra 1,8% do conjunto do partido). Em contraposição a esse partido, aparecem o PL (62,5% contra 24,1 do conjunto do partido) e o PFL (50% contra 15,5% do conjunto do partido), fortemente associados aos montantes de patrimônio mais baixos, ou seja, menores ou iguais a R\$50.000. Há ainda aqueles partidos com relação mais direta com os valores intermediários de patrimônio, como no caso do PT, diretamente associado com os valores que variam entre R\$200.001 e 500.000 (26,4% contra 15,6% do conjunto do partido), e do PPB/PP, com relação mais forte com o montante entre R\$500.001 e 1.000.000 (40% contra 15% do conjunto do partido).

Estas associações entre categorias socioprofissionais e recursos de posição social frente a posições político-partidárias especificam, de forma mais clara, as bases sociais de recrutamento partidário-eleitoral e a relação entre determinados recursos e posições na estrutura do espaço de concorrência eleitoral. As maiores diferenciações relativamente às comparações em pauta se dão com relação aos recursos econômicos, ou seja, ocorrem algumas associações mais evidentes entre determinadas categorias ocupacionais de origem dos candidatos, partidos e montantes de patrimônio declarado. É o caso da relação entre montante de patrimônio, participação eleitoral de empresários e partidos. Nessas associações, o PFL está mais próximo aos maiores montantes de patrimônio econômico, enquanto o PPS, PDT e PL, têm relação mais evidente com os valores menores. O mesmo ocorre no caso dos

agricultores, pecuaristas, etc., para os quais há uma associação significativa entre os maiores montantes de patrimônio declarados e o PPB/PP e PMDB.

Isso indica de modo mais evidente que, nas relações entre partidos políticos e categorias socioprofissionais, estão interpostos um conjunto de recursos sociais que especificam as associações entre determinados segmentos categoriais e/ou ocupacionais e posições político-partidárias específicas. Ou seja, as relações entre classificações ocupacionais e partidos estão condicionadas por outros fatores estruturais que formam redes de combinações e definem as relações entre partidos e bases sociais.

Essas relações específicas, entre determinadas bases de recursos sociais e a composição dos partidos em disputa nas eleições em pauta, colocam em evidência as diversas chances de sucesso eleitoral diferencialmente distribuídas por categorias socioprofissionais e, igualmente, a retradução dessas chances para o interior dos partidos políticos. Isso tem efeitos diretos na objetivação da divisão do trabalho de representação política e na estruturação do mercado de fornecimento de candidaturas, visto que, as chances de sucesso eleitoral distribuídas na relação entre partidos e categorias socioprofissionais, tendem a explicitar os caminhos de sucesso relativamente a determinadas condições sociais de origem. Igualmente, a evidenciação das relações entre ocupações e possibilidades de acesso aos postos de representação política põe em evidência os recursos socialmente operantes nessas disputas e, ao mesmo tempo, estrutura as condições de entrada com base nesses.

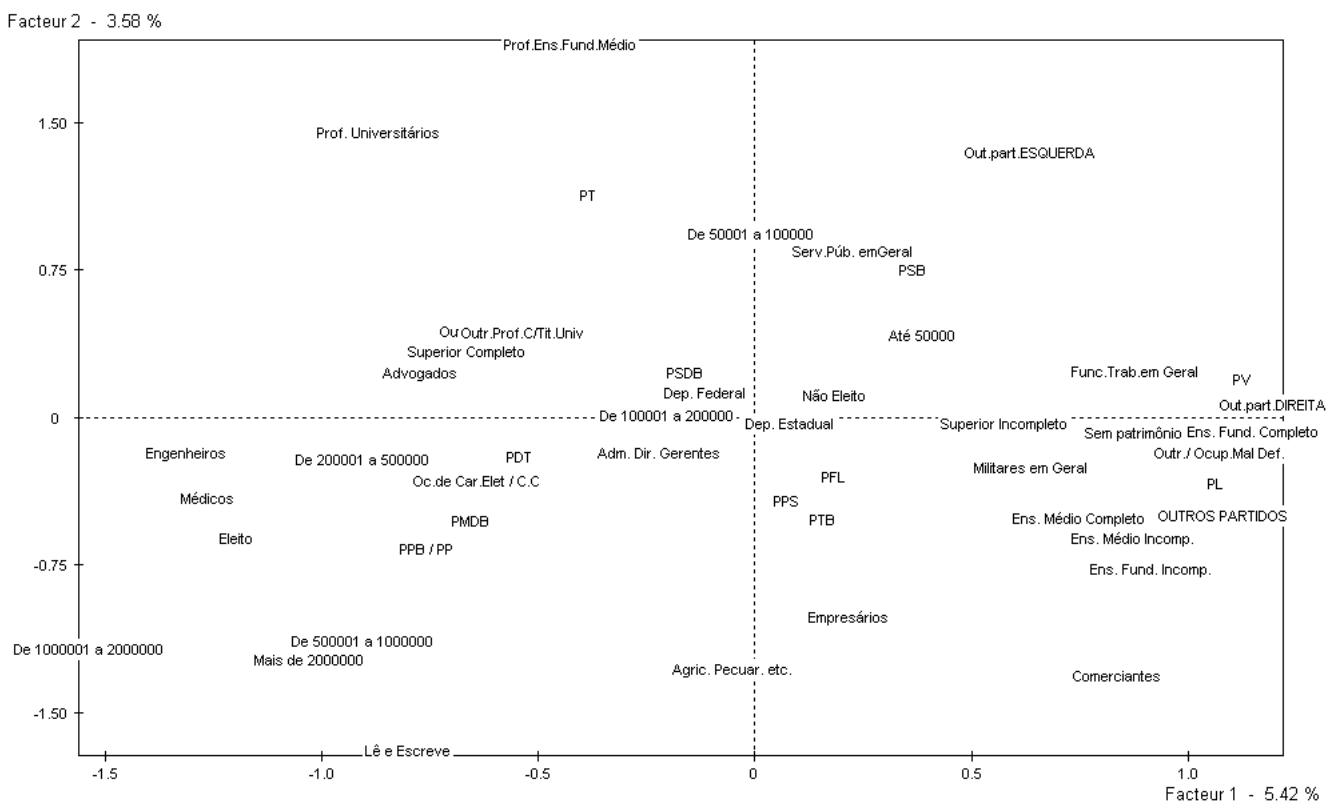
2.3 Categorias socioprofissionais, partidos e possibilidades de eleição

Como já demonstrado em outros estudos sobre recrutamento de candidatos no Brasil, a distribuição por categorias ocupacionais tem forte associação com as chances de eleição em distintos níveis de disputas (CORADINI, 2010a). Nesse sentido, as modalidades específicas de relação entre partidos políticos e bases sociais indicam as diferentes chances de vitória associadas às condições ocupacionais de origem dos candidatos de acordo com as posições político-partidárias a partir das quais esses concorrem. De um modo mais geral, trata-se da divisão do trabalho de representação política pelos partidos, o qual se realiza na concorrência e no conflito com as demais empresas políticas. Assim, a comparação entre bases sociais de recrutamento, diferentes níveis de investimentos eleitorais e chances de eleição nos distintos partidos, põe em evidência determinados princípios de hierarquização e excelência social

mais diretamente relacionados a posições específicas no espectro político-partidário do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, algumas classificações ocupacionais ganham destaque quando relacionadas a determinadas posições político-partidárias e possibilidades de eleição. O mesmo ocorre quando essas são relacionadas às diferentes modalidades de investimentos eleitorais em cargos distintos (deputado federal e estadual), evidenciando o peso diferenciado de determinados recursos sociais de acordo com os níveis de disputas eleitorais e partidos políticos em pauta. Além disso, a relação entre determinadas categorias socioprofissionais e partidos não se esgota nas diferentes possibilidades de conquista dos postos eleitoralmente em jogo, entrando em pauta, também, a significância dos vínculos partidários no recrutamento e investidura de candidatos e sua relação com as condições ocupacionais de origem.

Ilustração 4
Recursos sociais, partidos e chances de eleição¹²



Fonte: Registros de Candidatura – TRE-RS.

¹² Para a descrição das principais informações estatísticas, ver anexo.

Entre a condição ocupacional de origem dos candidatos e as possibilidades de eleição se interpodem um conjunto de recursos sociais. Como se tratam das relações entre recursos sociais e chances de eleição em um espaço de disputas por cargos de representação política, os princípios de divisão e hierarquização dessas chances se especificam na associação entre determinados recursos de posição social, categorias socioprofissionais e partidos políticos.

No polo eleitoralmente dominante (eixo do primeiro fator), com associação mais direta aos maiores montantes de patrimônio e capital escolar, o princípio de hierarquização das chances eleitorais aponta para aqueles candidatos cuja condição ocupacional de origem remete as categorias dos médicos, dos engenheiros, dos advogados e dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão. Interpostas a essas associações entre classificações ocupacionais e o polo eleitoralmente dominante estão uma série de outros recursos sociais, dentre os quais os mais significativos são o ensino superior completo e os maiores montantes de patrimônio, especificamente os valores que ficam entre R\$1.000.001 e 2.000.000. O conjunto desses recursos indica as bases sociais de determinados partidos, especificando as categorias socioprofissionais eleitoralmente dominantes no interior desses. Considerando essas relações, ocorre uma aproximação entre esse polo, social e eleitoralmente dominante, o PPB/PP e o PMDB.

No extremo oposto desse eixo, situam-se aqueles candidatos cujas ocupações de origem remetem a posições sociais mais baixas e com menores chances de sucesso eleitoral. Tratam-se dos candidatos situados entre os outros ou em ocupações mal definidas e entre os funcionários, técnicos e trabalhadores em geral. Nesse polo, social e eleitoralmente dominado, há uma maior ocorrência de candidatos sem titulação escolar de ensino superior completo e sem patrimônio declarado. Considerando os vínculos partidários, as associações mais diretas são com partidos políticos sem nenhuma ou com fraca expressão eleitoral, dentre os quais os se destacam outros partidos de “direita” e os outros partidos “menores”.

Um segundo princípio de estruturação desse espaço (segundo eixo fatorial), opõe os candidatos do PPB/PP e do PTB, mais diretamente associados ao polo eleitoralmente dominante, aos candidatos do PT e dos outros partidos de “esquerda”, posicionados no polo dos não eleitos. Com maiores chances de eleição, de acordo com o princípio de estruturação desse eixo, estão os candidatos cujas condições ocupacionais de origem remetem à categoria dos comerciantes, dos empresários e dos agricultores, pecuaristas, etc.. A associação dessas ocupações com o polo eleitoralmente dominante e com os partidos em pauta configura uma série de princípios de hierarquização e excelência social que se expressam na variação significativa de determinados recursos sociais frente à concorrência pela conquista dos cargos

públicos eleitoralmente em disputa. Nesse caso, o polo com maiores chances de eleição tem associação mais forte com o ensino médio completo e com o montante de patrimônio que varia entre R\$500.001 e 1.000.000. Em oposição a isso e de acordo com os princípios de diferenciação em pauta, situam-se o PT e os outros partidos de “esquerda”. Em primeiro lugar, ocorre uma relação direta com a categoria ocupacional dos professores de ensino fundamental e médio, e uma relação menos intensa com os servidores públicos em geral. Os recursos sociais mais diretamente associados a esse polo e que se interpõem a condição de não eleito são o ensino superior completo e o um montante de patrimônio mais baixo, cuja relação mais forte se dá com os valores entre R\$50.001 e 100.000.

Um último princípio de divisão, das chances de sucesso eleitoral (eixo do terceiro fator), opõe os candidatos do PT com possibilidades efetivas de eleição ao conjunto dos outros candidatos, partidos e recursos sociais. As associações mais diretas desse polo, com maiores probabilidades de eleição, e determinadas condições ocupacionais de origem se dão com os agrupamentos dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão e dos agricultores, pecuaristas, etc. Nesse caso, os recursos sociais mais diretamente associados a esses indicam posições sociais mais baixas no que tange a titulação escolar e ao montante de patrimônio declarado. Em contraposição a esse polo com maiores chances de ingresso na carreira política, aparecem os médicos e advogados diretamente associados, nesse caso, ao fracasso eleitoral.

As relações mais gerais que se definem na estruturação desses princípios de oposição podem ser evidenciadas de forma mais específica ao se confrontar as categorias ou agrupamentos ocupacionais de origem dos candidatos, os partidos e as chances eleitorais diferencialmente distribuídas com relação a esses. Com esse objetivo, foram tomados alguns casos exemplares de partidos definidos com base nas diferentes composições sociais que definem sua posição no espectro partidário-eleitoral do Rio Grande do Sul¹³.

Em primeiro, lugar entra em pauta o caso do PT e dos outros partidos de “esquerda”. No que se refere às chances eleitorais das diferentes categorias socioprofissionais relativamente a esses partidos, para o PT, as classificações ocupacionais eleitoralmente mais rentáveis são as de agricultores, pecuaristas, etc. (46,2% contra 21,5% do conjunto do universo), de médicos (28,6% contra 21,5% do conjunto do universo), de ocupantes de cargo eletivo ou por comissão (36,2% contra 21,5% do conjunto do universo), de outros profissionais com titulação universitária (26,1% contra 21,5% do conjunto do universo) e de

¹³ Essas oposições e escolhas de casos foram definidas com base na ilustração 3.

professores universitários (40% contra 21,5% do conjunto do universo). Para os outros partidos de “esquerda”, o agrupamento ocupacional mais bem posicionada em termos de possibilidades de eleição é aquele dos ocupantes de cargo eletivo ou por comissão (33,3% contra 3,9% do conjunto do universo).

Outro ponto a ser destacado com respeito às disputas eleitorais, as chances de sucesso diferencialmente distribuídas por categorias no interior dos partidos e as relações dessas com outros níveis de disputas, é o peso do tempo de filiação partidária nas chances de ingresso em disputas eleitorais para determinadas categorias e/ou agrupamentos. Os vínculos partidários, definidos a partir do tempo de filiação mais diretamente associado às classificações ocupacionais em pauta, indicam a inserção dessas no interior dos partidos e sua contribuição para a constituição da imagem social dos mesmos. No caso do PT, há uma forte associação entre participação político-eleitoral e longevidade dos vínculos partidários. De um modo mais específico, 57,1% dos candidatos desse partido possuem tempo de filiação maior que 11 anos. Entre as categorias mais diretamente vinculadas com o tempo de filiação que vai de 11 e 15 anos, estão os agricultores, pecuaristas, etc. (53,8% do conjunto da categoria), os servidores públicos em geral (35% do conjunto da categoria), os engenheiros (33,3% do conjunto da categoria), os advogados (57,1% do conjunto da categoria) e os outros profissionais com titulação universitária (43,5% do conjunto da categoria). Há ainda aqueles com associação mais direta com um tempo de filiação maior de 15 anos, isso ocorre no caso dos médicos (42,9% do conjunto da categoria), dos ocupantes de cargo público ou por comissão (37,7% do conjunto da categoria), e dos professores universitários (40% do conjunto da categoria).

Essas variações entre tempo de filiação e categorias indicam, para os outros partidos de “esquerda”, uma modalidade diferenciada no lançamento de candidaturas. Seja pelo caso de serem partidos com data de fundação mais recente (como o PSOL, por exemplo), ou por uma baixa implantação e difusão desses fora da capital e de alguns grandes centros urbanos (no caso do PC do B, por exemplo), a predominância do tempo de filiação é de um ano. Entre as categorias mais diretamente vinculadas ao cumprimento dessa exigência formal para a obtenção do registro de candidatura estão os servidores públicos em geral (64,3% do conjunto da categoria), os advogados (80% do conjunto da categoria), e os outros ou em ocupações mal definidas (55,6%). No que se referem a esses partidos, as categorias mais diretamente associadas a um maior tempo de dedicação são a dos ocupantes de cargo eletivo ou por comissão (50% acima dos 11 anos de filiação), e a dos outros profissionais com titulação universitária (66,6% entre 6 e 15 anos de filiação).

Em oposição ao PT e aos outros partidos de “esquerda”, no que tange a estrutura do espaço partidário-eleitoral rio-grandense tal como definida nesse trabalho, aparece o PPB/PP, com bases sociais mais diretamente associadas às classificações ocupacionais e recursos sociais que remetem a posições sociais mais altas. Para esse partido, as categorias com mais chances de sucesso eleitoral são, também, aquelas que remetem a posições sociais mais elevadas, como no caso dos médicos (33,3% contra 22,3% do conjunto do universo), dos engenheiros (50% contra 22,3% do conjunto do universo) e dos ocupantes de cargos eletivos ou por comissão (64% contra 22,3% do conjunto do universo). A maior concentração das chances de sucesso eleitoral, relativamente às categorias melhor posicionadas, indica um forte processo de hierarquização interna, com base em princípios cuja objetividade é garantida pelo acesso desigual aos recursos de poder, notadamente, capital escolar e montante de patrimônio.

Isso se evidencia, também, com relação à dedicação ao partido, medida pelo tempo de filiação. O tempo de dedicação e o ingresso na concorrência eleitoral configuram um caso menos extremo do que aquele do PT, sendo que a 40,7% dos candidatos tem vínculos maiores do que 11 anos de filiação. Isso se deve, principalmente, ao fato de se tratar de um partido mais diretamente vinculado as posições dominantes e, correlativamente, com peso menor da empresa de mobilização na capitalização de capital político (GAXIE, 1977). Entre as classificações ocupacionais mais diretamente relacionadas ao tempo de filiação maior do que 11 anos então os agricultores, pecuaristas, etc. (55,5% do conjunto da categoria), os empresários (46,6% do conjunto da categoria), os servidores públicos em geral (66,7% do conjunto da categoria), os engenheiros (45,5% do conjunto da categoria), os ocupantes de cargo eletivo ou por comissão (56% do conjunto da categoria), os outros profissionais com titulação universitária (45% do conjunto da categoria) e os professores de ensino fundamental e médio (69,3% do conjunto da categoria). Como se pode notar, entre as categorias com maior tempo de filiação, estão aquelas que indicam posições sociais mais baixas, evidenciando o peso diferenciado da dedicação ao partido para a participação eleitoral.

Outro partido a ser destacado no que se refere as diferentes relações entre categorias ocupacionais e chances eleitorais é o PMDB. Nesse caso, há uma concentração com relação às classificações que dispõem de mais chances de sucesso eleitoral, as quais se resumem aos ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão (58,8% contra 21,8% do conjunto do universo) e aos professores de ensino fundamental e médio (28,6% contra 21,8% do conjunto do universo). Além dessa relação específica entre determinadas ocupações e as chances de sucesso e atuação em pleitos eleitorais, entra em pauta o peso da filiação partidária no recrutamento de candidatos.

Com relação a isso, há uma semelhança com o caso do PT, sendo que, 54,2% dos candidatos do PMDB são filiados a mais de 11 anos ao partido. Considerando o conjunto de ocupações em pauta, aquelas mais diretamente associadas a um tempo de filiação maior que 11 anos são as dos agricultores, pecuaristas, etc. (44,4% do conjunto da categoria), dos comerciantes (54,6% do conjunto da categoria), dos funcionários e trabalhadores em geral (66,6% do conjunto da categoria), dos engenheiros (50% do conjunto da categoria), dos advogados (57,1% do conjunto da categoria), dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (74,5% do conjunto da categoria), dos outros ou em ocupações mal definidas (46,1% do conjunto da categoria), dos outros profissionais com titulação universitária (50% do conjunto da categoria) e dos professores de ensino fundamental e médio (71,4% do conjunto da categoria).

Outro caso tomado como exemplar é o do PDT. Para esse, a variação das possibilidades de eleição de acordo com determinadas ocupações são mais significativas para os agricultores, pecuaristas, etc. (40% contra 17,6% do conjunto do universo), os empresários (21,4% contra 17,6% do conjunto do universo), os advogados (31,8% contra 17,6% do conjunto do universo) e para os ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (37,5% contra 17,6% do conjunto do universo). Além do peso das diferentes categorias nas chances de eleição e de candidatura, entra em pauta a relação entre tempo de filiação e ingresso na concorrência eleitoral como candidatos.

Para esse partido, há uma significância relativa da dedicação como condição de acesso a candidatura, ou seja, 50,6% dos candidatos do PDT são filiados a mais de 11 anos. Essa relação com o tempo de filiação é desigualmente distribuída no interior do partido, de acordo com as condições ocupacionais de origem em pauta. Relativamente a isso, aqueles candidatos com tempo de filiação maior de 11 anos são os agricultores, pecuaristas, etc. (60% do conjunto da categoria), os empresários (50% do conjunto da categoria), os médicos (53,9% do conjunto da categoria), os engenheiros (71,4% do conjunto da categoria), os advogados (54,6% do conjunto da categoria), os ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (57,5% do conjunto da categoria), os outros ou em ocupações mal definidas (50% do conjunto da categoria), os outros profissionais com titulação universitária (55,5% do conjunto da categoria) e os professores de ensino fundamental e médio (50% do conjunto da categoria).

Por fim, cabe destacar o caso do PTB no que tange às associações entre categorias socioprofissionais e as chances de sucesso eleitoral. Nesse caso, as categorias mais valorizadas são aquelas dos comerciantes (38,5% contra 12,7% do conjunto do universo), dos advogados (17,2% contra 12,7% do conjunto do universo), dos ocupantes de cargo público

eletivo ou por comissão (26,1% contra 12,7% do conjunto do universo) e dos professores de ensino fundamental e médio (20% contra 12,7% do conjunto do universo).

Além dessas relações entre chances de eleição e classificações ocupacionais distribuídas por partido, entra em pauta o tempo de filiação nas chances de participação eleitoral na condição de candidatos. O PTB tem características de um partido em constante remodelação e mais diretamente associado a um recrutamento estratégico para fins eleitorais, o que decorre do seu próprio processo de reestruturação interna no período pós-redemocratização. Isso se evidencia, principalmente, na comparação entre o tempo de existência da sigla partidária e a baixa proporção de candidatos com mais de 11 anos de filiação (12,5% do conjunto do partido). Ao contrário dos outros partidos, onde parece haver uma relação mais específica entre condição ocupacional e tempo de filiação, nesse caso não há distinção. As categorias com maior tempo de filiação situam-se, normalmente, na faixa que vai dos 6 a 10 anos, sendo a única concentração mais evidente entre aqueles com mais de 11 anos de filiação o caso dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (36,9% do conjunto do partido). Para aquelas com tempo de filiação entre os 6 e 10 anos, ocorre uma relação mais forte com os comerciantes (36% do conjunto da categoria) e os advogados (44,4% do conjunto da categoria).

Assim como as diferenças entre os partidos e distribuição das chances eleitorais por categorias socioprofissionais evidencia determinados princípios de hierarquização internos com relação ao sucesso e possibilidades de ingresso na concorrência eleitoral. A distribuição de eleitos relativamente aos diversos partidos e ocupações indica, de modo mais específico, as diferentes chances eleitorais e a relação dessas com a divisão do trabalho de representação política no interior dos mesmos. Nesse sentido, a classificação ocupacional de ocupantes de cargos eletivos ou por comissão tem peso eleitoral significativo para todos os partidos. Contudo, algumas diferenças com relação às outras ocupações com sucesso eleitoral nos distintos partidos indicam as relações desses com determinadas categorias ou agrupamentos ocupacionais (Tabela 10).

As diferenciações mais evidentes, entre partidos e eleição de candidatos por categoria socioprofissional, especificam os casos do PDT, do PMDB, do PPB/PP, do PT e do PTB. No caso do PDT, além da relação significativa para quase todos os partidos com a condição de ocupante de cargo público eletivo ou por comissão, ocorre uma associação mais forte com a eleição de advogados comparativamente aos outros partidos. No caso dos advogados mais diretamente associados ao PDT, como já se viu, tratam-se daqueles com relação mais direta com montantes de patrimônio mais baixos, notadamente, menores que R\$200.000. Para o

PMDB, há uma associação mais evidente com a eleição de ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão. No caso desse partido, a referida classificação está mais significativamente associada ao superior incompleto e aos montantes de patrimônio declarados relativamente elevados, que variam entre R\$ 500.001 e 1.000.000 (19,6% contra 14,4% do conjunto do partido).

Tabela 10
Categorias socioprofissionais, número de eleitos e partidos

	PDT	PFL	PL	PMDB	PPB / PP	PPS	PSB	PSDB	PT	PTB	Outros partidos de "ESQUERDA"	Outros partidos MENORES	Total
Administradores, Diretores e Gerentes	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Agricultores, Pecuáristas, etc.	2	-	-	-	2	1	-	-	6	-	-	-	11
Comerciantes	-	-	-	-	1	-	-	-	-	10	-	-	11
Empresários	3	2	-	-	3	1	-	1	-	-	-	-	10
Servidores públicos em geral	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2
Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em geral	1	-	-	2	-	-	-	1	3	-	-	1	8
Médicos	1	1	-	3	4	-	-	1	2	1	-	-	13
Engenheiros	1	-	-	1	11	2	-	-	1	-	-	-	16
Advogados	7	-	-	4	5	2	3	2	1	5	-	-	29
Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão	15	2	1	30	16	2	3	8	25	6	4	-	112
Outros ou em ocupações mal definidas	-	-	-	1	1	1	1	-	2	5	-	-	11
Outros profissionais com titulação universitária	-	4	-	1	2	1	-	1	6	1	-	-	16
Professores de ensino fundamental e médio	-	-	-	4	1	-	1	-	7	1	-	-	14
Militares em geral	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Professores universitários	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Total	30	10	1	47	46	10	8	15	55	30	4	1	257

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – TRE-RS

Relativamente ao PPB/PP, a maior diferenciação frente aos outros partidos se dá na eleição de engenheiros, categoria que, como já se viu anteriormente no caso desse partido, remete a posições sociais mais elevadas, com patrimônio fortemente associado a valores maiores do que R\$1.000.000. No que tange ao caso do PT, três categorias ocupacionais ganham destaque em comparação aos outros partidos, a dos agricultores, pecuaristas, etc., a

dos professores de ensino fundamental e médio e a dos outros profissionais com titulação universitária. Em se tratando dos agricultores, pecuaristas, etc. associados a esse partido, ocorre uma relação mais direta com o ensino fundamental incompleto e com os montantes de patrimônio mais baixos, notadamente aqueles menores do que R\$100.000 (53,8% contra 46,1% do conjunto do partido). Essa relação se evidencia também para os professores de ensino fundamental e médio, os quais têm uma associação significativa com o montante de patrimônio menor que R\$100.000 (70,7% contra 46,1% do conjunto do partido). No caso dos outros profissionais com titulação universitária, ocorre uma relação com montantes de patrimônio mais elevados, notadamente aqueles associados aos valores entre R\$200.001 e 500.000 (30,4% contra 15,6% do conjunto do partido).

Por fim, cabe destacar o caso do PTB, para o qual a diferenciação mais evidente com relação aos eleitos por categoria se dá para os comerciantes. No caso desse partido, a classificação ocupacional de comerciantes remete a posições sociais mais baixas relativamente ao capital escolar e ao montante de patrimônio. Em termos mais específicos, os comerciantes do PTB possuem, em geral, ensino fundamental incompleto e declaram não ter patrimônio (38,5% contra 28,8% do conjunto do partido).

Essas indicações dão conta dos processos mais gerais de associação entre determinados recursos, categorias socioprofissionais e diferentes chances de atuação em partidos políticos, indicando, também, as possibilidades de eleição e de entrada na carreira política relativamente às posições político-partidárias em pauta. No entanto, falta apreender a relação entre esse conjunto de processos e as diferentes modalidades de entrada na política, medidas a partir da atividade previamente exercida antes da atuação como candidato nas eleições em pauta.

3 RECURSOS SOCIAIS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA

Considerando o conjunto das análises realizadas até aqui, esse capítulo se dedica ao exame das relações entre recursos sociais de origem e as modalidades de entrada na política. Nesse sentido, trata-se da relação entre pontos de saída dos trajetos, partidos políticos e chances de atuação como candidato. O principal objetivo, desse empreendimento está na apreensão das relações entre recursos sociais, posições político-partidárias e tomadas de

posição enquanto estratégias de apresentação das atividades prévias a atuação eleitoral como candidato. Com isso, o que se pretende é explicitar o conjunto de recursos, esferas de inserção social e princípios de legitimação que vão ser o produto e, ao mesmo tempo, reproduzir os princípios de divisão e de relação entre determinadas modalidades de recursos, partidos políticos e a concorrência pela divisão do trabalho de representação política. Ou seja, trata-se do exame dos pontos de partida apresentados como prévios ao ingresso no espaço eleitoral e como isso especifica diferentes chances de atuação em determinadas posições político-partidárias e remete a produção, legitimação e objetivação de imagens e símbolos de referência política.

Como já relatado anteriormente, os problemas presentes nesse tipo de reflexão estão na apreensão dos pontos de saída dos trajetos a partir de “produções situadas” e constituídas com vistas a um fim específico: a concorrência eleitoral. Contudo, mais do que por em questão a pouca objetividade dos dados, trata-se de indicar que tipos de informação sobre o objeto da presente pesquisa esses permitem objetivar. Desse modo, a apreensão das modalidades de “entrada na política”, a partir de produções biográficas resultantes do encontro entre agentes sociais detentores de recursos específicos e dos partidos, eles mesmos definidores de símbolos e princípios de legitimação (AGRIKOLIANSKY, 1994), deixam evidentes os próprios recursos e princípios de hierarquização e excelência social presentes na concorrência eleitoral e para que tipo de posições políticas esses remetem.

Além disso, as modalidades de entrada na política são indicativas do processo de constituição e acúmulo de capital político pelos agentes interessados nos pleitos eleitorais. Desse modo, o jogo entre estratégias de apresentação e posições político-partidárias coloca em pauta as diferentes operações de crédito que estão presentes no processo de inserção e atuação na concorrência pelos postos de representação política. É nesse mesmo sentido que a composição do conjunto de atributos que definem as relações entre agentes sociais e a política ganha sentido, visto que engloba as tomadas de posição frente à disputa eleitoral e os recursos sociais utilizados para tanto. Ou seja, as condições e usos de determinadas relações com a “política” dependem da posse do conjunto de recursos sociais que são a condição de garantia da legitimidade de tais associações.

O presente capítulo dedica-se, em primeiro lugar, a definição da estrutura geral de relações entre recursos de posição social, posições partidário-eleitorais e modalidades de entrada na concorrência pelos cargos públicos eleitoralmente em jogo. Posteriormente, parte-se ao exame dos trajetos que polarizam o espaço de concorrência eleitoral e que se

especificam nos diferentes modos de aquisição e usos do capital político frente às chances de inserção e atuação como candidato.

3.1 ESTRATÉGIAS DE COLETA, PADRONIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA

A coleta das informações referentes aos trajetos dos candidatos das três eleições em pauta foi realizada entre setembro e novembro de 2010. As fontes de informações são variadas e englobam: consultas as páginas pessoais dos candidatos, notas em jornais ou revistas de circulação estadual ou regional, sites de entidades categoriais, site da Câmara Federal, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, de Câmaras Municipais, um conjunto de informações recolhidas no Memorial do Legislativo da ALERGS e pesquisa em sites de busca.

A padronização dessas informações coletadas teve como base o objetivo de apreender as atividades prévias ao exercício da condição de candidato em eleições gerais, ou ainda, as tomadas de posição que evidenciam os motivos ou justificativas para a disputa de sufrágios em pleitos eleitorais. Esses dois procedimentos distintos foram definidos por níveis de exclusividade, cuja prioridade é dada sempre para a apreensão da posição prévia a condição de candidato. Não sendo possível defini-la, utilizou-se a justificativa dada para a inserção na concorrência eleitoral. Embora todos os problemas imbricados nesse procedimento, a organização e coleta dos dados toma com pressuposto que, tanto as “produções biográficas” definidas como currículos dos candidatos ou fontes de informações diversas, quando justificativas para as pretensões eleitorais, são tomadas de posição frente à concorrência eleitoral por cargos de representação política. Desse modo, as informações referentes às modalidades de entrada na política devem ser tomadas sob um duplo registro, visto indicarem, ao mesmo tempo, as posições e esferas de inserção social prévias a atuação como candidato e as estratégias de legitimação dessa condição específica frente à disputa eleitoral. Isso ocorre porque, não somente as justificativas para as pretensões eleitorais, mas também as posições no trajeto definidas com base em “produções biográficas” situadas relacionalmente frente aos

candidatos e posições político-partidárias concorrentes, constituem-se como uma objetivação empírica de um ponto no espaço dos possíveis, e deve ser tomada enquanto tal.

Como resultante desses procedimentos de coleta, foi possível definir uma amostra de 629 candidatos com os respectivos pontos de saída dos trajetos com vistas à participação eleitoral. A distribuição por partidos indica uma amostragem significativa de casos para as diversas posições político-partidárias e, igualmente, para o conjunto do universo, sendo que a amostra, em geral, possui margem de erro de 3,08%.

Tabela 11
Relação entre partidos e amostragem de “fontes biográficas”
para os candidatos

	% no total do universo	% da amostra
PDT	8,6%	51,1%
PFL	4,5%	44,3%
PL	4,3%	14,7%
PMDB	10,9%	46,8%
PPB / PP	10%	62,4%
PPS	3,3%	39,2%
PSB	6%	38,3%
PSDB	10,2%	33,3%
PT	11,9%	52,9%
PTB	11,3%	39,5%
PV	4%	24,2%
Outros partidos de “DIREITA”	3,8%	18,3%
Outros partidos de “ESQUERDA”	5,6%	31,0%
OUTROS PARTIDOS	5,6%	11,5%
Total	100%	40,2%

O conjunto de dados coletados foi padronizado em 11 modalidades de entrada na política. A distribuição de casos por tipo de recurso apresentado como prévio à participação eleitoral é heterogênea (Tabela 12), no entanto, a opção por essa divisão relaciona-se a determinados padrões de relação entre modalidades de entrada na política e posições político-partidárias. Dentre as diversas modalidades definidas pelo presente estudo, algumas merecem uma melhor especificação, tais como aquelas denominadas como *causas*, *ocupação* e *atuação*

partidária. A definição dessa primeira modalidade de entrada está diretamente associada às estratégias de legitimação da inserção nas disputas eleitorais como candidato, foram classificados da categoria de *causas* sempre, e na medida em que, não foi possível definir com precisão o ponto de saída dos trajetos. A modalidade de entrada denominada *ocupação*, refere-se ao caso dos candidatos que definem sua condição ocupacional de origem como ponto de partida para a inserção nas disputas eleitorais. No que se refere aquela denominada por *atuação partidária*, essa indica aqueles candidatos que apresentam uma série de cargos ocupados na estrutura interna do partido como condição de saída para o lançamento da candidatura.

Tabela 12
Modalidades de entrada na concorrência eleitoral

	Número de casos
Atuação em Atividades / Organizações Religiosas	21
Atuação em Movimentos Sociais ou Entidades Associativas	83
Atuação Partidária	38
Causas	27
Proprietário ou Atuação no Setor Privado	15
Dirigente Sindical ou de Entidade Associativa	87
Fundador de Entidade Associativa, Filantrópica ou Assemelhada	29
Atuação em Atividades Artísticas, Culturais ou Esportivas	48
Ocupação	99
Ocupante de Cargo Público	142
Relações de Parentesco ou Aliança	40
Total	629

As definições das modalidades de relação com a concorrência eleitoral foram confrontadas com um conjunto de informações relativas às categorias socioprofissionais de origem, ao montante de patrimônio declarado e a titulação escolar, as quais são contrapostas, também, o conjunto das posições político-partidárias em pauta. Esses procedimentos estão implicados na evidenciação das relações entre recursos de posição social, estrutura do espaço partidário-eleitoral e as diferentes modalidades de relação e/ou trajetos mais associados a determinadas posições político-eleitorais. Desse modo, os dados biográficos analisados nesse capítulo são resultantes do cruzamento de informações obtidas com base nos currículos dos

candidatos e aquelas definidas a partir do exame dos registros de candidatura disponíveis nos arquivos do TRE-RS.

3.2 RECURSOS SOCIAIS, POSIÇÕES POLITICO-PARTIDÁRIAS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA

Os princípios de estruturação que definem as relações entre determinados recursos de posição social, notadamente a condição ocupacional de origem, o capital escolar e o montante de patrimônio, e as diferentes modalidades de relação com as disputas político-eleitorais estão da base da constituição e estruturação do espaço de concorrência pelos cargos de representação política.

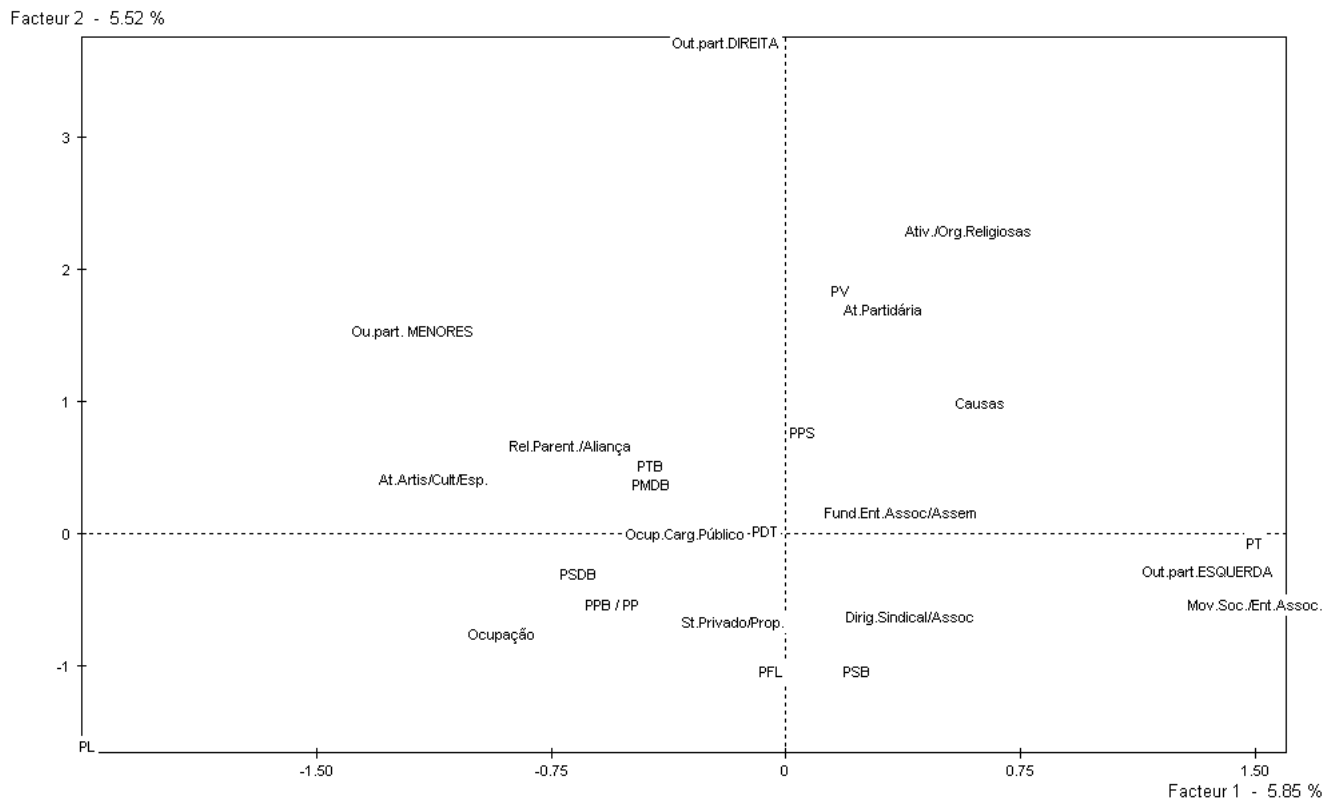
Desse modo, o conjunto de interações e recursos em confronto pela ocupação de postos de representação política, bem como a relação desses com processo de “politização” ou de construção social da “política” (LACROIX, 1985), definem os princípios centrais de divisão de um espaço estruturado por modalidades de entrada e determinados recursos sociais. Com o objetivo de evidenciar, relacionalmente, as associações entre determinadas posições político-partidárias, bases de recursos sociais e as modalidades de entrada na política, foi conduzida uma análise fatorial de correspondências múltiplas¹⁴. Ao conjunto da análise foram incluídos os indicadores de posição social e aqueles de cunho mais eleitorais, de modo a assimilar a relação desses com os trajetos que conduzem a atuação como candidato e suas chances de sucesso nos pleitos eleitorais. Como variáveis ativas foram consideradas as posições político-partidárias e as modalidades de entrada na política. As variáveis ilustrativas utilizadas são a idade, sexo, estado civil, origem geográfica, montante de patrimônio declarado, titulação escolar, cargo em disputa, tempo de filiação e o resultado dos pleitos eleitorais.

Os princípios de estruturação do recrutamento e seleção partidário-eleitoral em sua relação com as diferentes modalidades de inserção na concorrência eleitoral configuram um espaço de oposição e similitude entre posições político-partidárias e aqueles trajetos ou princípios de legitimação que conduzem a condição de candidato. Em termos mais gerais, ocorre uma associação mais direta entre aqueles partidos com bases de recursos sociais que

¹⁴ Para as principais informações estatísticas, ver anexo.

indicam posições mais baixas e as modalidades de entrada associadas à atuação em movimentos sociais e/ou entidades associativas. Por outro lado, há uma relação mais evidente entre partidos com recrutamento mais diretamente centrado em recursos sociais que indicam posições socialmente mais elevadas e as modalidades de entrada via relações de parentesco ou aliança, ocupação prévia de cargo público, ou através da associação da condição ocupacional de origem como base de legitimidade e ingresso na política eleitoral.

Ilustração 5 Recursos sociais, posições político-partidárias e modalidades de entrada na política



Fonte: Registros de candidatura – TRE-RS. Dados biográficos e currículos dos candidatos.

O princípio de divisão presente no primeiro eixo fatorial opõe, mais diretamente, dois modos distintos de aquisição e acúmulo de capital político. Num extremo, encontra-se a modalidade de entrada na política baseada na atuação em movimentos sociais e/ou entidades associativas diversas, no outro, há uma relação mais direta com os candidatos cujas modalidades de entrada remetem a condição ocupacional de origem ou ao exercício prévio de atividades de cunho artístico, cultural ou esportivo. Os dois modos de relação com a “política”

e, mais especificamente, com o espaço de concorrência por cargos eleitoralmente em jogo, indicam diferentes relações com posições político-partidárias e recursos sociais.

O polo mais diretamente relacionado ao “capital político associativo” (GAXIE e OFFERLÉ, 1985, p. 106-14), decorrente da atuação prévia em atividades de representação e mobilização de interesses, tem associação mais forte com aqueles partidos tidos como mais de esquerda, dentre os quais o PT, os outros partidos de “esquerda” e o PSB. A relação mais direta desse polo com posições político-partidárias específicas denota, ao mesmo tempo, o conjunto de recursos sociais vinculados aos candidatos, definindo essas posições e as diferentes modalidades de relação com a “política”. Para esses candidatos com entrada diretamente associada à atuação em movimentos sociais ou entidades associativas, há uma relação mais forte com a categoria ocupacional dos funcionários e trabalhadores em geral (20% contra 13,2% do conjunto do universo) e dos professores de ensino fundamental e médio (21,8% contra 13,2% do conjunto do universo).

Igualmente, ocorre um conjunto de associações com características sociais específicas que definem o perfil dos candidatos com tal modalidade de entrada. Em termos de recursos de posição social, há associação mais direta com o grau de escolaridade mais elevado, no caso, com o ensino superior completo, e com os montantes de patrimônio declarado mais baixos, notadamente aqueles menores de R\$100.000. No entanto, em se tratando de recursos de posição social, ocorre, também para essa modalidade de entrada na concorrência eleitoral, uma associação significativa com os maiores montantes de patrimônio, principalmente aqueles que variam entre R\$1.000.001 e 2.000.000 (21,1% contra 13,2% do conjunto do universo). Isso se dá, por um lado, devido à significância relativa dessa modalidade de entrada na política para o sucesso eleitoral (17,7% contra 13,2% do conjunto do universo), por outro, pelo fato de estarem incluídos nessa modalidade de entrada um conjunto de entidades associativas que remetem a posições sociais diversas.

Além dessas relações com os recursos mais estruturantes no que tange a definição das posições sociais, os candidatos com essa modalidade de entrada são, em geral, do sexo feminino, com idade entre os trinta e um e quarenta anos, e sem vínculos de parentesco por aliança. Do mesmo modo, ocorre uma associação mais direta com o cargo de deputado estadual e com os candidatos com vínculos partidários maiores do que quinze anos de filiação.

O polo oposto desse eixo do primeiro fator tem uma associação mais direta com a aquisição e acumulação do “capital político pessoal” (BOURDIEU, 2007a, p. 190-1). Nesse caso, as modalidades de entrada na política mais significativas são aquelas via atividades

artísticas, culturais e/ou esportivas, ou as remetem à condição ocupacional de origem como fundamento de legitimidade frente à esfera eleitoral. Tomando, especificamente, cada uma das modalidades, as relações entre partidos e bases de recursos sociais tornam-se mais evidentes.

No caso daqueles com entrada via exercício prévio de atividades artísticas, culturais ou esportivas, em termos de vinculação partidária, há uma relação mais direta com o PL, com o PSDB, com o PPB/PP, com o PMDB, com o PTB e com os outros partidos “menores”. A relativa diversidade de vínculos partidários não indica, no entanto, uma grande diversificação em termos de bases de recursos sociais. Ou seja, as relações mais evidentes dessa modalidade de entrada com as condições ocupacionais de origem dos candidatos ocorrem, relativamente aos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (11,7% contra 7,6% do conjunto do universo), aos outros profissionais com titulação universitária (11,5% contra 7,6% do conjunto do universo), e aos outros ou em ocupações mal definidas (11,8% contra 7,6% do conjunto do universo).

Em se tratando dos recursos de posição social, ocorre uma concentração mais evidente com o capital escolar. Nesse caso da titulação escolar, há uma concentração mais direta com o ensino médio incompleto (30% contra 7,6% do conjunto do universo). Conjuntamente a essa associação entre titulação escolar e entrada na política via exercício prévio de atividades artísticas, culturais ou esportivas, ocorre uma relação mais evidente desses candidatos com o sexo masculino, com a faixa etária que varia entre cinquenta e um e sessenta anos e com a condição de viúvo. Ademais, essa modalidade de entrada na política é mais propensa ao sucesso eleitoral, mais associada ao cargo de deputado estadual e indica uma entrada por fora da estrutura partidária devido a um tempo de filiação menor, que varia, em geral, entre dois e cinco anos de filiação.

Também, mais diretamente associados a esse polo cujas bases de legitimidade frente às disputas eleitorais relacionam-se ao capital político a título pessoal, estão os candidatos para os quais o ponto de partida para o ingresso na concorrência eleitoral são as ocupações de origem. Em termos de vínculos partidários para esses candidatos, ocorre uma relação mais direta com o PL (60% contra 15,7% do conjunto do universo), com o PPB/PP (23,5% contra 15,7% do conjunto do universo) e com o PSDB (24,5% contra 15,7% do conjunto do universo). Essas relações menos diversificadas em termos de posições político-partidárias apontam para um conjunto de bases de recursos sociais mais homogêneas. Nesse sentido, as categorias ocupacionais mais diretamente associadas a esse polo são aquelas que, em geral, remetem a posições sociais mais altas. De um modo mais específico, esses candidatos têm

relação mais direta com as categorias dos médicos, dos empresários, dos advogados, dos militares em geral e dos professores universitários.

A relação mais direta com determinadas categorias socioprofissionais, evidencia uma relação específica entre a modalidade de entrada na política em pauta e os recursos de posição social, notadamente, capital escolar e montante de patrimônio. Com relação à titulação escolar, ocorre uma associação mais direta com o ensino superior completo (18,2% contra 15,7% do conjunto do universo). No caso do montante de patrimônio declarado, há uma relação mais evidente com os valores entre R\$500.001 e 1.000.000 (27,3% contra 15,7% do conjunto do universo). Considerando o conjunto de características sociais dos candidatos com essa modalidade de entrada, ocorre uma relação mais direta com o sexo masculino, com a faixa etária dos cinquenta e um a sessenta anos e a condição de divorciados. No que se refere às características de cunho mais político-eleitoral, há maior relação mais evidente com a disputa do cargo de deputado federal e com aqueles que não se elegem. Por sua vez, a alta extração social desses candidatos configura um trajeto que tangencia as organizações partidárias, ocorrendo uma relação mais direta com aqueles não filiados ou com 1 ano de filiação prévia a candidatura.

No que se refere a um segundo princípio de oposição presente nessas relações entre modalidades de entrada na política e posições político-partidárias (eixo do segundo fator), ocorre, novamente, uma diferenciação entre os modos de aquisição de capital político. Por um lado, trata-se da entrada na concorrência eleitoral via atuação em atividades e organizações religiosas e os decorrentes usos dessa relação frente às disputas pelos cargos de representação política. Em geral, essas esferas de atuação prévias ao ingresso na política eleitoral especificam, por um lado, o capital político por delegação, derivado do investimento da “empresa” religiosa na luta eleitoral. Por outro, trata-se da atuação em atividades de cunho religioso como resultante de uma militância em um tipo de *catolicismo de base* e a formação escolar confessional.

No outro extremo desse eixo, encontram-se os candidatos cuja condição de legitimidade frente à esfera de concorrência eleitoral está diretamente associada à ocupação de posições de direção e de comando em sindicatos ou entidades associativas. Essa modalidade específica de ingresso na concorrência eleitoral remete a uma atuação prévia na representação de interesses, a ocupação de posições de liderança e a posterior entrada na concorrência pelos cargos eleitoralmente em disputa. Nesse sentido, trata-se da relação direta com o capital político delegado pela “instituição” e o peso desse nas disputas eleitorais.

Ao polo mais diretamente associado à modalidade de entrada na política cujas bases retomam a atuação prévia em atividades ou organizações religiosas, ocorre uma associação mais direta com o PPS, com o PT, com o PTB e com os outros partidos de “direita”. As bases de recursos sociais mais diretamente associadas a essa modalidade de entrada se concentram entre os ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão, os outros ou em ocupações mal definidas e os professores de ensino fundamental e médio.

Em termos de recursos escolares e econômicos, ocorrem algumas concentrações específicas em níveis distintos. No que tange a titulação escolar, há uma relação mais forte com o ensino fundamental incompleto e com o ensino médio completo. Com relação ao montante de patrimônio declarado, as associações mais diretas se polarizam entre os níveis mais baixos, de R\$50.001 a 100.000, e aqueles relativamente mais elevados, que tem valores entre R\$500.001 e 1.000.000. Isso ocorre devido às oposições em termos de vínculos partidários, os quais especificam diferentes bases de recursos sociais relativamente a essa modalidade de entrada na política.

Esses candidatos, mais associados à atuação prévia em atividades ou organizações religiosas, são do sexo masculino (não ocorrendo casos de mulheres), normalmente casados e com menos de trinta anos. Além disso, a ativação desse recurso prévio ao ingresso na concorrência eleitoral tem relação mais forte com os bem sucedidos eleitoralmente, com os candidatos a deputado federal e com aqueles com tempo de filiação que varia entre seis e dez anos.

No extremo oposto desse eixo, mais diretamente associado aos candidatos cujos trajetos são compostos pela ocupação prévia de posições de direção em entidades sindicais ou associativas, ocorrem um conjunto de vínculos partidários variados. As associações mais significativas se dão com o PSB, com os outros partidos de “esquerda”, com o PPS e com o PFL. As categorias ocupacionais com relação mais forte com essa forma de inserção na concorrência eleitoral são as dos administradores, diretores e gerentes (33,3% contra 13% do conjunto do universo), dos empresários (20% contra 13,7% do conjunto do universo), dos servidores públicos em geral (22% contra 13,7% do conjunto do universo), dos funcionários e trabalhadores em geral (22,9% contra 13,7% do conjunto do universo) e dos outros ou em ocupações mal definidas (17,1% contra 13,7% do conjunto do universo). Essa maior diversidade de bases sociais de candidatos com essa modalidade de entrada é indicativa de dois processos associados à concorrência eleitoral: primeiro, trata-se do peso da ocupação prévia de posições de “liderança” e da organização e representação de interesses para a entrada na política (CORADINI, 2001, 2006, 2007); segundo, a importância desse recurso

para a composição do repertório dos candidatos suspende, de certa forma, a lógica da determinação social, ocorrendo vínculos mais diretos com partidos políticos situados em polos opostos do espectro político-eleitoral no Rio Grande do Sul.

Em se tratando do conjunto de recursos sociais mais relacionados aqueles candidatos que tem seus pontos de partida dos trajetos associados à direção de sindicatos ou associações, há uma concentração mais evidente na titulação escolar de superior incompleto (18,3% contra 13,7% do conjunto do universo). No que tange ao montante de recursos econômicos, ocorre uma associação com condições sociais opostas, mais especificamente, de um lado há uma relação muito significativa com o maior montante de patrimônio declarado, notadamente, aquele maior do que R\$2.000.000 (28,6% contra 13,7% do conjunto do universo), de outro, ocorre uma associação com os valores mais baixos, principalmente aquele entre R\$50.001 e 100.000 (19% contra 13,7% do conjunto do universo). Além disso, esses candidatos são, em geral, do sexo masculino, com idade entre quarenta e um e cinquenta anos e casados. Disputam, normalmente, cargos de deputado federal e tem trajeto sem inserção prévia em organizações partidárias, normalmente com tempo de filiação menor do que um ano. Para o conjunto dos candidatos com essa modalidade de entrada, ocorre, em geral, um menor sucesso eleitoral.

Por fim, cabe destacar as oposições presentes no terceiro eixo de estruturação desse espaço de relações entre recursos, partidos e modalidades de entrada na política. Novamente, há um princípio de divisão que distingue diferentes formas de aquisição e acumulação de capital político. Por um lado, mais associadas ao capital político associativo e por delegação, encontram-se as modalidades de inserção no espaço de concorrência eleitoral com base na atuação partidária e ocupação prévia de posições dirigentes no interior do partido. No outro extremo, há uma associação mais direta com o capital político a título pessoal, fundado nas operações de *crédito* decorrentes de um ato inaugural, mais especificamente, trata-se da condição de fundadores de entidades associativas, filantrópicas ou assemelhadas. Igualmente associados ao polo do capital político a título pessoal, encontram-se os candidatos cujos pontos de saída dos trajetos perfazem a ocupação prévia de cargos públicos ou definem as relações de parentesco e/ou aliança como modalidade de entrada na concorrência eleitoral.

Ao polo mais diretamente vinculado ao capital político associativo ou por delegação, associa-se a modalidade de entrada na política que remete a atuação partidária e a ocupação de cargos de comando ou liderança internamente as organizações partidárias. Nesse caso, há uma relação mais direta com os outros partidos de “direita” (27,3% contra 6% do conjunto do universo), com os outros partidos de “esquerda” (14,8% contra 6% do conjunto do universo),

com o PDT (10,1% contra 6% do conjunto do universo), com o PMDB (10% contra 5,4% do conjunto do universo) e com o PV (13,3% contra 6% do conjunto do universo). Em se tratando de uma modalidade específica de relação com a luta eleitoral, cujas bases estão fundamentadas na atuação e organização partidária, ocorre uma associação mais direta com o agrupamento dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (10,9% contra 6% do conjunto do universo).

Frente a essa mescla entre posições político-partidárias e associação mais direta com uma condição ocupacional de origem específica, não há uma associação mais evidente entre titulação escolar e essa modalidade de entrada na política. Ao contrário disso, ocorre uma relação mais forte com o montante de patrimônio declarado mais diretamente associado a valores intermediários, notadamente aqueles que variam entre R\$200.001 e 500.000 (9,7% contra 6% do conjunto do universo). Em termos de características mais gerais, há uma associação mais evidente com o sexo masculino, com a faixa etária daqueles com menos de trinta anos e com a condição de solteiro. A atuação partidária como modalidade de entrada na política tem uma associação maior com o sucesso eleitoral, com um tempo de filiação partidária maior do que quinze anos e com o cargo de deputado federal.

No extremo oposto desse eixo do terceiro fator, encontra-se a modalidade de entrada na política assentada sob a condição de fundador de entidades diversas. Mais diretamente associada ao crédito derivado de um ato inaugural, essa condição de legitimidade frente à concorrência eleitoral dispõe de relações diversificadas no que tange aos recursos de bases sociais específicos.

Em se tratando de vínculos com partidos políticos específicos, a condição de fundador de entidades associativas, filantrópicas ou assemelhadas tem relação mais forte com o PPS (10% contra 4,6% do conjunto do universo) e com o PT (8,1% contra 4,6% do conjunto do universo). Essa relação com dois partidos que se situam em posições político-partidárias distintas, de acordo com as indicações expostas até aqui, evidencia uma diversidade de categorias ocupacionais de origem associadas a tal modalidade de entrada. De um modo mais específico, situam-se no extremo desse polo os candidatos cujas condições ocupacionais de origem remetem as categorias dos agricultores, pecuaristas, etc., dos funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, dos médicos, dos servidores públicos em geral, dos outros ou em ocupações mal definidas e dos professores de ensino fundamental e médio.

Relativamente aos recursos escolares e econômicos associados a esse polo, ocorre, igualmente, uma variabilidade significativa. No que tange o capital escolar, há uma relação mais evidente com os que apenas lêem e escrevem, com os que possuem ensino fundamental

incompleto e com aqueles com grau de escolaridade de ensino médio incompleto. Para o montante de patrimônio declarado ocorrem associações mais diretas com valores que indicam posições sociais opostas. Mais especificamente, de um lado, há uma relação com os montantes mais baixos e que vão até R\$50.000, de outro, ocorre uma associação mais evidente com os valores mais elevados, notadamente aqueles que variam entre R\$1.000.001 e 2.000.000. No caso desses candidatos, cuja relação com a “política” remete a condição de fundador, não ocorre diferenciação proporcionalmente demonstrável entre os sexos, sendo, em números absolutos, três do sexo feminino e vinte e seis do masculino. Além disso, esses são, em geral, casados e com idade maior do que sessenta anos. Em termos de relação com as disputas eleitorais e com os partidos políticos, os candidatos com essa modalidade de entrada são normalmente mal sucedidos nos pleitos eleitorais e tem tempo de filiação que varia entre os dois e cinco anos. No caso do cargo em disputa, não há dissociação em termos proporcionais, sendo que, em números absolutos, dez disputam o cargo de deputado federal e dezenove disputam o cargo de deputado estadual.

Ainda com relação a esse polo mais diretamente associado ao capital político a título pessoal encontram-se os candidatos cuja entrada nas disputas eleitorais se dá via ocupação prévia de cargo público. Para esses, há uma relação mais direta com o PMDB, com o PPB/PP e com o PTB. No caso dessa modalidade de entrada, a concentração mais evidente em algumas posições político-partidárias se reflete diretamente nas bases sociais de recrutamento e seleção política, sendo as mais significativas aquelas que, em geral, compõem os referidos partidos. Em termos mais específicos, ocorre uma associação mais direta com a categoria dos comerciantes (32% contra 22,6% do conjunto do universo), dos servidores públicos em geral (38% contra 22,6% do conjunto do universo), dos engenheiros (44,4% contra 22,6% do conjunto do universo) e dos outros profissionais com titulação universitária (34,6% contra 22,6% do conjunto do universo).

Ainda com relação a esses candidatos, no que tange a titulação escolar, ocorre uma relação mais direta com o ensino fundamental completo. Para o montante de patrimônio declarado, há uma associação mais forte com os níveis intermediários, sendo que a relação mais significativa se dá com os valores entre R\$100.001 e 200.000. Em termos de características sociais, ocorre uma relação mais significativa com o sexo masculino, com a faixa etária entre os cinquenta e um e sessenta anos, e com a condição de casado. Os candidatos com essa modalidade de entrada na concorrência eleitoral são, em geral, mal sucedidos eleitoralmente, ocorrendo uma relação mais direta com a condição de não eleito. Além disso, aqueles que têm na ocupação prévia de cargo público sua condição de

legitimidade frente à concorrência eleitoral disputam, normalmente, o cargo de deputado estadual e tem tempo de filiação que varia entre seis e dez anos.

Por fim, com relação esse polo, cabe destacar a modalidade de entrada na política associada às relações de parentesco ou aliança. No que tange as relações entre vínculos partidários e recursos prévios a entrada na concorrência eleitoral, as associações mais diretas com a modalidade em pauta se dão com o PTB (12,9% contra 6,4% do conjunto da categoria), com o PMDB (11,3% contra 6,4% do conjunto da categoria) e com o PSDB (9,4% contra 6,4% do conjunto da categoria). Relativamente às bases de recursos sociais, ocorre a concentração na categoria ocupacional dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (12,5% contra 6,4% do conjunto da categoria).

Entre os candidatos com entrada na política associada às relações de parentesco ou aliança, há uma relação mais direta com o ensino superior incompleto (12,9% contra 6,4% do conjunto da categoria) e com os montantes de patrimônio intermediários, que variam entre R\$200.001 e 500.000 (9,7% contra 6,4% do conjunto da categoria), e mais altos, principalmente aquele maior que R\$2.000.000 (23,1% contra 6,4% do conjunto da categoria). Além disso, esses candidatos são, em geral, do sexo feminino, com menos de trinta anos e são solteiros. Cabe destacar também que, os candidatos com essa modalidade de entrada disputam, em geral, o cargo de deputado estadual, possuem tempo de filiação maior do que quinze anos e são, normalmente, eleitos.

Obviamente que a apresentação das relações entre modalidades de entrada na política, posições político-partidárias e recursos sociais diversos remetem a determinadas tipificações. Isso porque, normalmente essas modalidades de entrada na política aparecem de forma compósita e são acionadas conjuntamente com diversos outros recursos e bases de legitimação frente à concorrência eleitoral. Ou seja, não raro, ocorrem, ao longo do trajeto dos candidatos, relações diversas com as variadas formas de inserção na “política” aqui padronizadas, fenômeno que só pode ser apreendido a partir do exame de casos exemplares relativamente às modalidades distintas de aquisição e acumulação do capital político.

3.3 TRAJETOS E MODALIDADES DE ENTRADA NA POLÍTICA

O principal objetivo dessa seção é apresentar alguns trajetos representativos das diversas modalidades de entrada na política e dos modos de aquisição e acúmulo do capital

político. A seleção desses casos exemplares foi baseada em dois critérios simultaneamente considerados. Em primeiro lugar, tomou-se a relação entre modalidades de entrada na política, posições político-partidárias e recursos sociais, a partir disso, se definem as posições dos indivíduos no espaço de concorrência eleitoral¹⁵. Em segundo lugar, trata-se da consideração de uma questão mais operacional e relativa à disponibilidade de informações completas e, de preferência, diversificadas sobre os trajetos em questão.

Com base nesses procedimentos, foram selecionados alguns casos que exemplificam as modalidades de ingresso na concorrência eleitoral. O que se pretende, a partir disso, é apreender os processos mais gerais presentes na relação entre agentes sociais e a “política”, examinando os trajetos que conduzem a posições políticas específicas e ao engajamento eleitoral na condição de candidato.

3.3.1 “Aliança”, “notoriedade” e atuação como candidato em eleições gerais

Os três casos exemplares apresentados aqui indicam uma relação mais direta com o capital político a título pessoal, para o qual as modalidades de entrada são aquelas relativas à atuação em atividades artísticas, culturais e/ou esportivas e as relações de parentesco e/ou aliança. Nesse sentido, as diversas formas de aquisição e acúmulo de capital político, que se expressam por essas modalidades específicas de trajetos que conduzem a concorrência eleitoral, evidenciam duas ordens de processos distintos e coexistentes. Por um lado, a entrada na política através de “relações de aliança”, sejam elas constituídas no círculo familiar ou não, funciona como condição prévia de acesso as disputas eleitorais por cargos públicos, garantida e legitimada por meio da relação com um “padrinho” político, logo, a legitimação da condição de candidato se dá anteriormente as lutas intra-partidárias. Por outro lado, a conquista do crédito e do reconhecimento a partir de atividades de “notoriedade” denota uma forma de acúmulo de capital simbólico personificado específica, a qual tangencia a esfera política e pode ou não ser reconvertido em capital político.

Ocorre que, como é possível notar a partir do exame dos casos aqui descritos, essas modalidades não são excludentes e dependem do conjunto de recursos sociais e das diversas possibilidades de usos desses frente à esfera eleitoral. Partindo de um caso específico que

¹⁵ Ver gráfico dos indivíduos em anexo.

representa a confluência entre as duas modalidades de entrada na política em pauta, trata-se de especificar as relações entre recursos e trajetos que conduzem à inserção na esfera de concorrência eleitoral em eleições gerais.

Trata-se do caso do deputado estadual Adolfo José Brito. Com sucesso nos três pleitos eleitorais em pauta, ocorre uma mescla entre origens sociais relativamente baixas, o exercício de atividades em uma rádio local, laços de aliança e patronagem e inserção em níveis de cargos públicos como modo de acesso as disputas eleitorais em nível estadual.

O ponto de partida desse trajeto retoma a significância que o candidato dá a uma “infância marcada por muitas dificuldades”. A centralidade no uso das origens sociais se transfere, também, para as relações estabelecidas, posteriormente, no interior do partido pelo qual se candidata em eleições municipais. Filho de posseiros do interior do Rio Grande do Sul, sua família transfere-se para a cidade de Sobradinho com o objetivo de “tentar melhorar a vida”, lá, o pai foi trabalhar na prefeitura local como “operário da limpeza pública, como gari”. Enquanto isso “com muitas dificuldades”, Adolfo Brito acabou sendo “menino de rua” atuando como “engraxate, carregador de mala, vendedor de fruta, entregador de jornal” (entrevista).

As relações estabelecidas por seu pai através do trabalho na prefeitura local possibilitaram o contato com o então prefeito de Sobradinho, Ovídio Bavaresco (1963 – 1969). Por meio dessa relação, criaram-se as condições de possibilidade do estabelecimento de trocas desiguais, dentre as quais, a primeira retoma o fato de Bavaresco ter colocado o candidato no colégio e custeado parte de seus estudos. As diversas inserções ocupacionais que marcam o trajeto de Adolfo Brito destacam, sempre, modalidades de ascensão e sucesso profissional. Em 1971, esse sai do trabalho na rodoviária local, onde havia sido carregador de malas e chegou ao cargo de atendente de balcão, para trabalhar na Rádio Sociedade Sobradinho. Após sete anos de atividades na rádio, na qual entrou como operador de áudio e chegou a locutor, Adolfo Brito é convidado por Ovídio Bavaresco para concorrer ao cargo de vereador pela ARENA, em 1978. O aceite ao engajamento na condição de candidato nessas eleições é apresentado como “obrigação moral” e “forma de gratidão” ao fato do ex-prefeito tê-lo ajudado na infância.

Nesse ponto, ocorre a sobreposição entre um conjunto de posições ocupadas em diversos domínios, relativas ao trabalho individual e ao êxito pessoal e as relações de patronagem como condição de entrada na política, as quais são neutralizadas pela relação pessoal e moral para com o “patrão”. Concorrendo sem sucesso nas referidas eleições, Brito volta a disputar o cargo de vereador em Sobradinho nas eleições de 1982, conquistando a

“maior votação da bancada” do PDS na cidade. O fato de atuar como “radialista” e o “pessoal da região” conhecer “a sua maneira de ser e de trabalhar” constituiu-se como modalidade de aquisição de capital político e reconhecimento pessoal, o qual foi maximizado pela posterior eleição como vereador e a concomitância nessas atividades.

O exercício do mandato de vereador é seguido de um convite para ser candidato a prefeito de Sobradinho. Novamente, entra em pauta na reconstrução biográfica do candidato, o peso das origens sociais como “obstáculo” de várias ordens, nesse caso, um conjunto de “dificuldades internas” ao PDS e conflitos decorrentes de sua origem “em camadas mais baixas” incidem nas disputas intrapartidárias com vistas à definição do candidato a prefeito nas eleições de 1988. No entanto, mesmo com a discordância da “cúpula do partido” e a “falta de dinheiro” para custear a campanha, Adolfo Brito se elege prefeito devido ao fato de contar com “muita força política nas bases”, principalmente entre “pequenos agricultores, vilas e bairros” na cidade (entrevista).

A diversificação das frentes de atuação e a inserção nas lutas eleitorais em níveis distintos, primeiro legislativo e depois executivo municipal, são decorrentes do *reconhecimento* adquirido por meio da atuação como locutor em uma rádio local e das relações estabelecidas com um “padrinho” político com inserção e força de mobilização interna ao partido no qual Brito se engaja. Os anos a frente da prefeitura municipal, e a definição do trabalho político como forma de mediação e acesso a recursos diversos, ou nas palavras do candidato, a atuação política como “um trabalho direto com o cidadão”, constituem uma estrutura compósita de recursos e esquemas de ação que configuram as condições de possibilidade para os investimentos eleitorais futuros.

Esse é o caso da manutenção do trabalho como radialista e a posterior entrada na política em nível estadual, como candidato a deputado nas eleições de 1994. A ação inaugural relacionada à mescla entre a notoriedade conquistada como radialista local e a mediação executada por um padrinho político para a inserção na ARENA, é substituída por uma definição de trabalho político como “atendimento” as comunidades, bairros e vilas. Essa transição de modos de legitimação da atuação política, e a “escalada” como candidato, retoma os próprios esquemas presentes na reconstrução do passado como vitória pessoal contra condições de vida paupérrimas.

A participação eleitoral em 1994, na condição de candidato a deputado estadual, se dá por meio de um “convite” do partido. Nesse caso, há uma mescla entre a carreira política constituída por dois sucessos eleitorais e o *reconhecimento* conquistado pelo “trabalho” e pelo “radialismo” ou, como destaca Adolfo Brito, na oportunidade da disputa de um cargo a nível

estadual, “eu também era radialista, então o pessoal me conhecia” (entrevista). A retomada dos recursos iniciais, e sua composição com o “trabalho” realizado através da ocupação de cargos públicos, têm como decorrência as possibilidades de eleição e a conquista do cargo de deputado estadual nas eleições gerais de 1994.

Nota-se que, no caso desse candidato, a modalidade de entrada na política se estrutura em uma mescla de dois conjuntos de determinantes principais. Primeiro, trata-se da atuação como radialista em nível local e o reconhecimento decorrente do exercício dessa atividade. Em segundo lugar, entra em pauta as relações familiares estabelecidas com políticos locais, principalmente por meio da inserção do pai como trabalhador da prefeitura de Sobradinho. Ocorre que, as duas modalidades não excludentes, mas complementares nas chances de inserção nas lutas eleitorais e na conquista e acúmulo de capital político. Além disso, a entrada na política em distintos níveis de participação eleitoral insere, no repertório de recursos e de ação do candidato, a ocupação prévia de cargos públicos e a decorrente conquista de crédito por meio desse.

Algo semelhante ocorre com caso do ex-deputado estadual Sérgio Pedro Zambiasi, igualmente de origem social baixa e com inserção na concorrência eleitoral via “notoriedade” conquistada através do exercício de atividades de comunicação. Nesse caso, no entanto, essa modalidade de entrada na política é exclusiva, não ocorrendo a mescla com outros recursos. Filho de um marceneiro e “arrendatário” e proveniente de “uma família numerosa”, o destaque ao “trabalho duro na terra” e na “marcenaria” da qual sua família “tirava o sustento” é parte determinante na auto-reconstrução biográfica do candidato. Nesse caso, assim como no outro, há uma concepção de ascensão pelo trabalho sendo que, esse “trabalho” engloba um conjunto de definições que se aproximam nos dois casos. Do mesmo modo, essa concepção de “luta” contra uma condição social de exclusão, vai se transferir para vários domínios e esferas de atuação de Sérgio Zambiasi, configurando as justificativas e esquemas de ação que vão orientar “sua linha de atuação política” e “profissional”.

O marco inaugural de sua principal atividade relativamente à conquista de um capital político a título pessoal se dá pela “compra de um espaço”, “junto com seus colegas de colégio e com o patrocínio de pequenos comerciantes da cidade”, na Rádio Cristal de Soledade, com vistas a realizar um programa musical que tocava “sucessos da Jovem Guarda”. Após dois anos de atuação junto com os colegas nesse programa, Zambiasi passa a locutor e apresentador de notícias oficial da referida rádio. Em 1971, transfere-se para a Rádio Alto Taquari, do município de Estrela, onde começa a direcionar “sua vocação como comunicador”. Na seqüência, segue para Porto Alegre, trabalhando na Radio Difusora e, a

partir de 1978, passa a dar as manchetes em rede com várias emissoras do país. Em meados da década de 80, vai para a Rádio Farroupilha, na qual consegue implantar seu projeto de “uma rádio popular, comunitária e solidária”¹⁶ e constituir o programa de rádio de maior audiência no estado.

As concepções de “atuação profissional”, via radialismo, e o uso dos instrumentos de comunicação na construção de uma “rede de solidariedade”, tem como principal fundamento de legitimação as origens sociais e familiares, as quais justificam a “relação epidérmica” com as regiões periféricas da sociedade através da “demonstração pelo exemplo” (AGRIKOLIANSKI, 1994, p. 95). A centralização do assistencialismo como modo de construção de uma base eleitoral é neutralizada pela “responsabilidade moral”, derivada das origens sociais, e pela definição de seu modo de atuação como atividade “solidária” (ANGELIS, 2001, p. 132-3). Nesse sentido, a entrada na política relaciona-se a um modo de extensão dos vínculos criados em uma esfera de atuação “profissional” (CORADINI, 2001, p. 44). Assim, “o formato de rádio comunitária de seu programa na Farroupilha é estendido à atuação política” em uma dinâmica por meio da qual se reclama a indissociabilidade de diversas dimensões da vida social, ou seja, “o pai de família, o político, e o radialista” não podem ser separados.

Desde a infância, teve naturalmente o olhar voltado para as dificuldades vividas pelas comunidades mais carentes, principalmente aquelas em que o braço do Estado não chega com a eficácia e a pressa exigidas pela fome e pela doença. [...] Por sua origem humilde, Zambiasi compreendeu desde o início que os problemas dos outros eram também responsabilidade sua. Já trabalhando como comunicador, ele entendeu que o rádio poderia ir além da função de oferecer música e notícias, poderia ser uma poderosa ferramenta promotora da solidariedade.¹⁷

Nesse sentido, ocorre a legitimação do desinteresse e a naturalização da relação e dedicação à política como modo de extensão de uma postura ético-moral frente à “consciência” e ao “dever” de “tomar parte em suas responsabilidades no quadro social”. No entanto, além da capitalização da “notoriedade” derivada daquilo que se definiu como exercício de atividades artísticas, culturais e/ou esportivas, Zambiasi retoma as vinculações

¹⁶ <<http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/zambiasi.htm>>

¹⁷ <<http://www.senado.gov.br/evmnet/zambiasi/Bem-vindo.htm>>

políticas do pai como princípio de adesão a determinadas “heranças” e “espólios” em disputa na política sul rio-grandense (GRILL, 2007, 2008).

Os resultantes do uso da rádio como “poderosa ferramenta promotora da solidariedade” conduzem Sérgio Zambiasi à primeira inserção como candidato, na qual disputa o cargo de prefeito de Porto Alegre pelo PMDB em 1984, sem sucesso (CORADINI, 2001, p. 44). Posteriormente, transfere-se para o PTB, configurando um amplo conjunto de alianças e mobilizando a migração de diversos políticos gaúchos em direção a esse partido (GRILL, 2003, p. 395-403). Por esse partido, elege-se deputado estadual por quatro legislaturas seguidas, sendo o recordista de sufrágios em todas elas, “carregando” consigo vários candidatos. O fato de constituir-se como “fenômeno eleitoral”, atrelado a retomada da história familiar e a adesão a princípios de divisão e identificação política, tal como o “trabalhismo”, autorizam Zambiasi a comandar “a organização partidária” do PTB “no Rio Grande do Sul”, atuando, desde sua adesão ao mesmo em 1989, como presidente estadual do partido.

No caso desse candidato, a entrada na política é direta em nível estadual, sendo o cargo de prefeito da capital do estado o primeiro disputado no conjunto das inserções eleitorais. Nesse sentido, entra em pauta o nível de inserção e atuação via radialismo e a dimensão do alcance por meio dessa atividade. Ou seja, ao contrário do caso relatado anteriormente, cujas bases de comunicação e produção de uma imagem individual e capitalização de capital simbólico se dão a nível local, o uso dos recursos de comunicação, no caso de Sérgio Zambiasi, é mais amplo, com atuação na capital do estado e transmissão em rede com várias outras emissoras.

Assim como no caso dos diferentes níveis de abrangência e usos dos instrumentos de comunicação como modo de conquista de reconhecimento pessoal, e as decorrentes possibilidades de reconversão disso em inserção eleitoral, entra em pauta a legitimidade prévia as lutas intra-partidárias e a condição de candidatura garantida por relações de parentesco ou aliança. Nesse caso, trata-se da posse de um nome que remete a um conjunto de alianças e a um capital simbólico objetivado no trabalho de mobilização e inserção desse “atributo social” frente ao mercado eleitoral.

Um desses candidatos, cujas bases de entrada na política estão associadas a “heranças familiares” e a posse de uma rede de relações prévias ao ingresso na disputa eleitoral, é Luiz Fernando Salvadori Záchia. Descendente de libaneses, seu pai, José Alexandre Záchia, teve inserção política nos quadros do PTB e, posteriormente, no PDC. O cargo de professor em instituições confessionais (Colégio Anchieta e Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul), a militância política, a atuação comunitária, a forte relação com a Igreja Católica e inserção nas atividades de dirigente esportivo do Sport Clube Internacional, constituíram as condições de possibilidade para que José Alexandre Záchia conquistasse uma vaga no legislativo municipal de Porto Alegre em 1955, e, em 1958, uma cadeira na Assembléia Legislativa.

Na ocasião do bipartidarismo durante o regime militar, o pai de Luiz Fernando Záchia adere a ARENA, passando a ocupar diversos cargos executivos e constituindo-se como um dos principais líderes desse partido no Rio Grande do Sul. Além disso, fora, também, uma das maiores lideranças do PDC, sendo presidente municipal e regional desse (GRILL, 2003, p. 258-62). A centralidade da figura paterna na inserção eleitoral de Luiz Fernando Záchia pode ser percebida tanto no exame das informações auto-biográficas presentes em seu site pessoal, quando em suas próprias palavras.

Para que tu chegue a ser candidato tu tem que ter uma relação com um segmento da sociedade para que se viabilize eleitoralmente [...] Sou porto-alegrense, filho de ex-vereador de porto alegre, filho de ex-deputado, filho de ex-dirigente partidário, [...] meu pai presidiu o Partido Democrata Cristão [...] foi vereador, foi deputado, exerceu cargos políticos. Nasci sobre esse clima político, vendo e ouvindo política diariamente na minha casa. Meu pai também teve ligações esportivas, foi presidente do Internacional, e ai começa o meu caminho na relação com uma entidade que me permitiu, que propiciou que eu fosse candidato, porque a partir do Internacional eu teria uma densidade, eu teria uma possibilidade de densidade eleitoral [...].
(Entrevista)

A viabilidade eleitoral configura-se como um conjunto de condições de possibilidade de eleição. Nesse caso, trata-se da dupla relação com a origem familiar, por um lado, o ingresso nos cargos de dirigente esportivo do Sport Clube Internacional, por outro, o reconhecimento do pai como político, do qual muito se “orgulha” e por meio do qual, recebeu “muito voto” devido a suas “relações”, “muito voto de confiança” “foi homenagem ao” pai. Nesses termos, a relação com as origens sociais ganha um sentido específico, visto se configurar como recurso determinante na inserção eleitoral. O ingresso na concorrência eleitoral se dá por meio de relações estabelecidas na direção do Internacional e na atuação partidária. No ano de 1992, foi convidado por Ibsen Pinheiro e Pedro Simon para concorrer a vereador em Porto Alegre. Atrelado ao fato de possuir as condições de possibilidade para o ingresso na disputa eleitoral, seja pela chamada “densidade” derivada “do bom momento” do

clube esportivo do qual era dirigente, seja pelo conjunto de redes de inter-reconhecimento atreladas à inserção política e esportiva da família, o candidato apresenta como justificativa para adesão a luta eleitoral o “momento atípico” de injunção social devido ao movimento “Fora Collor”.

Assim, há uma neutralização das possibilidades objetivas de atuação na condição de candidato através da “tomada de consciência”, a qual entra como fato de que se “tem que participar do processo” para tentar “reconstruir aquilo que se entende que está errado”. Ou seja, nessa perspectiva, a inserção eleitoral ganha um sentido de missão ou de dever moral que se vincula a própria moral cívica que é fundamento do sistema democrático representativo.

Luiz Fernando Záchia se elege vereador em 1992, reelegendo-se em 1996 e em 2000. No plano estadual, concorre a deputado na eleição de 1998, sem sucesso e, posteriormente nas eleições de 2002 e 2006, sendo eleito e reeleito para o mandato de deputado estadual. As condições de ingresso e a retomada dos vínculos familiares com a política e com o esporte são constituídas como marco inicial da carreira política e neutralizadas, com a conquista sucessiva de mandatos legislativos. Ou seja, os usos da relação familiar se dão em dois modos e momentos distintos no conjunto da carreira política do candidato. Em primeiro lugar, como forma de acesso e inserção em um espaço de relações que tornam “viável” a concorrência eleitoral, em seguida, configuram-se como o “espaço de aprendizagem” de um *metier*. Isso se identifica, de forma mais clara, na explicação da passagem do cargo de vereador para deputado estadual eleito em 2002. Ou seja, justificativas para tanto se vinculam, então, ao “trabalho político” e a posse de “mandato”, cujas indicações e evidências são apresentadas por meio do crescimento do número de votos.

Portanto, as origens familiares e a vinculação prévia com a “política”, nesse caso, são mescladas ao “carisma de função”, derivado da ocupação de cargos públicos em nível municipal. Por outro lado, o “nível municipal” em pauta é referente a capital do estado, cujo espaço de recrutamento do legislativo municipal muito se aproxima do perfil social dos deputados estaduais e federais do estado do Rio Grande do Sul.

Como parece ficar evidente na apresentação desses casos, está em pauta tanto o peso de determinados recursos nas chances de atuação como candidato em nível estadual, quanto às possibilidades efetivas de uso e reconversão desses com vistas à adesão de eleitores. Em termos gerais, no primeiro caso a inserção em nível local, a disponibilidade de recursos mais restritos em termos de alcance e abrangência, estrutura a carreira política por meio da inserção em diversos níveis de cargos em disputa e sua mescla com outros recursos. Já no que se refere

a Zambiasi, a abrangência de sua atuação via radialismo e a constituição de uma rede de relações e reconhecimento confluíram em expressivas votações em pleitos sucessivos. Todavia, isso se deve a um duplo condicionante, por um lado, ao “trabalho” parlamentar como forma de mediação e acesso a recursos diversos, por outro, a manutenção do programa de rádio com vistas à renovação constante do capital simbólico. Para o último caso, mais do que um reconhecimento social conquistado com base na “atuação política do pai”, está em pauta a centralidade desse recurso na mobilização das redes de relações, no processo de socialização, e nas possibilidades de inserção em espaços de atuação diversos, dentre os quais, a direção esportiva de um clube da capital e a viabilidade eleitoral a partir disso.

3.3.2 “Militância”, organização de interesses e atuação como candidato

No outro polo do eixo do primeiro fator encontram-se as modalidades de entrada na política mais diretamente associadas ao “capital associativo”. Contrariamente ao caso anterior, a atuação em movimentos sociais ou entidades associativas e a ocupação prévia de cargos de direção em sindicatos ou associações configuram um tipo específico de relação com a luta eleitoral e com a inserção na disputa por cargos eleitoralmente em jogo. Frente a um conjunto de trajetos que englobam a dedicação sistemática a determinados “temas”, “problemas” ou “organizações”, processo que envolve uma série de habilidades e disposições sociais, trata-se de especificar as modalidades e usos desses itinerários e o conjunto de recursos acumulados como forma de entrada e profissionalização em política. Do mesmo modo, entram em pauta as relações com as origens sociais, seus usos e associação com as justificativas de engajamento e a naturalização da dedicação a luta eleitoral. No entanto, mais do que em outros domínios, as modalidades de entrada na política se sobrepõem de formas variadas compondo um esquema compósito que envolve a ativação de vários princípios de identificação social.

O primeiro dos três trajetos aqui descritos engloba a “militância estudantil” e a ocupação de posições de direção em organizações estudantis como ponto de saída de seu trajeto. Nesse sentido, trata-se de uma relação específica com a luta eleitoral e o uso dos recursos acumulados com a participação estudantil. Ou seja, essa modalidade de entrada na política engloba a própria redefinição da luta eleitoral e do trabalho político, visto se tratar de

uma forma de relação com o mundo que envolve processos de socialização, repertórios de ação e os sentidos atribuídos a determinadas “causas”.

O caso mais específico de definição de uma modalidade “militante” de relação com a luta eleitoral é do caso do candidato a deputado estadual pelo PC do B nas eleições de 2006, Juliano Roso. Com origem no movimento estudantil e na militância política, o candidato é natural de Nonoai, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, mas sua inserção se dá de forma mais concreta com a mudança da família para Passo Fundo, em meados da década de 1980. Nesse período, inicia a militância na campanha presidencial contra a candidatura de Fernando Collor de Melo, atuando no movimento estudantil secundarista por meio da inserção no grêmio estudantil da escola na qual estudava. Essa dedicação ao “combate político” o conduz a adesão ao PT em 1989.

As informações biográficas disponíveis sobre esse caso indicam, por um lado, o destaque as atividades estudantis e a participação na direção de várias organizações, por outro, ocorre uma relação específica com determinadas modalidades de relação com a luta política e o engajamento partidário. Em outros termos, as adesões e as tomadas de posição frente às campanhas eleitorais e ao movimento “fora Collor”, conduzem, em primeiro lugar, o deslocamento do candidato do PT para o PC do B. Contudo, esse processo envolve um duplo sentido. Primeiro, a ocupação de cargos de direção, tanto estadual quanto municipal, na União da Juventude Socialista, organização dirigida politicamente pelo PC do B, configura uma aproximação de Roso com a cúpula do partido em Santa Cruz e no estado. Por outro lado, a migração para o partido comunista é justificada com base nas “razões ideológicas” inscritas na sua concepção de mundo e sociedade, entendendo que o PC do B “defende com mais clareza o socialismo científico além de possuir uma base teórico-ideológica (marxismo-leninismo) mais contundente”.

Nesse sentido, estão em pauta os vínculos específicos e historicamente constituídos entre organizações de mobilização, partidos políticos e um conjunto de princípios de visão e divisão do mundo social. Contudo, mais do que indicar uma adesão a determinado princípio de diferenciação ideológica, trata-se do uso desse como estratégia de legitimação para a migração partidária e, conseqüentemente, neutralização dos interesses correlatos a essa troca. Ou seja, está em jogo a relação entre atuação partidária e possibilidade de construção de uma “carreira militante” e/ou inserção na concorrência eleitoral. Em termos mais específicos, a adesão e atuação no PC do B é acompanhada da ocupação de posições de direção na estrutura organizacional desse partido e, concomitantemente, na União da Juventude Socialista e na União Nacional dos Estudantes, organizações estudantis controladas politicamente pelo PC do

B. Além disso, a ativação do “orgulho” em ter iniciado a “trajetória política no movimento estudantil” inscreve, em seu trajeto e recursos de legitimação, um princípio de identidade e de identificação política que pode ser acionado em um espaço de concorrência onde esse é significativo e configura adesões.

A participação em organizações associadas ao movimento estudantil, normalmente nas funções de direção, e a inserção na Universidade de Passo Fundo (UPF) como estudante de história, sendo diretor do centro acadêmico, configuram o itinerário desse candidato com vistas à atuação eleitoral. A partir de 1992, Juliano Roso passa a ocupar posições na diretoria municipal do PC do B, inserindo-se como candidato via partido pelo qual “sempre” militou “com dedicação e disciplina”, apresentando uma perspectiva de atuação política como “debate ideológico e enfrentamento da direita”. Com base nessas inserções, concorre nas eleições municipais de Passo Fundo em 1996 sem sucesso. Nos anos de 1997 e 1998, ocupa, respectivamente, as posições de direção do diretório central dos estudantes na UPF e na UNE, voltando a participar da disputa por cargos legislativos em nível municipal na eleição de 2000, quando consegue a eleição, sendo reeleito em 2004 e 2008. Assim, para além da ativação de uma “identidade estratégica” com o movimento estudantil, a inserção eleitoral é acompanhada da ocupação de posições de comando e “liderança” em organizações estudantis, ampliando o conjunto de relações e o capital simbólico acumulado nessas atividades. A inserção nas lutas eleitorais em nível estadual ocorre em 2006, após o exercício de dois mandatos de vereador, indicando um acúmulo de recursos ao longo do trajeto, que envolve o engajamento nas lutas estudantis e ocupação de cargos de direção nessas organizações, a militância partidária, a acumulação de cargos de direção no partido e a condição de ocupante de cargo público¹⁸.

Outro caso que envolve militância estudantil, sindical, adesão partidária e a atuação em várias frentes é o de Raul Jorge Anglada Pont. Para esse candidato, assim como para o anterior, a atuação política inicia-se mais diretamente com o deslocamento geográfico da fronteira oeste do estado para a capital e “não tem muito a ver com a representação parlamentar clássica”. Com origem social relativamente elevada, de família tradicional da região, o pai era “historiador”, “professor”, “líder de uma loja maçônica” e com forte “atuação comunitária”, além de exercer uma série de outras atividades na região¹⁹, Pont muda-se para a capital em 1963. Em Uruguaiana, havia concluído a formação de bancário e

¹⁸ <<http://www.julianoroso.com.br/>>;

<http://www.cmpf.rs.gov.br/?pagina=conteudo¶metro1=vereadores¶metro2=listagem_de_vereadores¶metro3=juliano_roso>.

¹⁹ Zero Hora, 20/02/1999.

consegue transferência para Porto Alegre com o objetivo de cursar a universidade. Já na capital, adere ao sindicato categorial que funciona como espaço de confluência e constituição de redes de atuação política.

No ano seguinte, ingressa no curso de história da UFRGS e, “por uma coincidência histórica” sua inserção na universidade combina com o golpe militar. Com uma conjuntura de injunção social, ocorre uma adesão, em um primeiro momento, a atividade mobilização mais “gremial e estudantil”, com maior participação no centro acadêmico, organização de resistência e “debates conjunturais”. Nesse sentido, as relações com a política se dão através da universidade, onde “o clima universitário [...] era muito favorável” a “tomada de consciência” e à compreensão do que estava acontecendo no Brasil. Segundo o candidato, o conjunto de preocupações “culturais e políticas mais gerais”, que o acompanhavam desde há muito tempo, ganham um contorno mais definido a partir da universidade.

Como estudante, Pont se engaja nos debates e na rediscussão intelectual sobre a interpretação da “formação social e econômica brasileira”. Em meio a essas inserções intelectuais e militantes, deixa o trabalho no banco e passa a atuar como professor de história em cursinhos supletivos e pré-vestibulares, presta novo concurso vestibular e ingressa no curso de economia da UFRGS, tornando o “engajamento numa ação política mais definida [...] maior”, o que o conduz a liderança do Diretório Central dos Estudantes em 1968 (entrevista).

O conjunto de justificativas e as modalidades de reconstrução biográfica presentes operam a neutralização de uma ação política sistemática por meio da retomada das preocupações “culturais e políticas” já presentes desde a “adolescência”. Além disso, há um distanciamento das origens sociais, as quais são substituídas pelo período de “luta” por direitos e pela necessidade do “trabalho” para “ganhar a vida” e sobreviver na capital. Nesse sentido, as relações e apresentação de sua origem social e seus usos na reconstrução biográfica se definem com relação às posições políticas e inserções militantes que compõem seu trajeto, nas quais a identificação se dá frente aos “trabalhadores” e “lutadores sociais”. Portanto, a luta política configura-se como uma adesão que engloba, ao mesmo tempo, um princípio de identificação associado à ativação de determinadas relações com segmentos sociais específicos, e uma subjetivação que se inscreve na constituição da “consciência” dos “problemas sociais” por meio da história de vida dos agentes. Trata-se do próprio movimento de “coerência lógica” operado pela reconstrução do passado com base nos pontos de chegada, característicos da racionalização dos trajetos e percursos.

As atuações de Raul Pont em vários domínios, tanto profissionais quanto escolares, ampliam a rede de relações de inter-reconhecimento, fazendo-o aproximar-se de “várias pessoas ligadas ao partido comunista brasileiro” e se envolver em todo um “debate [...], preparatório” de seu “sétimo congresso”, para o qual o setor universitário do partido no Rio Grande do Sul “preparou um conjunto de teses”. Todo esse período de engajamento contra o “regime militar” e a posterior “discordância” e ruptura com o PCB, faz com que esse e “um grupo grande de estudantes” envolvam-se, de uma forma mais clara e direta, na “luta contra a ditadura” e na construção de “uma nova organização”, que se concretiza pela fundação do Partido Operário Comunista (POC) em 1968. Esses itinerários confluem na negação da política “tradicional” ou, mais especificamente, naquilo que o candidato define como “eleição [...] e participação em partidos legais”. Assim, a política e o engajamento são definidos por oposição a disputa de cargos públicos eletivos e associam-se a “produção de idéias e opiniões” e ao enfrentamento de situações tidas como “inaceitáveis” (entrevista).

No entanto, em decorrência do conjunto de engajamentos, dos deslocamentos geográficos ocasionados pela perseguição da “polícia política” da ditadura e das prisões, Pont entra em contato com uma série de organizações, tanto no Rio Grande do Sul, quanto em São Paulo. Dentre essas organizações está o MDB, com a qual passa a ter uma relação mais direta, principalmente após o retorno para o Rio Grande do Sul em 1973. Nos anos seguintes, conclui o mestrado em ciência política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e passa a lecionar na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a partir de 1976. Essas relações com a militância estudantil, a inserção em uma organização partidária e a atuação intelectual e profissional, confluem no engajamento ao sindicato dos professores do estado, na fundação do jornal *Em Tempo*, em 1979, na fundação e organização do PT e na posterior fundação do IEPES (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais).

O “grupo de pessoas” do qual Raul Pont fazia parte no Rio Grande do Sul, juntamente com um “outro grupo” de antigos militantes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), principalmente de São Paulo e Minas Gerais, constituíram a base de apoio e formação do PT e da corrente da qual esse faz parte, juntamente com um conjunto de outras organizações e sindicatos. Assim, Raul Pont torna-se membro fundador da direção estadual e nacional, e membro da executiva estadual e nacional do partido desde a sua fundação, em 1980. A primeira inserção na concorrência eleitoral foi para o cargo de senador em 1982, sem sucesso. Nas eleições de 1986, foi eleito deputado estadual e, nas de 1990, deputado federal, deixando, nesse mesmo ano, as atividades docentes na UNISINOS para dedicação exclusiva a política e ao mandato.

No ano de 1992, concorre a vice-prefeito de Porto Alegre, na chapa liderada por Tarso Genro. Com a campanha vitoriosa, renuncia ao cargo de deputado federal, sendo, posteriormente, eleito prefeito da capital em 1996. Concorre novamente ao cargo de deputado estadual no ano de 2002, obtendo sucesso e reelegendo-se em 2006. Desse modo, seu ponto de chegada vincula-se a “atuação sindical”, a “atuação de liderança estudantil” e a passagem pela universidade, tanto como estudante como professor de ciência política, o que configura uma relação específica com a luta política como “luta ideológica”, associada à disputa de “projetos”, a “mobilização popular”, a “denúncia” e a “pressão social” (entrevista).

O trajeto de Raul Pont, e seu ingresso na política, são significativos no que tange a compreensão das relações entre origens sociais e a relação com os partidos políticos definidos como de esquerda. Isso porque, na relação mais evidente dessas organizações políticas com determinadas bases sociais, a negação das origens sociais ou sua redefinição a partir de pontos específicos dos trajetos e palavras de ordem denotam uma concepção específica de “política” e de engajamento. Essa modalidade de relação com a “política instituída” se define, frente aos repertórios de ação e princípios de legitimação que estão relacionados à mobilização e a construção da imagem de “lutadores sociais”, em oposição a outras formas de “luta” e de acesso aos cargos de representação política e atuação partidária.

Ainda com relação às modalidades de entrada mais diretamente associadas à atuação em movimentos sociais ou entidades associativas diversas, cabe especificar o caso daqueles que tem na ocupação de posições de direção em sindicatos ou associações o recurso principal frente às lutas eleitorais e seu ponto de partida enquanto entrada na política. Trata-se do caso de Heitor José Schuch, em que, mais do que um uso da relação sindical como recurso de legitimação, ocorre uma designação pela instituição.

O trajeto do candidato a deputado estadual, eleito nas eleições de 2002 pelo PSB, tem início nas comunidades rurais, como “animador”, participando de “grupos de jovens” e da Pastoral da Juventude. Definindo-se como “agricultor de profissão”, o recurso e a retomada das origens sociais funcionam como modalidade de identificação com um “setor” ou segmento social específico, que se distingue da categoria de agricultor em geral, e se define pela relação com os “trabalhadores assalariados” da agricultura e com a “agricultura familiar”. Isso, inclusive, estrutura as relações com as bases sociais e eleitorais, visto que o trabalho como parlamentar é “dedicado 90% para a agricultura familiar, política pública para o agricultor, habitação, saúde, educação, escola rural [...]” (entrevista).

Trabalhei na lavoura até os 25 anos de idade, depois eu fui eleito secretário do sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Cruz em 1987, [...] Depois fui eleito presidente do sindicato, ai fui eleito tesoureiro da FETAG, em 1992 até 1995 e de 1995 eu fui eleito e reeleito presidente da FETAG. (Entrevista)

O conjunto de posições ocupadas pelo candidato na estrutura sindical, primeiramente a nível local e, depois, estadual, constitui o próprio processo de designação por parte de uma instituição que “precisava de alguém para abrir as portas no Palácio Piratini, nas secretarias, no Bannisul, na Emater/RS”. A estratégia eleitoral da FETAG organizada para as eleições de 2002 foi constituída com o objetivo de “colocar alguém na assembléia” para fazer a “dobradinha” com o candidato a deputado federal Ezídio Pinheiro. Desse modo, a trajetória não envolve a “militância partidária”, principalmente porque, como destaca o candidato, “não era nem filiado a nenhum partido”, nunca tendo concorrido a “vereador nem coisa nenhuma”. Nessa perspectiva, a inserção eleitoral se deu por que o “movimento entendia que” precisava de alguém na Assembleia Legislativa do estado. De tal modo, “esse foi o caminho” para que o candidato concorresse com sucesso no pleito eleitoral de 2002, do mesmo modo, para que se reelegesse em 2006 (entrevista).

Nesse caso, a relação explicitamente reivindicada com a instituição e com um segmento social específico, e a exclusividade desse recurso na inserção eleitoral e na conquista de um cargo de representação política, configuram um caso exemplar de “capital político por delegação”, com algumas particularidades para o caso brasileiro. Ou seja, a relação com a organização partidária se dá pela instrumentalização das possibilidades de eleição, assim, o recurso a uma sigla partidária representa o meio legítimo de acesso aos cargos de representação eleitoralmente em disputa. Por outro lado, entra em pauta as relações historicamente constituídas entre partidos políticos e sindicatos que, nesse caso, estruturam-se primeiramente com o PSDB, através da candidatura de Vicente Bogo (que foi assessor do sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Rosa) e Ezídio Pinheiro (presidente e vice-presidente da FETAG), sendo que esse último passa do PSDB para o PSB. Como destacado, a candidatura de Schuch se dá com o objetivo de fazer a mediação em nível estadual, por meio da dobradinha com Pinheiro, o que, de fato, leva ao investimento dos interesses do “movimento” no PSB (entrevista).

Como se pode notar, no conjunto desses trajetos que compõem uma modalidade de capital político associativo ou por delegação, há uma sobreposição entre diversas esferas de atuação e recursos sociais, sempre associados à redefinição da atuação político partidária por

meio da neutralização das condições objetivas de inserção eleitoral. As principais diferenciações estão na contraposição entre os trajetos que se compõem pela “militância estudantil”, elevada titulação escolar e a maior relação e inserção em organizações partidárias, e aqueles que estão mais diretamente associados à direção de organizações de representação de interesses, os quais configuram relações mais estratégicas com a concorrência eleitoral e, em geral, anulam os recursos de posição social e a atuação prolongada em partidos políticos.

3.3.3 Atuação e organização de atividades religiosas como modalidade de entrada na disputa eleitoral

Os candidatos cujos trajetos se ligam a atuação em organizações religiosas de diversos modos, podem ser divididos em dois casos típicos. Aqueles cuja inserção eleitoral está diretamente associada aos investimentos eleitorais das diversas “igrejas” e os consequentes lucros conquistados pela vitória e acesso a cargos públicos de mediação com o estado. Por outro lado, têm-se os casos daqueles que estabeleceram relações específicas com as organizações religiosas, mais diretamente associadas à atuação em movimentos de juventude e “pastorais sociais”, de modo que a ativação dessas relações relaciona-se a composição de um conjunto de princípios de legitimação específicos e a definições do trabalho político.

Além disso, como destaca Coradini (2001, p. 121), a entrada na política via relação com instituições religiosas implica, não somente uma visão com relação às lutas político-eleitorais, mas também uma determinada concepção de ordem social. Desse modo, o conjunto de relações e justificativas que compõe os trajetos se define, relacionalmente, frente a uma posição político-partidária e uma postura ético-teológica.

Dentre os casos selecionados, o de Manoel Maria dos Santos é exemplar no que tange a relação com a “igreja” e a atuação como candidato em eleições gerais. De um modo muito geral, trata-se de um itinerário que se compõem pela relação com a origem social e seus usos, a inserção na Igreja do Evangelho Quadrangular, e a definição do trabalho político na relação com a concorrência eleitoral e as bases sociais. Proveniente de uma família de oito irmãos e “filho de pais analfabetos”, a retomada das origens sociais vincula-se, por um lado, a “perseverança” e a luta contra uma situação social de exclusão e, por outro, a “descoberta da fé” e a “experiência pessoal com Deus” como modo de “um novo começo”.

A inserção de Manoel Maria na Igreja Quadrangular se dá aos 21 anos, em 1962. Com a intenção de não ser “um pastor que lê a bíblia e sai pregando”, querendo atuar na “prática do evangelho”, foi indicado para fazer um curso de “teoria e prática” no Instituto Bíblico Quadrangular em São Paulo. Após algumas dificuldades para obter a autorização de ingresso no curso, consegue-a, por meio da família de um amigo, que percebeu “suas aspirações [...] legítimas” e viu nele as “qualidades úteis a um futuro ministro de Deus”. Depois de concluir o curso, ingressa no ministério da Igreja Quadrangular em 1965, atuando inicialmente em São Paulo. Nesse período, foi “líder nacional da juventude e missionário”, continuou os estudos no curso de madureza e ingressou na Faculdade de Direito do Vale do Paraíba.

Em 1974, assume a superintendência regional da Igreja do Evangelho Quadrangular no Vale do Paraíba, sendo eleito, posteriormente, para o Conselho Nacional de Diretores. Com forte atuação nos quadros da igreja, permanece no conselho até 1992. Em 1986, foi transferido para o Rio Grande do Sul, com o objetivo de assumir a Superintendência Eclesiástica da Região Metropolitana de Porto Alegre. Juntamente com isso, têm passagem, também, pela direção da Associação dos Homens de Negócios de Evangelho Pleno e pela presidência estadual da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil. Em 1990, “os líderes da Igreja Quadrangular no Rio Grande do Sul aumentaram sua responsabilidade, escolhendo-o para candidatar-se a deputado estadual pelo PTB”. Manoel Maria já havia sido candidato a vereador em São Jose dos Campos, no estado de São Paulo, sem sucesso, sempre contando com o “apoio integral da comunidade quadrangular”. O engajamento na vida política do Rio Grande do Sul se deu por um “desafio” e, consultando “Deus”, recebeu a “orientação para escolher o PTB”.

A constituição e legitimação de uma base eleitoral da qual é o “representante” e a qual “sempre soube a importância de defender”, constituem o conjunto de condições de possibilidade de manutenção de candidaturas e constantes sucessos eleitorais nos pleitos de 1994, 1998 e 2002. Além disso, o *status* de candidato oficial de uma “empresa de mobilização” configura um caso específico de relação com a luta eleitoral, fundada na relação com a instituição que o investe e na qual ele investe. Isso ocorre porque o fundamento de sua legitimidade eleitoral se dá pela manutenção das relações e dos laços de identidade com a igreja, visto que, “na política, nunca esqueceu de ser o pastor Manoel Maria, homem simples e profundamente carismático, que distribui sorrisos e deixa sua mensagem de amor e fé por onde passa”²⁰.

²⁰ <http://www.quadrangularbrasil.com.br/quadrangularbrasil/htdocs/manoel_maria.htm>; <http://www.agergs.rs.gov.br/site/curriculo_ver.php?idEquipe=25>.

Além disso, a “vida política” é vivida e acionada como “missão”, investida por uma instituição que faz a mediação entre “o mundano” e o “transcendente”. Associado a essa legitimação dos investimentos na política através da “fé” que professa, e em “harmonia” com a qual conduz sua ação como “agente político”, encontra-se o reconhecimento social como modalidade de legitimação para a sucessiva conquista de cargos e reprodução de uma posição de representação política. Nessa perspectiva, aciona a ampliação da votação como forma de “reconhecimento do trabalho realizado”, princípio de legitimação que se associa a própria moral cívica presente nas filosofias sociais e políticas que são o fundamento da democracia representativa.

Do mesmo modo, as justificativas e relações com o partido pelo qual se insere na luta eleitoral associam-se, também, na busca de legitimação “política” frente à adesão a determinados princípios de divisão do espaço partidário-eleitoral. No caso, trata-se da retomada da relação com o “trabalhismo” e a admiração pela figura de Getúlio Vargas, para o qual “fez campanha” e “colou cartazes” na cidade de Curitiba durante a infância. Essa relação com determinada posição política e a adesão aos “espólios” em disputa na política gaúcha, fazem com que esse conquiste “surpreendentemente” a vaga de deputado estadual em 1990 e passe a ser considerado um dos “Zambiasi boys”²¹.

Outro tipo de trajeto que compõem esse polo, mais diretamente relacionado às modalidades de entrada na política vinculadas a atuação em atividades e/ou organizações religiosas, é aquele via pastorais sociais e “militância eclesial”. O caso aqui apresentado é o de Volmir José Miki Breier, candidato a deputado estadual nas eleições de 1998, 2002 e 2006.

A minha história de militância ela começa nos grupos de jovens da Igreja Católica, a minha militância eclesial foi muito forte a partir dos quatorze anos de idade, eu participei sempre de grupos de jovens, preparando liturgias, fazendo ações de caridade [...] e aos 18 anos tive uma experiência no seminário (Entrevista).

Como destaca o candidato, “essa militância na Igreja” mostrou a relação entre a “fé” e a “vida” e a “importância de colocar em prática alguns ensinamentos bíblico-evangélicos”, evidenciando uma postura ético-teológica da inserção na política. Miki Breier inicia sua militância nos movimentos eclesiais de base na década de 1980, posteriormente vai para o

²¹ <http://www.al.rs.gov.br/plen/SessoesPlenarias/visualiza.asp?ID_SESSAO=415>

seminário de Viamão, onde fica por quatro anos até concluir o curso superior de Filosofia na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Imaculada Conceição (FAFIMC). Em 1990 passa a ser ministro da eucaristia e a atuar fortemente na pastoral familiar, juntamente com sua esposa, Anabel Lorenzi, vereadora em Gravataí no segundo mandato (2005-2008 / 2009-2012). Miki Breier foi professor em escolas públicas e privadas no Vale do Gravataí, lecionando psicologia, filosofia e ensino religioso. Como professor, passa a atuar nos sindicatos, “tanto do estado do Rio Grande do Sul, quanto do município” de Gravataí, contudo, atribui “a gênese” de sua inserção política e “da inquietação diante das injustiças da sociedade [...] à militância na igreja” (entrevista).

A relação que o candidato estabelece entre a atuação nas pastorais e o ingresso em um partido político se fundamenta na aquisição das condições objetivas para a “construção de um mundo diferente”, o que somente se tornaria possível por meio da inserção na concorrência pelos cargos públicos. Nesse ponto, assim como já referido anteriormente no caso da entrada via atuação em movimentos sociais e atividades associativas, também ocorre a omissão das origens sociais em prol da evidenciação de um conjunto de experiências associadas a determinado ponto do ciclo de vida dos agentes, por meio das quais se evidenciam princípios de identificação específicos, atrelados a determinadas concepções de política e sociedade. Ao mesmo tempo, a apresentação do ingresso em um partido político como decorrente de um conjunto de valores e de uma tomada de consciência prévias, se inscreve na própria ordem do discurso de legitimação da representação política, o qual se define por meio da filosofia social que o legitima como dedicação a uma “causa”, em síntese, ao “transcendente” que neutraliza as condições objetivas que conduzem a atuação como candidato.

A relação com o engajamento partidário se dá, inicialmente, com o PT, justificada pela aproximação desse partido entre os espaços de atuação do candidato e suas concepções de “luta política”, o que remete a militância na pastoral da juventude e a aproximação com a teologia da libertação. Em 1992, concorre com sucesso ao cargo de vereador no município de Gravataí. A partir dessa primeira inserção, o candidato participa de todos os pleitos eleitorais, tanto em nível municipal quando em estadual. Nas eleições gerais de 1994, concorre a deputado estadual sem sucesso, e, nas eleições municipais de 1996, compõe a chapa que disputa o cargo executivo municipal de Gravataí, concorrendo a vice-prefeito e sendo eleito. Como vice-prefeito, assumiu respectivamente as Secretarias de Governo e de Trabalho, Cidadania e Assistência social. Durante o exercício do mandato, disputa o cargo de deputado estadual nas eleições gerais de 1998, novamente sem sucesso.

Após o término do mandato executivo municipal, volta a concorrer a vereador por “ocasião de uma conjuntura política”, sendo eleito em 2000. Nas eleições gerais de 2002, concorre a deputado federal sem sucesso. Com o término do mandato em 2004, Miki Breier deixa o PT e filia-se ao PSB, sendo convidado pelo então prefeito de Cachoeirinha, José Luiz Stédile, para assumir a Secretaria de Educação do município. Concorre novamente, nas eleições gerais de 2006, ao cargo de deputado estadual e obtém sucesso.

No caso desse candidato, a origem de seu engajamento eleitoral associa-se a atuação em um conjunto de espaços relacionados à Igreja Católica, que são acionados como ações inaugurais da “disposição para a política”. Contudo, como se pode perceber, esse recurso não é excludente, mas pressupõe sua mescla com outro conjunto de esferas sociais que se sobrepõem na configuração do trajeto e na acumulação de capitais que confluem no sucesso eleitoral em 2006. Assim, a principal diferença entre as duas modalidades de entrada na política associadas e atuação em atividades ou organizações religiosas relacionam-se ao investimento da instituição na nomeação dos candidatos.

Os dois trajetos aqui descritos, referem-se a modos específicos de relação com as instituições que são as bases objetivas de sua entrada na política eleitoral. Por um lado, trata-se do caso de um pastor evangélico, com forte inserção na estrutura administrativa da “empresa religiosa” e para o qual a inserção na concorrência eleitoral e o exercício da tarefa de representação política se dá via investidura e acesso direto aos cargos políticos mais elevados. Por outro lado, trata-se de um candidato que mescla militância católica de base, formação escolar confessional, inserção partidária prévia e acesso as posições políticas mais centrais via ocupação prévia de diversos outros cargos eletivos ou por cooptação. Em termos mais gerais, as oposições entre esses trajetos indicam diferentes modos de aquisição de base eleitoral, os quais vão se definir pela centralidade das empresas de mobilização de adesões e suas possibilidades efetivas de reconversão em sufrágios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foram examinadas as relações entre recursos de posição social, posições político-partidárias e as modalidades de entrada na concorrência eleitoral. Em um primeiro momento, estavam em pauta as chances de ingresso no espaço de concorrência eleitoral e as possibilidades de evidencição empírica de uma dimensão específica da vida social que se estrutura com base em um conjunto de recursos de posição social. Em síntese, o objetivo inicial residia na apreensão das relações entre determinadas posições no espaço social e as possibilidades objetivas da atuação como candidato em eleições gerais.

Por outro lado, essas associações entre recursos de posição social e as diferentes chances de entrada na concorrência eleitoral se refletem, de modo significativo, na estruturação de um espaço de concorrência pelos cargos de representação política e nas relações com posições político-partidárias específicas. As ligações entre partidos e determinadas bases de recursos sociais ou segmentos categoriais especifica as diferentes possibilidades de sucesso eleitoral e as vias de acesso aos cargos de representação política, as quais estão diferencialmente associadas a determinadas posições e recursos sociais. Esse conjunto de fatores, que vão configurar um espaço definido por oposições e similitudes entre diferentes montantes e espécies de capital, tem associação mais ou menos direta com determinadas modalidades de trajetos que conduzem a inserção na concorrência eleitoral. Contudo, como foi possível demonstrar, essas associações entre os recursos que se inscrevem na objetividade das hierarquias sociais são, muitas vezes, diluídos pelas reconstruções biográficas dos candidatos, ou se vinculam a determinados usos de princípios de classificação com vistas à legitimação das pretensões eleitorais e da posição político-partidária na qual se inserem.

O primeiro objetivo da presente pesquisa era apreender os condicionantes sociais que estão na base dos mecanismos de divisão do trabalho político entre “agentes politicamente passivos” e “agentes politicamente ativos”. Com relação a isso, foi possível demonstrar algumas tendências associadas às diferentes chances de ingresso na política eleitoral. Em primeiro lugar, como parece evidente, as chances de participação eleitoral variam proporcionalmente de acordo com os recursos de posição social, de modo que, posições sociais mais elevadas indicam maiores possibilidades de inserção na concorrência eleitoral. Por outro lado, essas constatações podem ser indicativas de outros problemas analíticos. Ou seja, na medida em que algumas categorias socioprofissionais se objetivam como

legitimamente associadas a determinados princípios de excelência social, essas tem mais chances de serem acionadas como recursos na concorrência eleitoral.

Isso fica mais evidente, por exemplo, em ocupações que se aproximam daquelas denominadas como “profissões de representação” (BOURDIEU e BOLTANSKI, 2007, p. 134), para as quais as relações entre diploma e cargo são mais fluidas. Embora essa denominação seja utilizada originalmente com relação às “novas profissões”, podem associadas, nesse contexto, aos usos das categorias socioprofissionais de empresário ou de ocupante de cargo público eletivo ou por comissão. Objetivamente, como demonstrado, aqueles que declaram a ocupação de empresários, nem sempre dispõe das condições objetivas que estão associadas a essa classificação socioprofissional, ou seja, a propriedade. Do mesmo modo, os candidatos que integram o agrupamento dos ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão remetem, normalmente, aqueles partidos políticos que possuem candidatos com bases de recursos sociais mais baixas, remetendo a ocupação prévia de cargos públicos e ao decorrente “carisma de função” como princípio de legitimação das pretensões eleitorais.

Além disso, os diferentes mecanismos de seleção política são diferencialmente retraduzidos para o interior das categorias socioprofissionais e são indicativos dos princípios mais gerais de divisão do trabalho político internamente a determinadas ocupações. Como foi possível demonstrar, isso fica mais evidente no caso da categoria dos empresários, visto que, proporcionalmente, aqueles que ingressam na concorrência eleitoral situam-se, em geral, em posições dominadas no interior da mesma quando considerado o conjunto da categoria no espaço social, notadamente em termos de capital econômico, recurso que, ao menos formalmente, é o princípio de legitimidade da condição de empresário. Esse caso se contrapõe ao dos médicos, engenheiros e advogados, em que, aqueles que se dedicam a concorrência eleitoral são, normalmente, mais velhos do que a média da categoria no conjunto do espaço social, com maiores ganhos econômicos e maior inserção em organizações de representação de interesses. Nesse sentido, a legitimidade política tem forte associação com a legitimidade social fundada na posse diferenciada de determinados recursos, dentre os quais o capital escolar, o econômico e as diferentes categorias socioprofissionais são os mais centrais, mas não excluem o conjunto de oposições que compõem os mecanismos de relação social, tais como as divisões por sexo e idade.

As relações entre diferentes categorias socioprofissionais, recursos e partidos políticos vão estruturar o espaço partidário-eleitoral, o que configura o mercado de fornecimento de candidaturas. Os eixos que compõem o espaço de concorrência eleitoral opõem os diferentes candidatos com base no volume e estrutura de capitais. Essas oposições se retraduzem para o

interior dos partidos políticos, definindo as diferentes oposições no espectro partidário-eleitoral do Rio Grande do Sul. Com base nisso, algumas diferenciações ficam mais evidentes, configurando as oposições entre recursos sociais e princípios de hierarquização na concorrência pela ocupação dos cargos públicos eleitoralmente em disputa. As mais singulares podem ser evidenciadas entre os casos do PT e do PPB/PP. As diferenças entre as bases de recursos sociais que compõem esses partidos se definem na oposição entre um polo mais escolar e um polo mais econômico. Ou seja, nesse caso, estão em pauta confrontos entre condições sociais de origem específicas, as quais remetem a uma estrutura de capitais oposta.

Esse conjunto de condicionantes vão ter relações variadas com as diversas modalidades de entrada na concorrência eleitoral. Dentre os padrões evidenciados, aqueles que apontam para relações mais diretas entre recursos de posição social e modalidades de entrada na política são aqueles classificados e padronizados como: entrada via ocupação de origem e entrada via relações de parentesco ou aliança. No caso dessa primeira modalidade, há uma associação direta e singular com as posições social e escolarmente dominantes, visto que, os usos desses recursos e as diferentes chances de inserção de títulos escolares no mercado eleitoral dependem de uma condição prévia de “elite”, legitimada pela posse diferencial de recursos sociais específicos. No caso do ingresso na concorrência eleitoral via relações de parentesco ou aliança, ocorre igualmente uma forte associação com determinados segmentos dominantes, notadamente em termos de montante de patrimônio econômico.

Em contraposição a essas modalidades mais diretamente associadas a determinadas condições sociais, as outras parecem indicar alguma autonomia frente aos recursos de posição social aqui utilizados. Isso se torna mais evidente na observação das diferentes modalidades de entrada em sua relação determinados recursos de posição social. Ou seja, como é possível notar, internamente aos padrões de entrada na política ocorrem oposições significativas entre montantes de recursos econômicos, o que indica que os pontos de saída dos trajetos apresentados nas reconstruções biográficas dos candidatos, dispõem de uma autonomia relativa frente às determinações sociais e, ao mesmo tempo, apontam para concepções de “política” e princípios de excelência e legitimação que se definem com relação à esfera eleitoral.

Além disso, a partir dos trajetos analisados é possível perceber uma mescla entre as modalidades de entrada na política aqui padronizadas, as quais, normalmente formam estruturas compósitas ao longo dos itinerários dos agentes e podem ser acionadas em diferentes situações e confrontos, dependendo das disputas em pauta. Isso pode ser evidenciado com base, por exemplo, no trajeto de Raul Pont. Nesse caso, trata-se do ingresso

na política em uma situação de injunção social, de modo que ocorre uma mescla entre origens sociais relativamente elevadas, a militância em organizações políticas estudantis, sindicais e partidárias tidas como de esquerda, um itinerário intelectual e de produção e publicação de livros e artigos, uma inserção na estrutura partidária por meio do exercício de cargos de direção e a ocupação de cargos públicos variados e em diversos níveis. Em oposição a isso, pode ser tomado o caso de Adolfo Brito, que se configura como um caso de origem social muito baixa, com ingresso na política eleitoral via relações de aliança e notoriedade conquistada pelo radicalismo, e a vinculação a organizações partidárias formalmente definidas como de direita. Esses dois casos podem ser tomados como representativos de alguns problemas implícitos nas análises que tendem a deduzir, de forma direta e linear, as relações entre posição social, partidos e ideologia.

Outro fato a ser destacado, com base no exame dos trajetos, é a relevância de organizações religiosas ou sindicais na investidura de candidatos. Os casos exemplares desse fenômeno são os de Manuel Maria dos Santos e de Heitor Schuch, os quais são investidos por suas instituições, e se investem delas, com vistas ao ingresso na concorrência eleitoral. Os efeitos da entrada por meio de segmentos sociais mobilizados em outras esferas criam as condições de possibilidade objetivas para o acesso aos cargos públicos mais elevados, dispensando a construção de uma carreira política a nível local.

Com base nas análises conduzidas até aqui, alguns apontamentos são relevantes para pesquisas futuras. Em primeiro lugar, a evidenciação empírica da objetivação de um espaço de concorrência eleitoral, que se expressa por meio de determinados requisitos sociais de entrada, impõe a consideração das relações entre “legitimidade social” e “legitimidade política” como fundamento de um tipo específico de “competência” que fundamenta as condições de manipulação e produção de bens políticos. Em segundo lugar, a relação categorias socioprofissionais e posições político-partidárias não podem ser tomadas de forma direta e linear como indicativas de posições ideológicas. Como demonstrado, internamente aos próprios agrupamentos ou categorias socioprofissionais ocorre uma polarização entre montante e estrutura de capitais, o que indica que esses critérios de classificação social – as “profissões”, ocupações – tem significados diversos e podem variar frente aos agentes que os mobilizam. Por fim, os trajetos que polarizam as modalidades de entrada na política são representativos do conjunto de inserções e esferas de ação que os agentes mobilizam com vistas à legitimação das pretensões eleitorais. O principal motivo para isso é que, como salientado anteriormente, os perfis biográficos ou currículos dos candidatos devem ser

tomados tanto como instrumentos de produção de adesões e reconhecimento quando fontes de indicadores de trajetos sociais.

REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS

- AGRIKOLIANSKY, Éric. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel. Les candidats au comité central de la LDH. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, n. 27, 1994.
- ANGELIS, Patrícia Trindade de. **O "social" como objeto da luta política: uma análise da Assembléia Legislativa gaúcha**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGCP/UFRGS. Porto Alegre, 2001.
- BADIE, Bertrand y HERMET, Guy. Las dinámicas huérfanas. In: _____. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BEST, H. and COTTA, M. Elite Transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations. In: _____ (eds.) **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 1-26.
- BEST, H. e GAXIE, D. 2000. Detours to modernity: long-term trends of parliamentary recruitment in republican France 1848-1999. In: Best, H. e Cotta, M. (eds.). **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford, Oxford University Press. Pp. 88-137.
- BOIGEOL, A. et DEZALAY, Y. De l'agent d'affaires au barreau: les conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, 27, juin, 1997. p. 49-68.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996a.
- _____. **Propos sur le champ politique**. Paris: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- _____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007b
- _____. Futuro de classe e causalidade do provável. In: CATANI, Afrânio. NOGUEIRA, Maria Alice. (orgs). **Escritos de Educação: Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2007c. p. 81-126.

BOLTANSKI, Luc e BOURDIEU, Pierre. O diploma e o cargo : relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, Afrânio. NOGUEIRA, Maria Alice. (orgs).

Escritos de Educação: Pierre Bourdieu. Petrópolis, RJ: VOZES, 2007. p. 127-44.

COLLOVALD, Annie. La republique du militant: recrutement et filières de la carrière politique des députés. In : BIRNBAUM, Pierre. **Les élites socialistes au pouvoir:** 1981 – 1985. Paris: PUF, 1985.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes Famílias e Elite ‘Profissional’ na Medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** III (3), Rio de Janeiro, 1997a.

_____. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a ‘crise da medicina’ no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** IV (2), Rio de Janeiro, 1997b.

_____. Processos e Resultados Eleitorais: Um exemplo e um comentário sobre as bases das controvérsias em sua interpretação. **Cadernos de Ciência Política**, n. 5, Porto Alegre, 1997c.

_____. **Em nome de quem?** Recursos sociais e Recrutamento de Elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. **Política & Sociedade**, v. 5, n° 9, p. 123-161, 2006.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n° 28, 2007.

_____. As elites como objeto de estudos. In:_____ (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul:** contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b, p. 7-18.

_____. L’Enseignement Universitaire de Théologie, les Rapports Centre/Périphérie e les Usages des Sciences Humaines et Sociales. **Cahiers de la Recherche sur l’Éducation et les Savoirs**, v. 2, 2009, p. 93-116

_____. Categorias Sócio-Profissionais, Titulação Escolar e Disputas Eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2010a. (a sair)

_____. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n° 43, jan/abr. 2010b.

DAMMAME, Dominique. Professionnel de la politique, un métier peu avouable. In: OFFERLÉ, Michel (eds.). **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles.** Paris : Éditions Belin, 1999. p. 37-68.

DÉLOYE, Yves. Se présenter pour représenter. Enquête sur les professions de foi électorales de 1848. In: OFFERLÉ, Michel (eds.). **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles**. Paris : Éditions Belin, 1999. p.231-254.

DOGAN, Mattei. Les profession propices à la carrière politique. Osmoses, filières e viviers. In: OFFERLÉ, Michel. (eds.). 1999. **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles**. Paris, Éditions Belin. p. 171-199.

DULONG, Delphine. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, Année 1996, Volume 9, Numéro 35 p. 109-30.

FILLIEULE, Olivier. Post scriptum : Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue française de science politique**, Année 2001, Volume 51, Numéro 1, p. 199 – 215.

FILLIEULE, O. MAYER, N. Devenirs militants : Introduction. **Revue Française de Science Politique**, 51 (1-2), fév-avril, 2001.

GAXIE, Daniel. Économie des partis politique et redistribution du militantisme. **Revue française de science politique**, Année 1977, Volume 27, Numéro 1, p. 123 – 154

_____. Les logiques du recrutement politique. **Revue française de science politique**, Année 1980, Volume 30, Numéro 1, p. 5 – 45

_____. Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981. **Revue française de sociologie**, Année 1983, Volume 24, Numéro 3, p. 441-65.

_____. Le cens caché. **Réseaux. Communication – Technologie – Société**, Année 1987, Volume 5, Numéro 22, p. 29-51.

_____. **La démocratie représentative**. Paris : Montchrestien, 1996.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, 11 (1), 2005.

GAXIE, Daniel et OFFERLÉ, Michel. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir ? Capital social collectif et carrière politique. In : BIRNBAUM, Pierre. **Les élites socialistes au pouvoir: 1981 – 1985**. Paris: PUF, 1985.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para que ? In : CORADINI, Odaci, L. (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

GRILL, Igor. **As bases sociais dos compromissos: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGCP/UFRGS. Porto Alegre, 1999.

_____. **Consagração de um “legado” e o “espólio” em disputa: homenagens a Getúlio Vargas e Leonel Brizola.** In: VIII Encontro Humanístico, 2008, São Luís. VIII Encontro Humanístico, 2008^a Disponível em: <<http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/EH/VIII/Igor%20Gastal%20Grill.pdf>>.

Acesso em 01/10/2009.

_____. Heranças políticas, bases sociais e especialização política no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci L., (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: contribuições recentes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b, p. 129-48.

IHL, Olivier. 1999. Deep pockets. Sur Le recrutement ploutocratique Du personnel politique aux États-Unis. In. OFFERLÉ, Michel. (eds.). **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles.** Paris, Éditions Belin. p. 333-356.

JOANA, Jean, . L'invention du député. Réunions parlementaires et spécialisation de l'activité politique au XIXe siècle. **Politix : Revue française des sciences sociales du politique.** Vol. 9, N°35. Troisième trimestre 1996. pp. 23-42.

JUHEM, P. Entreprendre en politique. De l'extrême gauche au PS: la professionnalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. **Revue Française de Science Politique**, 51 (1-2), fév.-avril, 2001.

LACROIX, Bernard. Ordre Politique et ordre social : objetivisme, objetivation et analyse politique. In : GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). **Traité de Science Politique : L'ordre politique.** V. 1, Paris : Presses Universitaires de France, 1985. p. 469-565.

LAGROYE, Jacques. **Sociologie Politique.** Paris: Presse de Sciences Po Dalloz, 1993.

_____. Les processus de politisation. In: _____ (dir). **La Politisation.** Paris, Belin, 2003.

LÉVÊQUE, Sandrine. «L'entrée en politique». Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la «réussite» politique en France. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, Année 1996, Volume 9, Numéro 35, p. 171 – 187.

LOWI, Theodore. O Estado e a Ciência Política ou como nos convertemos naquilo que estudamos. **BIB 38**, 1994.

MARIJNEN, Anne. Entrée en politique et professionnalisation d'appareil. Les écoles centrales de cadres du Parti communiste italien (1945-1950). **Politix : Revue des sciences sociales du politique.** Vol. 9, n°35, 1996. p.89-108.

MATHIOT, Pierre et SAWICKI, Frédéric. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981 – 1993) : Recrutement et reconversion. **Revue française de science politique**, Année 1999a, Volume 49, Numéro 2, p. 231 – 264.

_____. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981 – 1993) : Recrutement et reconversion. **Revue française de science politique**, Année 1999b, Volume 49, Numéro 2, p. 231 – 264.

MEMMI, Dominique. L'engagement politique. In : GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). **Traité de Science Politique : L'ordre politique**. V. 3, Paris : Presses Universitaires de France, 1985.

OFFERLÉ, Michel et LECA, Jean. Un "Que sais-je ?" en questions. Un débat avec Michel Offerlé et Jean Leca. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, Année 1988, Volume 1, Numéro 2, p. 46 - 59

OFFERLÉ, Michel. Entrées en politique (Présentation). **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, Année 1996, Volume 9, Numéro 35, p. 3 – 5.

_____. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris : Éditions Montchrestein, 1998.

_____. Professions et profession politique. In: _____ (eds.). **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles**. Paris : Éditions Belin, 1999. p. 7-35.

_____. **Les partis politiques**. Paris : Presses Universitaires de France, 2006.

PHÉLIPPEAU, Éric. Sociogenèse de la profession politique. In : GARRIGOU, A. et LACROIX, B. **Norbert Elias : la politique et l'histoire**. Paris : La Découverte, 1997. p. 239-65.

RECCHI, Ettore. L'entrée en politique des jeunes Italiens : modèles explicatifs de l'adhésion partisane. **Revue française de science politique**, Année 1996, Volume 51, Numéro 1 p. 155 - 174

SAWICKI, Frédéric. **Les réseaux du parti socialiste: sociologie d'un milieu partisan**. Paris: Editions BELIN, 1997.

_____. Questions de recherche : pour une analyse locale des partis politiques. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, Année 1988, Volume 1, Numéro 2, p. 13 – 28.

SAWICKI, Frédéric et BERLIVET, Luc. La foi dans l'engagement. Les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l'après-guerre. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, n. 27, 1994.

SAWICKI, Frédéric. Classer les homes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale por la comprehension de la professionalization politique. In: OFFERLÉ, Michel.

(eds.). 1999. **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles**. Paris, Éditions Belin, 1999. p. 93-134.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 59-124.

_____. Conceitos sociológicos fundamentais; Os tipos de dominação. In: _____. **Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Imprensa Oficial de São Paulo, 2004.

WILLEMEZ, Laurent. La « République des avocats ». 1848 : le mythe, le modèle et son endossement. In: OFFERLÉ, Michel. (eds.). 1999. **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles**. Paris, Éditions Belin, 1999. p. 201 – 230.

ANEXOS

CAPITULO 1

Ilustração 1 - Categorias socioprofissionais, titulação escolar e recrutamento de candidatos

O eixo do primeiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,8709 e inércia total de 6,22%. A contribuição das variáveis é simétrica na formação dos eixos, variando o peso relativo às modalidades. Dentre estas, as que mais contribuem para a constituição do primeiro eixo estão os graus de titulação escolar de superior completo (39,24%) e de ensino fundamental incompleto (7,44%); e as categorias sócio-profissionais de médicos, engenheiros, advogados e professores universitários para o conjunto da população (7,34%) e para os candidatos (10,88%). O segundo fator tem como resultante um valor próprio de 0,6784, e explica 4,85% (inércia) da tendência de deslocamento e realocação das “nuvens”. As modalidades que mais contribuem para a formação desse fator são a titulação escolar de ensino médio completo (12,65%), ensino superior incompleto (13,75%) e ensino fundamental incompleto (11,48%). Para as classificações ocupacionais, as que mais contribuem são as dos agricultores, pecuaristas, etc. para o conjunto da população (21,85%). O terceiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,5777 e inércia total de 4,13%. As modalidades que mais contribuem para a constituição desse fator são o grau de escolarização de ensino superior incompleto (28,89%) e o ensino médio completo (8,24%). No caso das categorias socioprofissionais, as que mais contribuem são as dos outros ou em ocupações mal definidas (9,66%) e dos agricultores, pecuaristas, etc. (11,22%) para o conjunto da população.

Tabela 13
Regressão Multinomial - Categorias socioprofissionais e indicadores de posição social

		B	Erro Padrão	Wald	Sig.	Exp(B)	95% Intervalo de confiança para (B)	
							Limite inferior	Limite superior
Administradores, Diretores e Gerentes	Constante	-7,175	0,016	203972,222	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	0,758	0,002	133356,957	0,000	2,134	2,126	2,143
	Anos de estudo	0,310	0,002	38593,256	0,000	1,363	1,359	1,367
	Posição na ocupação	-0,186	0,003	2926,572	0,000	0,830	0,825	0,836
	Horas trabalhadas	0,370	0,005	6126,955	0,000	1,447	1,434	1,461
Agricultores, pecuarista, etc.	Constante	-3,141	0,011	89086,292	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	-0,397	0,002	46584,465	0,000	0,672	0,670	0,675
	Anos de estudo	-0,474	0,002	71968,913	0,000	0,622	0,620	0,624
	Posição na ocupação	1,367	0,002	561602,330	0,000	3,923	3,909	3,937
	Horas trabalhadas	0,441	0,003	26465,133	0,000	1,554	1,545	1,562
Comerciantes	Constante	-4,229	0,011	153536,878	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	-0,034	0,002	351,590	0,000	0,966	0,963	0,970
	Anos de estudo	0,237	0,001	35766,714	0,000	1,268	1,264	1,271
	Posição na ocupação	0,563	0,002	91428,286	0,000	1,757	1,750	1,763
	Horas trabalhadas	0,213	0,003	4614,168	0,000	1,238	1,230	1,245
Empresários	Constante	-12,422	0,045	76593,751	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	1,026	0,005	51530,794	0,000	2,791	2,766	2,816
	Anos de estudo	0,379	0,004	9725,807	0,000	1,461	1,450	1,472
	Posição na ocupação	0,470	0,007	4034,050	0,000	1,600	1,577	1,623
	Horas trabalhadas	0,538	0,013	1780,694	0,000	1,712	1,670	1,755
Médicos	Constante	-24,832	0,187	17628,785	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	1,081	0,007	21475,246	0,000	2,947	2,904	2,989
	Anos de estudo	2,375	0,026	8170,349	0,000	10,751	10,212	11,319
	Posição na ocupação	0,498	0,010	2306,888	0,000	1,645	1,612	1,679
	Horas trabalhadas	-0,038	0,016	5,513	0,000	0,963	0,932	0,994
Engenheiros	Constante	-16,720	0,107	24587,984	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	0,745	0,008	8744,065	0,000	2,106	2,073	2,139
	Anos de estudo	1,532	0,015	10797,003	0,000	4,627	4,495	4,763

	Posição na ocupação	0,108	0,013	74,731		1,114	1,087	1,142
	Horas trabalhadas	-0,049	0,018	7,119	0,000	0,953	0,919	0,987
Advogados	Constante	-22,365	0,128	30752,549	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	0,615	0,005	13929,619	0,000	1,776	1,745	1,808
	Anos de estudo	2,412	0,018	17929,497	0,000	1,114	1,085	1,144
	Posição na ocupação	1,119	0,008	18198,559	0,000	1,401	1,363	1,441
	Horas trabalhadas	-0,397	0,012	1135,449	0,000	0,935	0,902	0,969
Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão	Constante	9,548	0,052	33319,257	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	1,038	0,008	17519,454	0,000	2,825	2,782	2,869
	Anos de estudo	0,301	0,007	1960,652	0,000	1,351	1,333	1,369
	Posição na ocupação	-17,784	0,000					
	Horas trabalhadas	-0,843	0,017	2390,401	0,000	0,430	0,416	0,445
Outros ou em ocupações mal definidas	Constante	-3,973	0,029	18168,872	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	-0,086	0,006	192,239	0,000	0,917	0,906	0,929
	Anos de estudo	0,449	0,004	13977,314	0,000	1,566	1,554	1,578
	Posição na ocupação	-0,106	0,007	221,049	0,000	0,899	0,887	0,912
	Horas trabalhadas	-0,734	0,009	6738,233	0,000	0,480	0,472	0,489
Outros profissionais com titulação universitária	Constante	-8,719	0,023	143749,811	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	0,405	0,003	21751,215	0,000	1,500	1,492	1,508
	Anos de estudo	1,105	0,003	125781,274	0,000	3,019	3,001	3,038
	Posição na ocupação	0,095	0,004	529,645	0,000	1,099	1,091	1,108
	Horas trabalhadas	-0,544	0,006	9357,964	0,000	0,580	0,574	0,587
Professores de ensino fundamental e médio	Constante	-4,054	0,019	47174,350	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	-0,113	0,003	1365,201	0,000	0,893	0,887	0,898
	Anos de estudo	1,163	0,003	178470,268	0,000	3,198	3,181	3,216
	Posição na ocupação	-0,773	0,006	19202,144	0,000	0,462	0,457	0,467
	Horas trabalhadas	-1,275	0,005	61912,919	0,000	0,279	0,277	0,282
Militares em geral	Constante	-3,155	0,048	4260,711	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	0,671	0,004	29445,832	0,000	1,956	1,941	1,971
	Anos de estudo	0,279	0,003	9602,658	0,000	1,322	1,315	1,330
	Posição na ocupação	-3,029	0,043	4861,579	0,000	0,048	0,044	0,053
	Horas	-0,263	0,007	1276,880	0,000	0,769	0,758	0,780

		trabalhadas						
Professores universitários	Constante	-15,109	0,138	11973,098	0,000			
	Rendimentos do trabalho principal	0,874	0,008	12549,103	0,000	2,396	2,360	2,433
	Anos de estudo	1,903	0,020	9424,200	0,000	6,706	6,454	6,969
	Posição na ocupação	-1,500	0,031	2342,639	0,000	0,223	0,210	0,237
	Horas trabalhadas	-1,243	0,019	4417,402	0,000	0,289	0,278	0,299

a. Categoria de referência: Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em Geral.

Pseudo R² (Nagelkerke) = 0,580

Fonte: Censo/IBGE - 2000

CAPITULO 2

Ilustração 2 – Estrutura do espaço de concorrência eleitoral no Rio Grande do Sul

O eixo do primeiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,3155, com inércia total de 5,13%. As variáveis que mais contribuem para a formação desse eixo são as categorias socioprofissionais (24,4%), a titulação escolar (24,65%), o montante de patrimônio declarado (23,47%) e a idade (14,91%). As modalidades que mais contribuem para a composição desse eixo são o ensino superior completo (11,35%), o ensino superior incompleto (6,31%), a condição de sem patrimônio declarado (8,66%), o montante de patrimônio de R\$200.001 a 500.000 (5,75%), o agrupamento dos outros ou em ocupações mal definidas (6,77%), a categoria dos médicos (4,69%), o estado civil de solteiro (8,24%) e a idade de até trinta anos (6,76%). O eixo do segundo fator tem gerou um valor próprio de 0,2167, com inércia de 3,52%. As variáveis que mais contribuem para a constituição desse eixo são as categorias socioprofissionais (29,81%), a titulação escolar (26,65%), a idade (14,55%), o estado civil (13,15%) e o sexo (8,31%). As modalidades que mais contribuem para a formação desse eixo são a categoria dos professores de ensino fundamental e médio (8,31%), o agrupamento dos agricultores, pecuaristas, etc. (6,68%), a categoria dos comerciantes (5,65%), o ensino superior completo (6,24%), o ensino médio completo (7,85%), o ensino fundamental incompleto (5,52%), o estado civil de solteiro (9,85%), o sexo feminino (7,43%), a idade de até trinta anos (8,51%) e a variação de idade de mais de sessenta anos (4,47%). O terceiro eixo fatorial tem como resultante um valor próprio de 0,1987, com

inércia de 3,23%. As variáveis que mais contribuem para a formação desse eixo são as categorias socioprofissionais (22,91%), as divisões geográficas (20,7%), o montante de patrimônio declarado (17,11%), a idade (14,64%), o estado civil (10,73%) e a titulação escolar (9,82%). As modalidades que mais pesam na constituição desse eixo são o agrupamento dos agricultores, pecuaristas, etc. (10,72%), a mesorregião sudoeste (10,19%), a mesorregião metropolitana de Porto Alegre (5,21%), o montante de patrimônio de R\$1.000.001 a 2.000.000 (8,67%), a idade de até trinta anos (6,08%), o ensino superior incompleto (4,09%) e grau de sem instrução ou que apenas lê e escreve (3,66%).

Ilustração 3 - Recrutamento partidário-eleitoral e bases sociais

O eixo do primeiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,5393, com inércia total de 5,39%. As variáveis que mais contribuem para a formação do eixo são as categorias socioprofissionais (29,7%), a titulação escolar (29,73%), e o montante de patrimônio declarado (22,94%). As modalidades com maiores cargas sobre esse eixo são o ensino superior completo (13,68%), a condição de sem patrimônio declarado (10,06%), o montante de patrimônio de R\$200.001 a 500.000 (5,95%), o agrupamento dos outros ou em ocupações mal definidas (9,07%) e a categoria dos médicos (4,11%). O segundo eixo fatorial resultou em um valor próprio de 0,3724, com inércia de 3,72%. As variáveis que mais contribuem para a formação desse eixo são os partidos políticos (37,2%), as categorias socioprofissionais (34,45%) e o montante de patrimônio declarado (22,08%). As modalidades que mais contribuem para a composição desse eixo são o PT (17,5%), os outros partidos de esquerda (6,08%), o PPB/PP (4,3%), a categoria dos professores de ensino fundamental e médio (15,29%), a categoria dos empresários (5,69%), a categoria dos comerciantes (4,65%), o montante de patrimônio de R\$500.001 a 1.000.000 (8,17%) e o montante de patrimônio de R\$50.001 a 100.000 (6,17%). O terceiro eixo fatorial tem valor próprio de 0,3213, com inércia total de 3,21%. As variáveis que mais contribuem para a composição desse eixo são as categorias socioprofissionais (46%), os partidos políticos (22,17%) e a titulação escolar (17,18%). As modalidades que mais contribuem na formação desse eixo são o agrupamento dos agricultores, pecuaristas, etc. (11,23%), o agrupamento dos ocupantes de cargo eletivo ou por comissão (13%), o PT (6,32%), os outros partidos de direita (6,17%), o ensino

fundamental incompleto (7,66%) e o grau de sem instrução ou que apenas lê e escreve (5,47%).

Ilustração 4 – Recursos sociais, partidos e chances de eleição

O eixo do primeiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,3799, com inércia de 5,42%. As variáveis que mais contribuem para a constituição desse eixo são as categorias socioprofissionais (26,58%), a titulação escolar (24,3%) e o montante de patrimônio declarado (22,25%). As modalidades que tem mais peso na formação desse primeiro eixo são o agrupamento dos outros ou em ocupações mal-definidas (8,05%), a titulação escolar de ensino superior completo (11,13%) e de ensino médio completo (4,33%), a condição de sem patrimônio declarado (8,91%) e o montante de patrimônio de R\$200.001 a 500.000. O segundo eixo fatorial tem como resultante um valor próprio de 0,2507, com inércia de 3,58%. As variáveis que mais contribuem para a formação desse eixo são as categorias socioprofissionais (36,33%), os partidos políticos (29,27%) e o montante de patrimônio declarado (19,44%). As modalidades que mais contribuem para a composição desse eixo são o agrupamento dos professores de ensino fundamental e médio (15,58%), o PT (10,97%) e os montantes de patrimônio de R\$50.001 a 100.000 (6,78%) e de R\$500.001 a 1.000.000 (6,18%). O eixo do terceiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,2339, com valor inercial de 3,34%. As variáveis que mais pesam para a estruturação desse eixo são as categorias socioprofissionais (45,53%), os partidos políticos (19,68%) e a situação pós-eleição (17,23%). As modalidades que mais contribuem para a composição desse eixo são o agrupamento dos ocupantes de cargos eletivos ou por comissão (22,79%), o PT (13,81%) e a condição de eleito (14,91%).

CAPITULO 3

Ilustração 5 – Recursos sociais, posições político-partidárias e modalidades de entrada na política

O eixo do primeiro fator tem como resultante um valor próprio de 0,6725, com inércia total de 5,85%. A contribuição das variáveis é simétrica na constituição dos eixos fatoriais, variando apenas o peso das modalidades. Para o primeiro eixo fatorial as modalidades que mais contribuem são o PT (26,47%), os outros partidos de esquerda (5,82%), o PL (5,9%), a modalidade de entrada de atuação em movimentos sociais e/ou entidades associativas (24,49%) e a modalidade de entrada associada à ocupação de origem (10,03%). O eixo do segundo fator tem valor próprio de 0,6353, com inércia total de 5,52%. As modalidades que mais contribuem para a formação desse eixo são os outros partidos de direita (18,8%), a modalidade de entrada via atuação em atividades e/ou organizações religiosas (13,67%) e a modalidade de entrada de atuação partidária (14,32%). O terceiro eixo fatorial tem como resultante um valor próprio de 0,6102, com 5,31% de inércia total. As modalidades que mais contribuem para a constituição desse eixo fatorial são os outros partidos de esquerda (11,52%), o PTB (17,22%), a modalidade de entrada via atuação em atividades e/ou organizações religiosas (14,82%) e a modalidade de entrada de atuação partidária (14,09%).

Ilustração 6

Recursos sociais, posições político-partidárias e modalidades de entrada na política (Indivíduos)

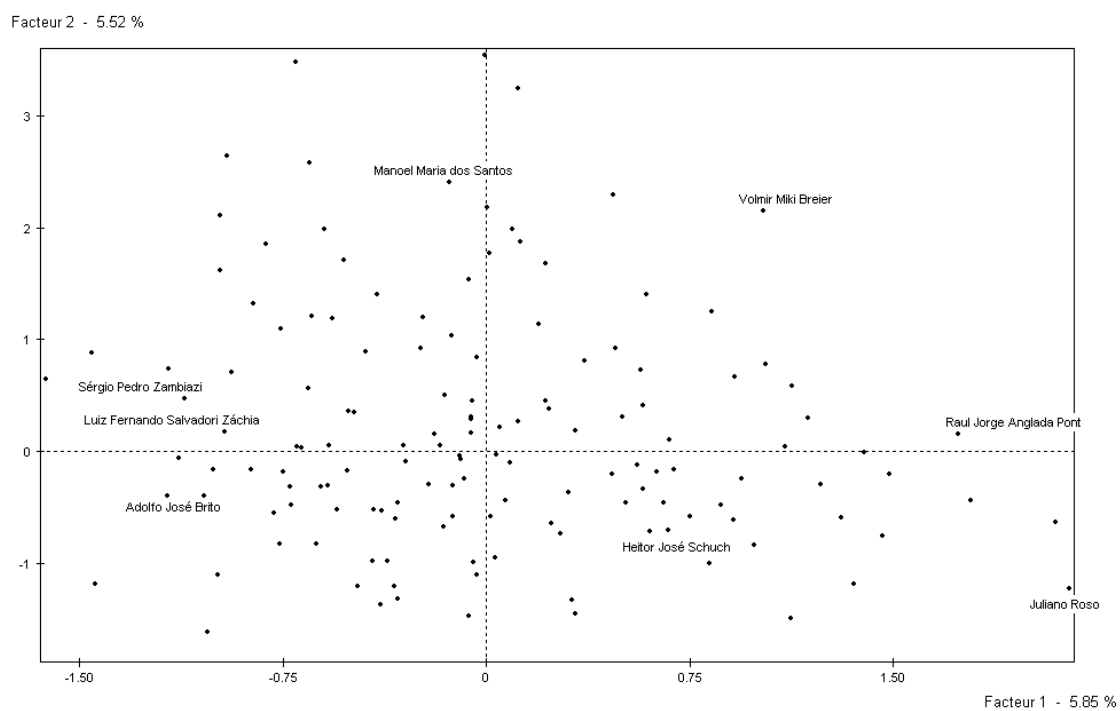


Tabela 14
Candidatos, recursos sociais, modalidades de entrada e carreira política

Nome	Partido	Anos eleitorais	Ocupação	Titulação escolar	Patrimônio	Modalidade de entrada na política	Carreira política
Adolfo José Brito	PPB/PP	1998 2002 2006	Deputado estadual	Ensino Médio Completo	De R\$200.001 a 500.000	Relações de parentesco ou aliança	- Vereador em Sobradinho (1983) - Prefeito de Sobradinho (1989) - Deputado Estadual (1995 - atual)
Heitor José Schuch	PSB	2002 2006	Agricultor Deputado	Superior Incompleto	De R\$200.001 a 500.000	Dirigente de Entidade Associativa ou Sindical	- Deputado Estadual (2003 – atual)
Juliano Roso	PC do B	2006	Vereador	Superior Completo	Sem patrimônio	Atuação em Movimentos sociais e/ou entidades associativas	- Vereador em Passo Fundo (2001 – atual)
Luiz Fernando Salvadori Záchia	PMDB	1998 2002 2006	Administrador Deputado	Superior Completo	De R\$200.001 a 500.000	Relações de parentesco ou aliança	- Vereador em Porto Alegre (1993-2003)
Manoel Maria dos Santos	PTB	1998 2002	Advogado e Deputado Estadual	Superior Completo	De R\$100.001 a 200.000	Atuação em Atividades e/ou Organizações Religiosas	- Deputado Estadual (1991 – 2005) - Conselheiro da AGERGS (2006 – 2010)

Raul Jorge Anglada Pont	PT	2002	Professor	Superior Completo	De R\$200.001 a 500.000	Atuação em Movimentos sociais e/ou entidades associativas	- Deputado Federal (1991 – 1992)
		2006	Deputado				- Vice-prefeito de Porto Alegre (1993 – 1996)
							- Prefeito de Porto Alegre (1997 – 2000)
							- Deputado Estadual (2003 – atual)
							- Secretário Geral do PT Nacional (2005 – 2007)
							- Membro da Executiva Nacional do PT
							- Membro da Executiva Estadual do PT
Sérgio Pedro Zambiasi	PTB	1998	Radialista e Deputado Estadual	Superior Incompleto	De R\$200.001 a 500.000	Atividades Artísticas/ Culturais ou Esportivas	- Deputado Estadual (1987 – 2001)
							- Senador (2003 – 2009)
Volmir Miki Breier	PT	1998	Vice-prefeito	Superior Completo	De R\$50.001 a 100.000	Atuação em Atividades e/ou Organizações Religiosas	- Vereador em Gravataí (1993/1997)
		2002	Vereador				- Vice-prefeito de Gravataí (1997-2001)
	2006	Professor de Ensino Fundamental e Médio	- Vereador em Gravataí (2001/2005)				
	PSB						- Secretário de Municipal de Educação (2005)

